

# Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Diário da Sessão

X Legislatura Número: 146

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

Presidente: Deputada Ana Luís

Secretários: Deputada Bárbara Chaves (substituída no decorrer da sessão

pela Deputada Graça Silva) e Deputado Valdemiro Vasconcelos

## **SUMÁRIO**

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 17 minutos.

No período de tratamento de assuntos políticos, foram apresentados diversos votos:

- Voto de Congratulação a Raquel Andrade - Campeã Nacional de Juniores
 em Ténis, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Judite Parreira (*PSD*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Voto de Saudação pelo centenário do nascimento de Manuel de Sousa
 d'Oliveira, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado José Andrade (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*).

Seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- <u>Voto de Protesto ao Governo Regional pelo desrespeito ao Parlamento</u>, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Para uma interpelação à Mesa usou da palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

O voto supracitado foi rejeitado por maioria.

Voto de Protesto ao Governo Regional, pelo reiterado e contínuo atraso,
 nas transferências protocolizadas, entre o Governo Regional e a Associação
 dos Consumidores da Região Açores, apresentado pela Representação
 Parlamentar do BE;

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), usaram da palavra os Srs. Deputados José Contente (*PS*), Humberto Melo (*PSD*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Novamente por maioria, o voto em apreço foi rejeitado, aquando da votação pela câmara.

- <u>Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Henrique Assis Ferreira</u>, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado António Parreira (*PS*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Seguiu-se uma <u>Declaração Política</u> apresentada pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*).

No debate participaram os/a Srs./a Deputados/as Paulo Estêvão (*PPM*), José San-Bento (*PS*), Zuraida Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), Luís Maurício (*PSD*) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

O Período da Agenda da Reunião iniciou-se com a continuação do debate do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 68/X – "Estabelece o aumento da Remuneração Complementar Regional"**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Para o efeito usaram da palavra as Sras. Deputadas Graça Silveira (*CDS-PP*), Graça Silva (*PS*), Zuraida Soares (*BE*) e os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Joaquim Machado (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Francisco César (*PS*).

Ainda no âmbito deste debate usou da palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria,

Seguiu-se a apresentação do Relatório da Comissão de Economia sobre a **Petição n.º 47/X – "Atualização da Remuneração Complementar"**, apresentada por Francisco José Duarte Pimentel, na qualidade de primeiro subscritor.

A leitura do relatório como ao Sr. Deputado José Ávila (*PS*), relator da Comissão de Economia, usando posteriormente da palavra os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Francisco César (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e as Sras. Deputadas Zuraida Soares (*BE*) e Graça Silveira (*CDS-PP*).

Por fim, foi apresentado e debatido o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 57/X – "Orçamento Participativo da Região Autónoma dos Açores"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), iniciou-se o debate que contou com a participação do Sr. Deputado André Bradford (*PS*), Jorge Macedo (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*) e da Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

O diploma em apreço foi rejeitado por maioria, bem como o requerimento de baixa à Comissão apresentado durante o debate pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), André Bradford (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Eram 19 horas e 43 minutos.

Número: 146

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

Presidente: Bom dia. Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 17 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

**Duarte** Manuel Braga **Moreira** 

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

**Iasalde** Fraga **Nunes** 

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

X Legislatura Número: 146

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz da Costa

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares Marinho

António Oldemiro das Neves Pedroso

Bruno Filipe de Freitas Belo

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Humberto Trindade Borges de Melo

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Joaquim Ferreira Machado

José Maria de Medeiros Andrade

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria Judite Gomes Parreira

Paulo Henrique Parece Baptista

Paulo Jorge da Silva Ribeiro

Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro

Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

X Legislatura Número: 146

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

## Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto Espínola

Artur Manuel Leal de Lima

Maria da Graça Silveira

#### Bloco de Esquerda (BE)

**Zuraida** Maria de Almeida **Soares** 

## Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

## Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje está reservada ao PTAP. Vamos começar pelos votos, como é habitual.

O primeiro é de congratulação referente à campeã nacional de juniores em ténis de mesa, Raquel Andrade. É apresentado pelo PSD e tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

**Deputada Judite Parreira** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

# VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Raquel Andrade - Campeã Nacional de Juniores em Ténis de Mesa

#### IV Sessão Legislativa

A história das coletividades não é mais do que o somatório das histórias dos homens e das mulheres que delas fazem parte. A história do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal tem sido escrita pela mão dos seus atletas, treinadores e dirigentes.

Desta vez coube à atleta Raquel Andrade, a proeza de escrever uma nova página na história da coletividade que representa, sagrando-se campeã nacional no escalão de juniores femininos, no passado mês de junho, no Pavilhão Municipal de Barcelos.

Natural da ilha Terceira, onde nasceu a 20 de abril de 1998, Raquel Vieira Andrade desde cedo revelou o gosto pela prática do Ténis de Mesa, ao qual não terá sido, certamente, alheio o facto de ser filha do dirigente e grande impulsionador da modalidade Roberto Andrade.

Começa a impor-se na época de 2009/2010, ainda infantil, conquistando o 2.º lugar no Campeonato Nacional. Daí em diante e fruto de uma grande dedicação e de um trabalho incansável em prol do seu desempenho na modalidade, a atleta tem sido uma presença assídua nos pódios nacionais.

Na atual época venceu o Campeonato Nacional de Pares Femininos no escalão de Sub 21, com a sua colega e amiga Patrícia Maciel e o Campeonato Nacional Individual de Juniores Femininos. Ainda na presente época participou em diversas provas de âmbito internacional de onde se destacam o Open da Sérvia, o Open da Croácia, o Open da Polónia e o Open do Egipto, onde obteve um honroso 2.º lugar na prova individual. Mais recentemente foi convocada pela Federação Portuguesa de Ténis de Mesa para integrar a seleção nacional da modalidade e representar Portugal no Campeonato da Europa de Jovens a decorrer na Croácia.

Humilde e pouco dada a atos de exibicionismo pelas medalhas e troféus conquistados, Raquel Andrade é muito querida pelos seus pares, mantendo as relações de amizade que fez no 1.º Ciclo. O rigor e excelência com que realiza as suas atividades desportivas, transporta também para as atividades

académicas, sendo por isso uma boa aluna que, apesar das muitas ausências motivadas pelo calendário dos jogos, procura minimizar essas situações deslocando-se, mesmo depois de longas viagens, diretamente do aeroporto para

a escola, onde conta com a preciosa colaboração dos seus colegas e professores.

Prestes a concluir o Ensino Secundário, aspira entrar no curso de Gestão.

Ao Ténis de Mesa do Juncal e à Raquel Andrade cumprimentamos pelo excelente trabalho realizado, desejando as maiores felicidades e muitos sucessos e que continuem a lutar pelos seus ideais, levando longe o nome dos Açores. Desejamos aos treinadores e dirigentes do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal que prossigam o excelente trabalho que têm vindo a realizar para a afirmação e valorização do desporto e dos atletas açorianos.

Assim e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove este voto de congratulação pela brilhante conquista do 1.º lugar no Campeonato Nacional Individual de Juniores Feminino de Raquel Andrade, dando conhecimento à atleta bem como ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, à Associação de Ténis de Mesa da ilha Terceira e à Federação Portuguesa de Ténis de Mesa. Disse.

Horta, Sala das Sessões, 14 de julho de 2016

Os Deputados Regionais: António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro,

Judite Parreira, Luís Garcia, Bruno Belo e Paulo Ribeiro

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto é de saudação pelo Centenário de Manuel de Sousa de Oliveira.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade, pelo PSD.

**Deputado José Andrade** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

## Voto de Saudação

#### Pelo centenário de Manuel de Sousa d'Oliveira

Os Açores comemoram este mês em São Miguel o centenário de Manuel de Sousa d'Oliveira, por iniciativa da sua Fundação sedeada em Ponta Delgada.

Sousa d'Oliveira introduziu a arqueologia científica nos Açores e legou todo o seu património cultural à Fundação de interesse público que ostenta o seu nome.

Merece ser recordado e saudado pelo Parlamento dos Açores quando agora se assinala o centenário de uma vida que deixou marca pública e perene.

Nasceu em 1916 na diáspora açoriana e faleceu em 2001 na ilha micaelense que foi o berço dos seus pais e a opção da sua vida.

Veio de Cambridge para Ponta Delgada, ainda criança, estudar na escola primária do Campo de S. Francisco e no Liceu Nacional Antero de Quental.

Fixou-se depois no continente português para uma licenciatura em Histórico-Filosóficas, com distinção, na Universidade de Coimbra.

Era então campeão nacional de diferentes modalidades desportivas, integrou a equipa da Académica que venceu a Taça de Portugal e foi ainda treinador do Beira-Mar e do Varzim.

#### Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

Lecionou no ensino secundário de Viana do Castelo, Aveiro, Coimbra e Caldas da Rainha, aqui fundando o primeiro Clube de História do país.

Dirigiu o Museu Regional de Viana do Castelo, durante 12 anos, e dedicou-se entretanto à recolha etnográfica do teatro popular da ilha de São Miguel.

Apresentou importantes comunicações ao 1.º Congresso Nacional de Arqueologia, em Sintra, e ao Congresso Arqueológico de Espanha, em Sevilha.

É hoje considerado o introdutor da arqueologia científica nos Açores, com as suas descobertas de artefactos quinhentistas em Vila Franca do Campo.

Pouco antes de falecer com 85 anos de idade, em 2000, criou uma Fundação a quem deixou todo o seu património bibliográfico, artístico, histórico e científico.

A "Fundação Doutor Manuel de Sousa d'Oliveira" visa a promoção de estudos arqueológicos nos Açores e a concessão de bolsas a estudantes carenciados, bem como a própria dinamização cultural, estando por isso reconhecida desde 2008 como Instituição de Utilidade Pública.

É esta mesma Fundação, atualmente presidida por Carlos Melo Bento, que comemora a 18 de julho o centenário de Sousa d'Oliveira, com a inauguração da sua nova sede, na freguesia dos Arrifes, e com o lançamento do seu novo livro, "Diário de Escavações".

A esta efeméride e a esta comemoração se associa desta forma o Parlamento dos Açores numa homenagem merecida pela vida interessante e pela obra importante do maior arqueólogo açoriano.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Saudação pelo centenário do nascimento de Manuel de Sousa d'Oliveira**, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua Fundação.

Horta, Sala das Sessões, 14 de julho de 2016

Os Deputados Regionais: António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Luís Garcia, José Andrade e Bruno Belo

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Pedro Moura tem a palavra.

(\*) **Deputado Pedro Moura** (PS): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr.

Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A bancada parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto, até pela

figura ímpar que foi Manuel de Sousa Oliveira.

Como aqui foi referido, fez um percurso inverso à maioria esmagadora dos

açorianos que emigram.

Isto tem a ver com os seus dois grandes interesses na vida: o seu país e a sua

terra e especialmente os Açores e também o seu interesse pela arqueologia.

Dedicou grande parte da sua vida a estudos arqueológicos e de história, numa

área sempre científica em várias regiões do país, mas com especial incidência

na Ilha de São Miguel, e posso referir, essencialmente na área de Vila Franca,

uma vez que é uma área muito rica e que foi ali que foi instalada a primeira

capital da Ilha de São Miguel.

Depois deixou a Fundação Manuel de Sousa Oliveira. Enquanto pôde, apoiou-a

com os seus meios, não só na área científica, mas também com os seus meios

materiais, e teve uma importante ação em granjear jovens para esta causa, em

apoiar todos os jovens, e não são muitos aqueles que nos Açores se interessam

pela arqueologia científica, onde há ainda um longo caminho a percorrer.

A Fundação tem-se mantido ativa, daí este voto também, na divulgação de

questões históricas e científicas relacionadas com os Açores e espera-se que

dinamize umas das suas principais causas ou razões da sua constituição, o apoio

a jovens que necessitam desse mesmo apoio para poderem concluir os seus

estudos especialmente nas áreas da arqueologia e da história.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

11

IV Sessão Legislativa

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora para os votos de protesto.

O primeiro é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

#### **VOTO DE PROTESTO**

## Pelo incumprimento da lei e desrespeito do Parlamento

A verdadeira democracia, que defendemos e queremos ver exercida, "baseia-se nos princípios do governo da maioria associados aos direitos individuais e das minorias".

O próprio quadro legislativo regional autónomo, desde sempre, contempla um conjunto de disposições que concorrem para consagrar direitos às minorias. Entre outros articulados, destacamos os que habilitam todos os deputados, sem exceção, a "requerer e obter do Governo Regional ou dos órgãos de qualquer entidade pública regional os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do seu mandato".

Esse é o mecanismo regimental que permite a cada deputado, seja da maioria ou das oposições, obter informação necessária para responsavelmente, e de modo fundamentado, avaliar e fiscalizar a ação governativa, como lhe compete.

Por sua vez, ao Governo Regional incumbe responder e facultar a informação requerida no prazo máximo de 60 dias, cumprindo-se deste modo a condição de

sistema parlamentar que somos, no qual o governo depende e responde politicamente perante os deputados.

Mas há uma distância enorme a separar o exercício democrático do poder, do uso musculado de uma maioria, viciada em 20 anos de poder, arrogante, com um inqualificável sentido de impunidade que a faz julgar-se dispensada do cumprimento do que está legalmente estatuído.

E de nada vale ao Governo Regional invocar que respondeu a uma percentagem de requerimentos, porque a sua obrigação legal e política é dar resposta a todos os requerimentos, sem exceção, e a tudo o que é requerido, sem omissão.

O uso do mecanismo regimental de transformar em pergunta oral os requerimentos não respondidos no prazo legal, teve a virtude de impelir o Governo Regional ao suposto cumprimento do seu dever. O receio de ser confrontado em Plenário com as matérias em apreço e com os motivos do incumprimento da lei fizeram o Executivo alegadamente responder a tais requerimentos (sublinho, alegadamente).

Na verdade, tratou-se tão só de ludibriar o Parlamento, insistindo numa prática desrespeitadora do principal Órgão da nossa Autonomia e na afirmação de uma prepotência inqualificável, pois em diversos casos o Governo não responde à totalidade das questões formuladas, não disponibiliza a documentação requerida e chega ao despudor de enviar informações sem relação com a matéria objeto do requerimento.

Neste dia de julho de 2016, o Governo Regional tem em atraso 11 requerimentos...

**Deputado José Ávila** (PS): Quantos é que houve no total?

O Orador: ... com origem em Deputados da bancada do Grupo Parlamentar do PSD.

Três desses requerimentos remontam a 2013; um em 2014 e sete em 2016.

Mas vejamos o que está aqui em causa. Vou dar alguns exemplos.

Um dos requerimentos em atraso...

**Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Tem pouca gente a trabalhar no Governo!

**Deputado Francisco César** (PS): Se calhar até tem!

**O Orador:** ... pretende obter do Governo Regional cópia dos pedidos de indemnização solicitados pela Euroscut ao Governo Regional.

No requerimento pede também...

**Deputado Francisco Coelho** (PS): Mas isto não está o voto!

**Deputado Bruno Belo** (*PSD*): Não tem que ler o voto, basta apresentar!

**O Orador:** ... mapas relativos ao tráfego total real no ano 2012 nas Scuts e mapa do tráfego previsional constante do cenário base do projeto durante o período da concessão.

**Deputado Francisco Coelho** (PS): Está a descentralizar!

**Deputado Berto Messias** (*PS*): Isto não faz parte do voto! Nem por lá perto! São as artimanhas do PSD!

**O Orador:** Outro requerimento não respondido solicita cópia do estudo de dimensionamento de cabeços de amarração das estruturas de acostagem dos terminais de passageiros dos portos da Madalena, São Roque, Horta e Velas.

**Deputado Berto Messias** (*PS*): São as artimanhas do Deputado Joaquim Machado! Não é nada de novo!

**O Orador:** Outro requerimento não respondido pretende obter informação sobre o valor global dos contratos ARAAL celebrados com cada município dos Açores nos anos 2012, 2013, 2014 e 2015.

Outro requerimento não respondido pretende obter o montante dos apoios concedidos a cada junta de freguesia para aquisição de mobiliário...

**Deputada Catarina Moniz Furtado** (*PS*): Os açorianos nem dormem para pensar nisso!

O Orador: ... e equipamento informático em 2012 e 2013.

Portanto, estes são alguns exemplos das informações requeridas ao Governo Regional e que ainda não foram presentes aos legítimos representantes do povo dos Açores.

Nós não conseguimos descortinar razões práticas, objetivas e materiais que justifiquem este atraso, a não ser que estejam à espera dos prometidos navios há 10 anos para trazer até aqui a documentação solicitada.

## **Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas vejamos requerimentos que alegadamente foram respondidos.

Um deles é sobre a avaliação da situação económica por concelho. Como é que o Governo Regional respondeu?

Respondeu 34 meses depois do requerimento ter dado entrada (34 meses depois!), ou seja, 17 vezes mais tempo do que a lei dispõe. E o que é que respondeu?

**Deputado Berto Messias** (PS): Não há limite para apresentar votos?!

**O Orador:** "Os senhores se querem obter informação façam favor de ver nas publicações nacionais do INE e da Direção Geral de Administração e Emprego Público".

## Deputado Luís Garcia (PSD): Uma vergonha!

**O Orador:** Outro requerimento supostamente respondido era sobre a requalificação da Escola Básica e Integrada dos Arrifes.

No requerimento solicitava-se cópia do contrato de adjudicação da elaboração do projeto. Como é que o Governo Regional respondeu? Não entregou a cópia do documento. Limitou-se a dizer: "informamos que a elaboração do projeto foi adjudicada e o respetivo contrato assinado no passado dia 19 de fevereiro".

Vejamos ainda mais um exemplo:

Novamente a deslocação de médicos especialistas ao Hospital da Horta.

Pergunta-se no requerimento "se se confirma que desde setembro de 2014 não houve deslocação ao Hospital da Horta de médicos especialistas em cardiologia para efetivar a certificação periódica de pacemakers?"

Como é que foi dada a resposta? "Os utentes portadores de pacemakers das Ilhas do Pico e de São Jorge estão a ser acompanhados dentro dos prazos clínicos estabelecidos".

**Deputado Berto Messias** (PS): O PSD é que precisa de pacemaker, urgentemente!

O Orador: Vejamos ainda mais um caso sobre atos inspetivos da Inspeção Regional da Administração Pública.

**Deputado André Bradford** (PS): Já não vai lá, nem sequer com pacemaker! **Deputada Catarina Moniz Furtado** (*PS*): Um desfibrilhador!

(Pausa)

**Presidente:** Sr. Deputado, faça o favor de continuar.

O Orador: Com certeza, Sra. Presidente. Vou continuar, registando este incómodo na bancada do Partido Socialista, mas o incómodo naturalmente devia ser pela circunstância do Governo Regional não cumprir as suas obrigações para com este plenário.

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Muito bem!

**Deputado Berto Messias** (PS): Quanto mais o senhor falar melhor para o PS!

O Orador: Eu estava a dar o exemplo dos atos inspetivos da Inspeção Regional da Administração Pública, um requerimento que solicitava cópia de documentos. O Governo Regional demorou 33 meses para responder dizendo que essa informação estava disponível no site da Administração da Inspeção, quando os anos em apreço da documentação solicitada efetivamente já não consta, mas mais ainda, com mais esta particularidade: era que um dos atos inspetivos, a resposta foi de que não existia.

Ora, no relatório de atividades da Inspeção Regional da Administração Pública consta atividades numa instituição, concretamente na Escola Profissional de Capelas, como tendo estado lá três inspetores a realizar tarefas inspetivas e depois diz que não há relatório final dessa inspeção, sabendo-se que efetivamente lá estiveram a trabalhar três inspetores.

Estas situações não podem deixar de ser registadas, denunciadas e reprovadas.

A instituição primeira da nossa Autonomia, que é a Assembleia Legislativa dos Açores, não pode ignorar a indiferença e o desrespeito que lhe vota o Governo Regional. Porque tal circunstância cerceia direitos fundamentais da Oposição, impede a fiscalização que a ela incumbe e torna a governação muito pouco transparente. Tão pouco deve o Parlamento tolerar este tipo de comportamento que em nada concorre para engrandecer a Autonomia e, em última instância, atenta contra a própria Democracia.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Protesto ao Governo Regional pelo desrespeito ao Parlamento, consubstanciado na falta de resposta a inúmeros requerimentos, na ultrapassagem sistemática dos prazos fixados para o efeito e na disponibilização de informação desconforme com os assuntos requeridos.

Disse

Horta, Sala das Sessões, 14 de julho de 2016

**Os Deputados:** António Marinho, Luís Rendeiro, Luís Maurício, Joaquim Machado, Bruno Belo e Luís Garcia

Deputados António Marinho e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

**Presidente:** Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(\*) **Deputado Francisco Coelho** (*PS*): Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Entendeu o PSD, nesta época de canícula eleitoral, protestar contra o Governo (não é propriamente uma novidade!), e nós bem percebemos que o PSD não goste deste Governo, nem da cor deste Governo.

## Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Resta saber o fundamento que arranjou e o fundamento é que nos deve preocupar, porque alega o PSD que este Governo desrespeita o Parlamento. Acontece que de forma, eu creio que muito simbólica e diria mesmo que muito feliz, este requerimento foi apresentado, revisto e ampliado pelo Sr. Deputado Joaquim Machado que (justiça lhe seja feita) é um resiliente e um resistente da política partidária do Partido Social Democrata nos Açores.

## Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Assim sendo, naturalmente que nos ajuda, nos estimula a fazer um retrato diacrónico, cronológico, deste Parlamento e do respeito que tem havido por este Parlamento ao longo da história desta Autonomia.

E fazendo uma homenagem de algum modo irreverente às competências históricas do Sr. Deputado Joaquim Machado, eu diria que a história deste Parlamento, ao nível do seu respeito, do seu prestígio e dos seus direitos, podia, na minha modesta opinião, ser dividida em duas partes: antes do Machado e depois do Machado.

#### (Risos dos Deputados da bancada do PS)

Ou seja, usando a sinédoque antes do PSD e das suas maiorias absolutas e depois do PSD e da maioria relativa ou das maiorias absolutas do PS.

A verdade, Sras. e Srs. Deputados, é que antes de Machado, este Parlamento, ao nível de um poder essencial, como o poder orçamental, tinha os poderes de uma Assembleia Municipal, a respeito do Orçamento. Ou aprovava em bloco ou rejeitava em bloco.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Não podia apresentar propostas de alteração orçamental. Foi preciso alguns anos e a força da oposição para que essa menoridade acabasse.

**Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Gostei dessa frase: "Força da oposição"!

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

O Orador: Para que essa menoridade acabasse.

Este Parlamento, até 1997, face à sua importância, reunia cinco vezes por ano e na altura achava-se que cinco vezes por ano chegava e sobrava para fiscalizar o Governo.

Foi preciso o PSD perder essa maioria absoluta, ou seja, um bocadinho depois do Machado, e este Parlamento voltou a reunir todos os meses.

**Deputado José San-Bento** (PS): Muito bem!

O Orador: Foi também já com as maiorias absolutas do PS que se introduziram, a respeito de coisas fundamentais, a obrigatoriedade de maioria de dois terços para aprovar determinados problemas.

**Deputado Berto Messias** (PS): Muito bem!

O Orador: Desde logo, o Regimento desta Casa.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem lembrado!

O Orador: Era líder do Grupo Parlamentar do PS o Deputado Vasco Cordeiro, em que a revisão do Regimento passou a ser feita obrigatoriamente por dois terços.

Também assim ao nível das propostas estatutárias desta câmara, algo absolutamente essencial, que requer uma maioria qualificada de dois terços.

Também assim, ao nível da nossa Lei Eleitoral.

Também sempre foi respeitada nesta Casa a regra de que a Mesa deve ser plural, as comissões devem ser plurais,...

**Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Menos!

O Orador: ... segundo o Método de Hondt.

A gente pode pensar noutras realidades onde o PSD governou, onde isso foi verdadeiramente espezinhado.

E sobretudo se pensarmos, Sras. e Srs. Deputados, se pensarmos hoje, aliás, num Parlamento seguramente democrático e plural, como é a atual composição da Assembleia da República, os direitos que tem a Representação Parlamentar, chamemos-lhe assim, do Partido dos Animais, e os direitos que têm aqui as

Número: 146

#### Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

representações parlamentares, que inclusive podem pedir e pedem debates de urgência,...

**Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Debate de urgência não podem!

O Orador: ... que participam na conferência de líderes, que têm no mínimo 10 minutos para conversar, eu acho muito bem, mas isso, sejamos justos, diz bem o que são os direitos que a oposição tem e ainda bem que tem neste Parlamento.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Agora cabe à oposição bem usar ou não esses direitos.

E não deixa de ser absolutamente irónico, para não dizer tragicómico, que o Sr. Deputado Joaquim Machado tenha subido aqui para defender a honra do Parlamento e tenha-o feito para apresentar um voto, quando o que fez, de forma aliás inédita nesta Casa, foi tudo menos apresentar um voto.

Apresentar um voto é um documento que existe e que até deve ser feito de forma sintética.

O Sr. Deputado Joaquim Machado, de forma arrogante,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... a respeito de um voto, fez as revisões, os acrescentos e os imprevistos que bem entendeu, em absoluto desrespeito por esta Casa.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, democracia, direitos, a oposição tem. É bom é que os saiba usar. Às vezes não sabe.

**Deputado Artur Lima** (CDS-PP): De qual oposição é que está a falar?

O Orador: Só o comportamento hoje do Deputado Joaquim Machado nesta Casa justifica o chumbo deste voto.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Naturalmente assim será em nome da Democracia.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

**Deputado Luís Garcia** (*PSD*): Sobre a matéria em causa disse zero!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação, Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sobre o voto o senhor disse zero!

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

(\*) **Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Sra. Presidente, peço a palavra para fazer uma interpelação à Mesa, para saber de V. Exa. se desrespeitei alguma norma regimental...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É uma pergunta legítima!

O Orador: ... na apresentação do voto.

O Sr. Deputado Francisco Coelho acabou de fazer uma acusação muito objetiva, que retirando as motivações pessoais, que ele lá saberá quais são, na parte política naturalmente requerem um esclarecimento.

(\*) **Presidente:** Sr. Deputado Joaquim Machado, regimentalmente não há nada que impeça aquilo que o senhor fez.

Naturalmente a questão aqui que se poderia colocar, mas eu também não fiz nenhuma advertência, é que o voto efetivamente pode ser apresentado, mas geralmente esta é uma figura regimental mais escorreita.

Portanto, o tempo que o Sr. Deputado Joaquim Machado levou a apresentar este voto, naturalmente apresentando conteúdos que não estavam nele descrito, pode efetivamente ter criado aqui algum...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Urticária!

**Deputada Catarina Moniz Furtado** (PS): É a criatividade literária do Sr. Deputado!

A Oradora: ... espanto, porque não é de facto habitual.

Mas naturalmente não foi contra o Regimento, porque se tivesse ido, eu teria que ter feito advertência, mas naturalmente também que 10 minutos para apresentar um voto não é habitual nesta Casa.

Vamos continuar o nosso debate.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Primeiro, para fazer uma pequena referência e uma questão de justiça em relação ao Sr. Deputado Francisco Coelho, ex-Presidente desta Casa.

É verdade que no seu tempo as Representações Parlamentares, de facto, podiam provocar debates de urgência, mas a verdade é que sem que tenha existido nenhuma alteração no Estatuto Político-Administrativo desde que V. Exa. saiu da Presidência, e também sem que tenha existido nenhuma alteração do ponto de vista do Regimento, a verdade é que a interpretação agora é diferente e as Representações Parlamentares não podem, neste momento, porque a Sra. Presidente faz uma interpretação diferente da sua, provocar debates de urgência. Isso significa evidentemente uma diminuição da capacidade política das Representações Parlamentares.

Neste caso, o que nós temos é uma degradação das condições em que se pode fazer oposição nos Açores por parte das Representações Parlamentares.

Tem razão V. Exa., porque no seu tempo era, mas agora já não é possível.

Também dizer o seguinte:

Outro enfraquecimento da capacidade de fiscalização das Representações Parlamentares de todos os Deputados desta Casa tem a ver com a nova interpretação em relação ao facto de se poder transformar perguntas escritas em perguntas orais. Como já verificámos, também aqui a interpretação é diferente e neste momento restringe os direitos da oposição política.

Número: 146

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

Portanto, com estes dois exemplos pode V. Exa. verificar que as condições de fiscalização política por parte das Representações Parlamentares, do conjunto de Deputados que aqui estão sentados, estão a piorar e não a melhorar.

Em segundo lugar, quero aqui fazer uma referência a uma questão, que acho que é uma questão fundamental.

Eu não quero perder-me em questões de partidarite aguda, porque a cidadania está preocupada com a Resolução dos problemas, com a qualidade da nossa Democracia e a qualidade como são exercidos os direitos da oposição e também a qualidade com que o Governo Regional responde às questões.

Basicamente o Partido Socialista disse o seguinte:

Nós somos maus, mas o PSD era muito pior. Basicamente foi esta a argumentação.

Eu penso que este não pode ser o argumento. Não contesto nada a vossa observação. A observação é vossa, é da responsabilidade de V. Exas..

Agora, o que eu contesto é o seguinte, e todos os Deputados que aqui estão sabem disso:

Nós telefonamos para uma Secretaria a pedir informações e dizem-nos: "não, não. Siga o procedimento normal."

Nós e qualquer cidadão.

Tenho a certeza que qualquer jornalista que está aqui a observar estes trabalhos sabe que existe uma blindagem em relação aos dados e que é quase impossível aceder aos dados da Administração Regional e por isso o requerimento é absolutamente fundamental.

Ao contrário da Assembleia da República, aqui o Governo tem a capacidade de responder em 60 dias. Na Assembleia da República deve fazê-lo no prazo de 30 dias.

E há também outra questão que é muito importante. Na Assembleia da República, sempre que o Governo não consegue cumprir o prazo, envia uma explicação, um conjunto de argumentos, que explica por que razão é que não

Número: 146

#### Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

está a conseguir responder dentro do prazo, que foi de 30 dias, metade do tempo, ao requerimento.

Aqui, são duas áreas evidentes de melhoria que podemos introduzir nos Acores em comparação com a Assembleia da República.

Mas há uma questão também que eu considero que é fundamental, e termino, Sra. Presidente:

Os requerimentos são uma forma de resolver muitos problemas.

Temos que tentar perceber. Ao efetuarmos uma proposta, há dados que não estão publicados e que temos que perguntar à Administração Regional.

Também quando verificamos que as coisas não estão a funcionar bem no âmbito da Administração, nós, ao efetuarmos estas perguntas, também fica patente que existe um incumprimento ou uma ineficiência que V. Exa. muitas vezes, do ponto de vista central, também desconhecem.

Por exemplo, vou dar só dois exemplos.

Conselho Consultivo do Parque Natural da Ilha do Corvo:

Através de um requerimento descobri que desde a criação do Parque Natural da Ilha do Corvo que o Conselho Consultivo não funciona, conforme está previsto na legislação e que pura e simplesmente não reúne nunca, nunca!

Já pedi as atas das reuniões do Conselho Executivo para ficar bastante evidente que nunca foi constituído e que nunca funcionou. Isto é um exemplo e exemplos destes existem às dezenas.

V. Exas. têm conhecimento desta situação?

Eu creio que muitas situações não conhecem. Não conhecem estas incompetências, estas negligências por parte de alguns serviços periféricos.

Nesse sentido, também para V. Exas. deveria ser um contributo positivo.

Qual é a resposta no âmbito de muitos requerimentos?

Como por exemplo, ontem, aquele que discutimos, o atraso muito significativo do pagamento a doentes e deslocados.

Ficou provado que existia um grande, grande, grande conjunto de atrasos...

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... e que evidentemente de uma forma transparente o Governo Regional deve transmiti-los.

Qual é a vossa resposta no âmbito dos requerimentos? Tentar esconder estes factos.

A Democracia sai muito valorizada, muito melhorada, se a vossa resposta for "isto não funcionou, mas vai passar a funcionar".

Portanto, essa tem que ser a atitude. Melhorará o trabalho da oposição e também do Governo Regional.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(\*) **Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Começo naturalmente por agradecer ao Sr. Deputado Francisco Coelho a generosidade dos elogios políticos que me fez...

**Deputado José Ávila** (PS): Presunção e água benta...

O Orador: ... reconhecendo que, não o tendo politicamente em tão elevada consideração, não consigo retribuir na mesma medida.

Deputado Francisco Coelho (PS): Temos pena, Sr. Deputado!

O Orador: Talvez diria apenas que entre ser resiliente e ser resíduo da político, eu prefiro ser resiliente...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Que pobreza de espírito!

O Orador: ... porque isso é efetivamente uma virtude que não desmerece quem efetivamente a tem.

**Deputado Francisco César** (*PS*): O senhor ainda tem que comer muito pão para lá chegar!

**O Orador:** Depois, sobre as motivações pessoais que o senhor evidenciou na argumentação apresentada, também não tenho nada a dizer. V. Exa. provavelmente terá razões para isso.

Agora uma coisa ficou muito clara. É que o senhor, em nome da bancada do Partido Socialista, justificou, e bem, a razão do voto contra este protesto. É apenas por uma motivação pessoal. Tem a ver com a pessoa que o apresentou e não com o conteúdo, porque efetivamente em relação ao conteúdo o senhor não disse nada.

#### Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nada!

O Orador: Não disse nada de nada.

Não desmentiu que o Governo Regional tinha requerimentos em atraso; que responde, em vez de em dois meses, em quatro, cinco, dez, trinta e três, trinta e quatro meses depois, o que é uma violação grosseira do que dispõe o nosso Regimento.

Não desmentiu uma só vez que o Governo Regional responde parcialmente àquilo que lhe é perguntado e, portanto, continua em incumprimento.

Não desmentiu uma só vez que o Governo Regional omite e veda a este Parlamento o acesso a documentação.

Por uma só vez o senhor foi incapaz de desmentir esta triste realidade.

Por uma só vez foi capaz de desmentir que o Governo Regional responde a outros assuntos para alegadamente ficar com a testa limpa de que respondeu aos requerimentos.

Eu dou mais um exemplo:

Em outubro de 2013, o PSD apresentou um requerimento a solicitar comprovativos de pagamento a associações de bombeiros.

Só em maio deste ano (só em maio deste ano!) o Governo Regional respondeu, isto é, trinta e um meses depois. Sabe como é que respondeu?

O requerimento pretendia cópia dos pagamentos feitos relativos à Portaria 402/2012, assinada pelo então Secretário José Contente.

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

Sabe qual foi a resposta do Governo Regional?

Efetivamente disponibilizou os comprovativos de pagamento. Mas sabe de quê?

Da Portaria de 23 de outubro de 2013, assinada por Luís Cabral.

Acha que isso é politicamente sério?!

Acha que isso é resposta ao requerimento?!

Acha que isso é o respeito que este Parlamento, enquanto representante do povo

dos Açores, merece?! Acha que é?!

Portanto, por essas razões, por isso não ser nem sério, nem democrático, porque

o Governo Regional falta às suas obrigações legais e políticas, porque engana

deliberadamente os representantes do povo dos Açores, que somos nós que aqui

estamos, porque se sente impune e indiferente aos mais elementares princípios

da Democracia, apresentamos este voto de protesto e em consciência cada um

dos senhores devia aprová-lo.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Secretária Regional pediu a palavra para?

Regional Secretária Adjunta da Presidência **Assuntos** para

Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Para uma intervenção, Sra.

Presidente.

Eu acho que o Governo tem que ter oportunidade de esclarecer, requerimento a

requerimento, as respostas que deu, que foram aqui invocadas pelo Sr.

Deputado Joaquim Machado.

**Deputado Luís Rendeiro** (*PSD*): Já devia ter respondido! Era sua obrigação!

**Deputado Bruno Belo** (PSD): Devia ter respondido aos requerimentos dentro

do tempo!

X Legislatura

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

(\*) **Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

Numa altura em que se fala de respeito pelo Parlamento, um dos principais motivos que nos traz aqui neste Voto de Protesto é claramente também nos podermos ouvir.

Portanto, apelo a todos alguma serenidade para que possamos ouvir. Penso que a Sra. Secretária já transmitiu aquilo que pretendia, mas Sra. Secretária, lamento informar de que o nosso Regimento não permite que o Governo possa intervir nesta fase dos votos e como tal não lhe posso dar a palavra.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O Voto de Protesto apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Passamos ao próximo Voto de Protesto. Ele é apresentado pelo Bloco de Esquerda. Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

**Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

#### Voto de Protesto

Numa sociedade de consumo, surgem conflitos de interesses, entre os/as cidadãos/ãs e o mercado, pelo que a defesa dos direitos e interesses dos primeiros é matéria de claro interesse público. A Região – ao delegar, em associações de caráter privado mas de relevante interesse público, pois prestam

um serviço a toda a comunidade, independentemente da sua condição de associado – fica obrigada a suportar, financeiramente, estas associações.

Sendo a Associação de Consumidores da Região Açores (ACRA) uma associação com reconhecida utilidade pública – com uma parceria estabelecida com o Governo Regional mas, cuja continuidade da sua atividade se encontra ameaçada, devido à redução constante, ao longo dos últimos anos, do financiamento público que lhe tem sido atribuído e, sobretudo, pelo atraso na transferência deste financiamento, o qual, apesar de parco, foi objeto de contratualização com o Governo Regional – urge proceder à imediata transferência dos valores devidos a esta associação.

Em 9 de dezembro de 2015, o Bloco de Esquerda trouxe, a esta Assembleia Legislativa, um Projeto de Resolução, para que o Governo Regional transferisse o valor acordado, com a ACRA, para o ano de 2015.

Apesar desta iniciativa legislativa ter sido rejeitada, pela maioria absoluta do Partido Socialista, uns dias mais tarde, foi regularizada a dívida em questão, exceção feita à última tranche de 2015.

Estranhamente, até à presente data, esta última tranche de 2015 não foi ainda regularizada. Mas a primeira tranche de 2016, já o foi, muito recentemente. Estranha e curiosa cronologia!

Com uma barra cronológica tão bizarra, a pergunta que se impõe é: – então, quando pagará o Governo Regional as tranches de 2015, em atraso, bem como as últimas duas tranches do ano de 2016?

Relembrando que a Associação de Consumidores da Região Açores (ACRA) foi criada, em 1988, é de caráter privado, não tem fins lucrativos e tem como objetivo — desde sempre e de acordo com a sua natureza — a defesa dos interesses e direitos dos consumidores, independentemente da sua condição de associados.

Considerando que, em fevereiro de 2013, o Governo Regional, através do seu Vice-Presidente, assumiu que manteria o apoio à ACRA, por forma a garantir

Número: 146

que mantivesse os mesmos níveis de atividade – até porque, para o Governo Regional, esta associação tem vindo, desde 2008, a desempenhar um valioso serviço às famílias açorianas, em situação de sobre-endividamento. Um serviço, aliás, sobremaneira reconhecido, por este governante, como de enorme relevância para a Região, o qual motivaria um "reforço da parceria com o Governo Regional".

Considerando que, afinal, o "reforço" dessa parceria não se consubstanciou num reforço do financiamento atribuído – quiçá, numa lógica de «fazer mais, com menos», mesmo numa situação em que o serviço é prestado, no limite das possibilidades da ACRA.

De facto, a redução do financiamento público tem tido, igualmente, consequências, nas atividades regulares da ACRA, nas quais a quebra de regularidade, na recolha de alimentos pronto-a-comer para análise, é um dos exemplos mais recentes.

Considerando que, apesar do financiamento atribuído para 2015 (na sequência do financiamento atribuído em anos anteriores), ser insuficiente, a verdade é que a ACRA ainda não recebeu a terceira tranche do ano de 2015 – mais de 31 mil euros!

Porém, recebeu a primeira tranche do ano de 2016, faltando as segunda e terceira deste mesmo ano.

Considerando que o apoio ao consumidor se encontra consagrado, no quadro legislativo europeu, na Constituição da República Portuguesa, no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e em Lei própria, com vista à proteção dos interesses e direitos do consumidor.

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um Voto de Protesto ao Governo Regional, pelo reiterado e contínuo atraso, nas transferências protocolizadas, entre o Governo Regional e a Associação dos Consumidores da Região Açores,

prejudicando o seu desempenho e o cumprimento das suas obrigações de instituição de utilidade pública.

Propõe-se, ainda, que deste Voto seja dado conhecimento ao Governo Regional e à Associação dos Consumidores da Região Açores.

Horta, Sala das Sessões, 14 de julho de 2016

Disse.

A Deputada: Zuraida Soares

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Contente tem a palavra.

(\*) **Deputado José Contente** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar contra este Voto de Protesto porque considera que este é mais um voto de pretexto e pretexto para invocar situações que no articulado, naquilo que vem descrito no voto, já não correspondem àquilo que poderia ser visto como grandes atrasos que a Sra. Deputada invoca.

Repare-se: em relação à dita cronologia o que se passa é que a primeira tranche de 2015 foi paga a 11-01-2016 e a segunda em 19, de 2016, e a terceira tranche, que foi enviada em abril de 2016, está retida para verificação nos serviços. Porquê? Porque os serviços têm obviamente dúvidas e devem verificar.

**Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Quanto?

(Risos do Deputado António Marinho)

O Orador: Saber junto da ACRA como é que ela justifica o relatório que enviou. É isso que se passa e é por isso que já foram pagos em 2016, porque não causa nenhuma dúvida aos serviços o pagamento.

Portanto, não há aqui nenhum atraso. Há o cumprimento integral daquilo que os Srs. Deputados gostam muito de falar, que é o rigor e a transparência e todas essas situações que são muito interessantes.

**Deputado António Marinho** (*PSD*): Ah!... Não é importante?! Não gostam de falar!

O Orador: Gostam de falar e por isso exatamente as coisas estão a ser comprovadas, como a lei aliás permite.

Por outro lado, é preciso dizer também que esta Associação, que recebe cerca de 90 mil euros por ano do Governo, tem, de acordo com os Relatórios de Contas que entregaram, cerca de 90 mil euros a prazo na banca.

Deputada Graça Silveira e Deputado Artur Lima (CDS-PP): E...

**O Orador:** Portanto, não é uma associação que esteja propriamente falida e sem possibilidade de exercer as suas funções.

Portanto, os Srs. Deputados e a Sra. Deputada que aqui vêm falar em dificuldades desta Associação, pelos vistos essas dificuldades não são assim tão grandes.

**Deputada Zuraida Soares** (BE): Então façam um protocolo!

O Orador: Portanto, isso é mais uma vez um pretexto da demagogia habitual do Bloco de Esquerda de pegar em assuntos que ao fim e ao cabo não os conhece senão pela rama.

Depois, é preciso dizer também que já foi processada em 11-07-2016 a primeira tranche de 2016. Portanto, aquilo que o Bloco de Esquerda quer protestar é pura e simplesmente um pretexto pré-eleitoral para se agarrar mais a uma Associação de Consumidores, que até não está mal financeiramente, e que o Governo está a cumprir com as suas obrigações.

Por isso é um voto que nós vamos naturalmente votar contra.

**Deputada Zuraida Soares** (BE): Naturalmente, Sr. Deputado!...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

(\*) **Deputado Humberto Melo** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Naturalmente o PSD subscreve o Voto de Protesto ao Governo Regional pela forma reiterada como tem vindo a tratar os apoios financeiros às Associações de Consumidores.

**Deputado José Contente** (PS): Isso não é verdade!

O Orador: É verdade, porque antes não havia quadro legal de referência que estabelecesse as regras.

Em 2015, pela Resolução 138, de 15 de setembro, o Governo criou o Programa de Apoio Financeiro às Associações de Consumidores...

**Deputada Zuraida Soares** (BE): E fez bem!

O Orador: E muito bem.

... com o objetivo de assegurar que possam cumprir, com normalidade e rigor, as suas funções, mas de forma injustificada e incompreensível, e apesar do relevante papel que as instituições da Defesa do Consumidor desempenham na vida dos cidadãos e das empresas, mantêm-se os atrasos nos apoios à ACRA.

**Deputado Francisco Coelho** (*PS*): A solução é convidar o Deputado Humberto Melo para Secretário da Economia!

O Orador: A terceira tranche do ano de 2015 ainda não foi paga...

**Deputado José Contente** (PS): Mas porquê?

O Orador: Muito estranho!

... e a primeira de 2016 só agora foi paga, apesar de, nos termos da mesma Resolução, a decisão ter sido tomada até 28 de fevereiro.

Essa atitude desrespeitadora do cumprimento da própria lei, assumindo forjes de clara prepotência contra a ACRA, entidade que tem merecido

Número: 146

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

reconhecimento público generalizado da sociedade, é merecedora do nosso protesto.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Sra. Presidente, para uma intervenção.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária:

Uma intervenção breve, porque não temos muito tempo.

Eu acho que isto chega a um ponto que é preciso começar a pôr pontos nos "is".

Efetivamente onde é que se nota 20 anos de maioria musculada do Partido Socialista?

Nota-se na afirmação do Sr. Deputado José Contente, que é, agora até se controla as contas das associações...

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Muito bem!

O Orador: ... e nós só lhes vamos transferir o dinheiro quando eles não tiverem dinheiro na conta, porque eles têm 90 mil euros não precisam do nosso dinheiro. Quando estiverem na bancarrota então a gente vai transferir-lhe o dinheiro para ficarem dependentes. É essa a política do Partido Socialista.

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Apoiado!

**Deputado Berto Messias** (PS): Mas que conversa é essa?

O Orador: É isso que o Sr. Deputado José Contente veio aqui dizer.

Já vão verificar quanto dinheiro a Associação de Consumidores tem na conta.

Portanto, ainda não estão aflitos, porque ainda têm 90 mil euros.

Depois há outra coisa que é absolutamente inaceitável: os senhores tiveram tempo de verificar as contas para transferir a tranche de 2016.

**Deputado José Contente** (PS): Isso não tem nada a ver!

O Orador: Não tiveram tempo de verificar 2015.

**Deputado José Contente** (PS): Isso é público!

**O Orador:** Sr. Deputado, esforce-me mais um bocadinho para nos convencer e a justificar o voto contra.

**Deputado José Contente** (PS): Mas a questão não é essa!

O Orador: Depois, vota-se contra quando há uma justiça para votar contra.

Não se vota contra, só porque o voto é do Bloco de Esquerda, ou é do PSD ou é do CDS.

Vota-se contra quando temos razão para votar contra.

**Deputado José Contente** (PS): O voto não faz sentido!

O Orador: E neste caso os senhores estão a votar contra os consumidores e os açorianos.

Deputado Paulo Estêvão (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Contente, com todo o respeito institucional e apreço político que lhe tenho, tenho que lhe dizer que a sua intervenção foi lamentável a todos os títulos e vou explicar-lhe porquê?

Quando um partido, neste caso o Bloco de Esquerda, chama a atenção do Governo para o incumprimento das suas próprias decisões, para o incumprimento daquilo que ele próprio protocolizou, neste caso, com uma Associação de Defesa dos Consumidores, o senhor levanta-se e diz que é uma atitude pré-eleitoral e demagógica.

Não é, Sr. Deputado José Contente. É a democracia!

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

É evidente que a maioria absoluta pode chamar-se demagogia e préeleitoralismo, mas no meu vocabulário e no vocabulário do povo tem outro nome: chama-se democracia!

Depois, Sr. Deputado, não negou uma única das afirmações feitas no voto. Tudo aquilo que lá está escrito é certo, é verdade e o senhor não negou uma única das afirmações.

**Deputado José Contente** (*PS*): Não ouviu nada ou ouviu mal!

A Oradora: Finalmente, gostaria de recordar também a esta câmara e a todos os açorianos e açorianas que em dezembro de 2015, de acordo com as palavras do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, que fez a análise e o debate do então Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda com o mesmo objetivo, que era o pagamento das tranches em falta em 2015, o Sr. Secretário Regional fez-nos aqui uma intervenção extremamente...

Deputados Luís Maurício e João Bruto da Costa (PSD): Eloquente!

A Oradora: ... eloquente, onde dizia que o dinheiro – e estou a repetir em termos mímicos, para dizer bem como é que o Sr. Secretário se referiu – estava em trânsito.

Deputado Luís Maurício (PSD): O dinheiro é um conceito!

A Oradora: Estava em trânsito!... Estava em trânsito!...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Estava em trânsito do banco para a ACRA. Estava em trânsito!...

Reparem bem, Sras. e Srs. Deputados:

Em julho de 2016, já não está em trânsito, agora está em revisão, está em fiscalização, está a "ver se a bota bate com a perdigota". As tranches, a forma de as pagar e a importância estão protocolizadas, não é preciso verificar coisíssima nenhuma. É cumprir. E neste momento o Governo, tal como em

Número: 146

dezembro de 2015, está em incumprimento com a ACRA, com a Associação de Consumidores dos Açores.

Dê o Sr. Deputado José Contente as voltas que der, faca mesmo a pirueta.

Muito obrigada.

**Deputado António Marinho** (PSD): Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado José Contente pede a palavra para?

**Deputado José Contente** (PS): Intervir!

**Presidente:** Nesta fase do debate cada bancada só pode intervir uma única vez. Não sei se é algo que possa esclarecer à Mesa através de uma interpelação.

(\*) **Deputado José Contente** (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

É só para chamar a atenção e dar à Mesa, e a Mesa com certeza pode ter isso, a Resolução do Conselho de Governo 138/2015, de 15 de setembro, que no seu ponto 12.º fala no acompanhamento e controlo dos protocolos.

Portanto, não é verdade que a Direção Regional não possa fazer esse acompanhamento do protocolo.

**Deputada Zuraida Soares** (BE): Como diz o senhor Presidente do Governo: "Trabalhem! Não sejam preguiçosos!"

Presidente: A Mesa depois de receber o documento naturalmente o irá distribuir por todas as bancadas.

Sras. e Srs. Deputados, concluído o debate, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de sentar.

Secretária: O Voto de Protesto apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** O último voto desta manhã é um Voto de Pesar apresentado pelo PS, referente ao falecimento de Manuel Henrique Assis Ferreira.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira.

**Deputado António Parreira** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

#### Voto de Pesar

Manuel Henrique Assis Ferreira nasceu a 17 de março de 1946, natural da freguesia de São Bento, concelho de Angra do Heroísmo. Faleceu aos 70 anos de idade, no passado dia 7 de julho, nesta cidade.

Em 1983 radicou-se na freguesia de São Pedro, concelho de Angra do Heroísmo, onde permaneceu e viveu até ao resto dos seus dias.

Destacou-se como autarca nos mandatos de 1993/1997, 1997/2001 e 2001/2005, como membro da Assembleia de Freguesia de São Pedro, sendo eleito Presidente de Junta da referida freguesia e concelho nos mandatos de 2009/2013 e 2013/2017.

Foi ainda Vice-Presidente da Direção do Centro Social e Paroquial de São Pedro durante 30 anos, de novembro de 1985 a março de 2015.

Iniciou a sua atividade profissional em 1967 como funcionário público na administração Regional Autónoma, na Delegação do Emprego e Inspeção do Trabalho, na categoria de oficial, tendo-se aposentado em 1999.

Foi deliberado e aprovado em reunião da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo de 3 de junho de 2016, e Assembleia Municipal de 13 de junho atribuir-lhe a Medalha de Mérito Filantrópico. A medalha será entregue a título póstumo a 21 de agosto, no Dia da Cidade.

IV Sessão Legislativa

Cidadão de qualidades humanas reconhecidas por todos, Manuel Henrique

Assis Ferreira destacou-se pelo seu sentido de dedicação a causas, servindo a

sua comunidade com toda a dedicação e empenho.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar

do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos

Açores, reunida em sessão plenária no período Legislativo de 14 de julho de

2016, a aprovação deste Voto de Pesar, pelo falecimento de Manuel Henrique

Assis Ferreira, pelo seu indelével contributo à Freguesia de São Pedro, concelho

de Angra do Heroísmo, e ao poder autárquico.

Do presente Voto de Pesar seja dado conhecimento à família, à Junta e

Assembleia de Freguesia de São Pedro, ao Município e Assembleia Municipal

de Angra do Heroísmo.

Horta, Sala das Sessões, 14 de julho de 2016

Os Deputados: António Toste, Berto Messias, Domingos Cunha e Francisco

Coelho

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como

estão.

**Secretária:** O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos fazer agora um intervalo. Regressamos às 10 para o meio-

dia.

Eram 11 horas e 25 minutos.

39

(Após o intervalo a Sra. Deputada Graça Silva substituiu a Deputada Bárbara Chaves na Mesa)

**Presidente:** Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 03 minutos.

Entramos agora nas declarações políticas. Hoje tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

**Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Fizemos um esforço, ao longo de mais esta legislatura, de propor neste Parlamento um conjunto de iniciativas parlamentares que configuram a base de um rumo alternativo à esgotada e repetitiva iniciativa do PS e do Governo Regional que, do pedestal da sua maioria absoluta arvora-se, bastas vezes, em dono da verdade e dos destinos dos Açores e do Povo Açoriano...

**Deputado Miguel Costa** (PS): Cassete!

O Orador: ... cumprindo as políticas austeritárias e as inevitabilidades que lhe estão subjacentes e que nos subtraem autonomia, nos empobrecem e nos remetem para a cauda das regiões menos desenvolvidas da União Europeia.

Apresentámos ao longo desta legislatura, como aconteceu no passado, inúmeras propostas legislativas e centenas e centenas de propostas de alteração a iniciativas apresentadas pela maioria, quer pelos restantes partidos da oposição, quer pelo governo regional. Questionámos o Governo múltiplas vezes e confrontámo-lo com o resultado das suas opções. Demos o nosso contributo em incontáveis debates sobre todo os temas de interesse regional.

Com apenas um Deputado, procurámos criar os consensos para que as soluções que propúnhamos se tornassem realidade. Mas decisiva foi essa voz e essa

vontade do Povo Açoriano, que deu força às propostas do PCP e fez com que mais de duas dezenas delas fossem aprovadas, catorze delas por unanimidade.

Ao aproximarmo-nos do final de mais uma legislatura, queremos dizer desta tribuna aos açorianos que cumprimos o nosso compromisso com os açorianos, fomos tão longe quanto foi possível com apenas um deputado, procurámos contribuir para a melhoria das condições de vida de todos os açorianos e para o desenvolvimento de todas e de cada uma das nossa ilhas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No entanto, muitas das nossas propostas foram limitadas nos seus efeitos e no seu alcance pela falta de vontade política ou incúria do Governo Regional e da maioria que o suporta. Demasiadas vezes, o PS aprova, mas o Governo não cumpre ou, ou vai cumprindo, ou remete para as calendas gregas. Ou seja, esta maioria absoluta faz de conta que dialoga, aprova propostas porque politicamente não tem como as reprovar, mas a sua concretização fica, bastas vezes, adiada sine dia.

Deixo apenas três exemplos senhoras e senhores deputados.

1.º Ilha Graciosa - a Marina da Barra,...

# Deputado José Ávila (PS): Um projeto!

**O Orador:** ... a aprovação, em sede de orçamento, num dos já longínquos anos da anterior legislatura, por concretizar;

- 2.º Ilha de Santa Maria Recuperação do "Cine Atlântida", aprovação no primeiro ano da presente legislatura, por concretizar; e
- 3.º Ilha do Faial recuperação das termas do Varadouro, por concretizar.

Escolhi estes três exemplos de outras tantas ilhas, ilhas votadas ao abandono pelo poder executivo regional.

Mas senhoras e senhores deputados a listagem dos exemplos de propostas do PCP aprovadas pela maioria do PS, das quais cerca de 50% mereceram a unanimidade desta câmara, que até à data não foram concretizadas, vai muito

para lá das que enumerei, mas julgo que seria fastidioso trazer aqui essa longa lista.

Este constante adiar, protelar, limitar, reduzir, evitar a aplicação ou esquecer por completo as medidas que aprova no Parlamento Regional são, infelizmente, uma marca característica deste Governo e da maioria absoluta que o suporta.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Escudado na sua maioria absoluta, o PS, para obter ganhos políticos ou mediáticos e para esconder o profundo isolamento político em que se encontra, vai aprovando algumas propostas da oposição, mas, depois, ou não as aplica ou limita-lhes o alcance, naquilo que tem sido um comportamento e uma prática recorrente.

E vêm depois, com enorme hipocrisia, proclamar a sua generosidade e abertura, por terem aprovado algumas propostas que não têm qualquer intenção de aplicar.

Isto demonstra, desde logo, um grande desrespeito pelo sistema autonómico e pelo papel e poder legislativo do Parlamento Regional, que o Governo Regional...

# Deputado José Ávila (PS): Não apoiado!

O Orador: ... continua a usar de todos os subterfúgios ao seu alcance para contornar ou esvaziar. Mesmo com a maioria absoluta, o PS prefere muitas vezes não discutir, não assumir as suas opções, deixando o Governo Regional, mais ou menos discretamente, a aplicar ou não o que muito bem entende, sem ter de o sujeitar ao escrutínio democrático deste Parlamento constituído pelos representantes do Povo Açoriano.

Demonstra também o total isolamento do PS Açores em relação à sociedade e às forças políticas açorianas. São já demasiados anos a viver atrás da espessa carapaça da maioria absoluta, que o torna imune às queixas e problemas dos

açorianos e em relação à realidade da nossa Região. O hábito do poder absoluto fez com que o PS pura e simplesmente desistisse do diálogo democrático,...

**Deputado Berto Messias** (PS): Não é verdade!

O Orador: ... ouvindo apenas a voz do líder e vendo os Açores sempre pintados de cor-de-rosa, é tempo de encarar a realidade e introduzir outros matizes cromáticos...

**Deputado Berto Messias** (*PS*): O senhor sabe que isso não é verdade. Uma mentira dita muitas vezes não passa a ser verdade!

O Orador: ... para além da cor-de-rosa nas decisões sobre o modelo de desenvolvimento, é tempo de encontrar projetos de desenvolvimento que atendam às especificidades das nossas ilhas, modelos de desenvolvimento que potenciem o capital endógeno de cada uma delas e que se promova a complementaridade ao invés dos bairrismos e da competitividade exacerbada.

Esta declaração política pretende demonstrar que não basta existir uma oposição empenhada e construtiva como tem sido o PCP, quer nesta legislatura, quer em anteriores, quer com o atual deputado, quer com quem me antecedeu, não basta a diversidade e a pluralidade nas bancadas do Parlamento Regional. Não basta que se aprovem soluções criativas, hodiernas e inovadoras que melhoram a vida dos açorianos.

Nada disto é suficiente quando existe uma maioria absoluta instalada, cuja primeira prioridade é a de continuar a impor a sua vontade, sem concretizar nem atender às nossas propostas;

Propostas que mais não são do que o eco de quem não tem voz;

Propostas que mais não são do que a voz do Povo Açoriano;

Propostas que mais não são do que a voz dos pescadores, dos lavradores, dos trabalhadores da administração pública regional e local e dos trabalhadores do setor privado;

Propostas que mais não são mais do que a voz dos micro, pequenos e médios empresários;

Propostas que mais não são do que a voz dos pensionistas e reformados;

Propostas que mais não do que a voz de um Povo que um dia acreditou numa região onde o desenvolvimento aproximasse todos os açorianos e açorianas viva esse Povo nas Flores ou em Santa Maria, no Topo em S. Jorge, na Piedade do Pico, em Ponta Delgada ou na Vila Franca em S. Miguel, tão perto e tão distantes.

Embora o PS ainda se preocupe em manter as aparências, a verdade é que é essa maioria, é esse poder absoluto que se tornou hoje no principal obstáculo ao desenvolvimento dos Açores; é essa maioria, é esse poder absoluto que corporiza o estrangulamento ao pleno funcionamento do nosso sistema democrático cujo pilar é esta Assembleia.

**Deputado José San-Bento** (PS): Acha que alguém acredita nisso?!

O Orador: Atente-se para a Assembleia da República, senhoras e senhores deputados e veja-se a diferença entre o PS com maioria absoluta e o PS sem maioria absoluta, que é obrigado a dialogar no Parlamento, com outros partidos, as políticas que pretende aplicar.

Atente-se à inversão de políticas e ao fim das inevitabilidades que o atual quadro parlamentar da Assembleia da República possibilitou e a conclusão é linear, é a atual maioria regional, é o atual poder absoluto o principal obstáculo que o Povo Açoriano tem de retirar do caminho para se corrigirem erros, para se encontrar um novo rumo de desenvolvimento para os Açores e para o seu Povo. A oportunidade de mudança ocorre já no próximo mês de outubro e estou certo que o Povo Açoriano vai saber escolher o que quer para o seu futuro, vai saber pôr um ponto final nesta maioria e neste poder absoluto,...

**Deputado Duarte Moreira** (PS): Como sempre!

O Orador: ...vai saber reconhecer a importância do nosso trabalho e vai saber transformar o reconhecimento do papel do PCP em apoio eleitoral.

Disse.

**Deputado André Bradford** (*PS*): Quando eu quiser ir a um comício do PCP vou por mim próprio! Não sou obrigado a assistir a um comício do PCP.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quando o Sr. Deputado Aníbal Pires começou a falar, tal como noutras ocasiões, veio-me logo à cabeça uma música politicamente incorreta, socialmente incorreta e com uma mensagem incorreta. É a música "quanto mais me bates, mais gosto de ti".

Esta tem sido a estratégia do PCP em relação ao Partido Socialista ou ao Governo, que é, bater o mais possível e depois dizer podemos ser amigos. Apesar de tudo isto podemos ser amigos!

E eu apresento-me aqui, candidato-me para ser o primeiro amigo.

Esta questão é uma questão que tem pouca coerência política, até porque V. Exa. de alguma forma fragilizou essa sua posição.

É a análise que eu faço, os Srs. Deputados farão as suas. A análise que eu faço é que o Sr. Deputado ao longo desta Legislatura esteve demasiadas vezes alinhado com o Partido Socialista e o Governo Regional.

E por isso, nesse sentido, o seu diferencial político, ou o diferencial político, poderia introduzir no âmbito do fim de uma maioria absoluta do Partido Socialista, parece-me muito fraca, tendo em conta estas últimas duas legislaturas.

Por isso, Sr. Deputado, esta é a crítica que lhe tenho a fazer e dizer o seguinte: Concordo consigo, concordo com V. Exa., quando diz que a maioria absoluta é um obstáculo formidável às mudanças políticas e económicas que se têm que introduzir nos Açores no sentido de fomentar o progresso da nossa Região e a justiça social.

Concordo consigo. Acho que é absolutamente fundamental que esta maioria absoluta termine no próximo dia 16 de outubro.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(\*) **Deputado José San-Bento** (PS): Sra. Presidente, Sr. Presidente Vasco Cordeiro,...

**Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Isso é que é: Vasco Cordeiro!

O Orador: ... Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois desta declaração política e na sequência de outras declarações feitas nos dias antecedentes, constatamos com enorme perplexidade que os partidos da oposição transformaram assumidamente as próximas eleições regionais de outubro num campeonato para tirar a maioria absoluta ao Partido Socialista.

**Deputada Benilde Oliveira e Deputado Miguel Costa** (PS): Muito bem!

**Deputado Artur Lima** (CDS-PP): E com razão!

O Orador: É inacreditável, Srs. Deputados! Peço-vos que façam melhor o vosso trabalho, porque com uma melhor oposição nós seremos um melhor governo.

Deputados Berto Messias e André Bradford (PS): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: Como é óbvio, Sr. Deputado, respeitamos legitimamente a opinião do PCP...

**Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Nós, quem?

O Orador: ... em relação às maiorias absolutas. Respeitamos a vossa opinião, mas discordamos totalmente dela e é bom que isso fique muito claro. A forma como caracterizou as maiorias absolutas do Partido Socialista merece a nossa total oposição.

Eu queria começar por esclarecer, Sr. Deputado, que não vale a pena, o senhor e outros partidos virem aqui tentar instalar uma ideia em que parece que as maiorias parlamentares de apoio do PS são algum género de usurpação.

Sr. Deputado, são maiorias legítimas, democráticas e que correspondem à expressão da vontade dos eleitores dos Açores em eleições livres e democráticas.

**Deputado Francisco César** (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, o PS não tem qualquer complexo em relação às suas maiorias, antes pelo contrário, nós temos é um enorme orgulho e assumimos integralmente todas as nossas responsabilidades.

É óbvio que com isso não estou a dizer que somos uma maioria perfeita, uma maioria que não comete erros, uma maioria que só faz coisas sempre bemfeitas.

Não é verdade. Nós temos humildade democrática e reconhecemos que por vezes são cometidos erros. Nós procuramos sempre melhorar, sempre fazer melhor no dia seguinte, mas o que interessa aqui é uma apreciação global do mérito dessa governação e dessas maiorias. E do nosso ponto de vista, como ainda anteontem reafirmei, as maiorias absolutas do Partido Socialista são maiorias positivas, reformistas, dialogantes e acrescentaria, Sr. Deputado Aníbal Pires, anti-austeridade.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Eu desafio a arranjar uma maioria em qualquer país da Europa que tenha tido...

**Deputado Miguel Costa** (PS): Muito bem!

O Orador: ... uma ação mais anticíclica combatendo a austeridade...

Deputado Duarte Moreira (PS): Muito bem!

O Orador: ... do que esta maioria do PS e este Governo do Partido Socialista nos Açores.

X Legislatura

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Não conheço melhor exemplo.

E já que falou em diálogo, como é que é possível o senhor acusar a maioria do PS de não ser dialogante, Sr. Deputado?!

Nós aprovámos mais de 50% das iniciativas da oposição. Já fiz essa contabilidade aqui. O senhor concordou comigo na altura.

A primeira vez (um momento absolutamente histórico na vida política nacional!) que um Partido Comunista votou um orçamento do Governo foi nesta Assembleia, com uma maioria do PS-Açores, uma maioria dialogante e aberta à colaboração com a oposição, Sr. Deputado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Por isso é que também afirmo que as nossas maiorias são um fator de estabilidade, de confiança,...

**Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Diz-me com quem andas!...

O Orador: ... de otimismo e de governabilidade. E são essas condições, nomeadamente a estabilidade das nossas maiorias e a governabilidade que elas permitem que têm assegurado soluções boas, soluções sólidas e soluções que são absolutamente rápidas e com prontidão para resolver os problemas dos açorianos e para resolverem as questões que são os grandes desafios.

Temos procurado também, através dessa maioria, ao contrário daquilo que o senhor nos acusou, de ser uma maioria que se preocupa muito com a coesão social e com a coesão do nosso território, do nosso arquipélago, de todas as nossas ilhas, de todos os nossos concelhos.

**Deputado Luís Garcia** (PSD): Aonde? Qual arquipélago!

**Deputado Francisco César** (PS): Depende dos resultados!

**Deputado Luís Garcia** (PSD): Quais resultados? Somos os piores!

O Orador: Temos procurado fazer isso e continuaremos.

Portanto, as nossas maiorias têm ainda um outro mérito, que não é muito salientado, é porque garantem que aquela que é a vontade dos açorianos expressa em urnas corresponde depois a um projeto governativo coerente e sólido...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... e não ficamos à mercê de coligações, de alianças e de arranjos partidários e por isso essa é a forma mais segura dos Açores continuarem fortes e de o Governo continuar a ter condições de vencer os desafios, desenvolver os Açores e criar melhores condições para o futuro.

Muito obrigado.

**Deputado Berto Messias** (PS): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares** (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Presidente Vasco Cordeiro, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta declaração política da Representação Parlamentar do PCP, que no seu conteúdo não me merece uma observação muito relevante, pelo contrário a intervenção do Sr. Deputado José San-Bento, tendo protagonizado um momento de humildade democrática rara (rara!) quer da parte do Sr. Deputado José San-Bento, quer da parte do Partido Socialista, eu gostaria de aproveitar esse momento de humildade democrática para lhe pedir o seguinte:

Número: 146

Sr. Deputado, concretize, para todos e todas nós e também para os acorianos e açorianas,...

**Deputado Francisco César** (PS): Ele não pode responder!

A Oradora: ... quais foram alguns dos erros (já não digo todos!) das omissões, das más práticas que o Sr. Deputado identifica na governação do seu partido na Região Autónoma dos Açores?

É que eu tenho ouvido várias vezes, quer o Partido Socialista, quer o Governo Regional, assumir, e bem, que tem erros,...

**Deputado José San-Bento** (PS): Posso apontar os meus!

A Oradora: ... que fez erros ao longo do percurso,...

**Deputado José San-Bento** (PS): Ninguém é perfeito e o Governo também não!

A Oradora: ... que nem tudo está bem, que há coisas a corrigir.

Deputado José San-Bento (PS): Claro que sim!

A Oradora: O que eu ainda não ouvi de uma forma clara é a identificação e a assunção por parte do Partido Socialista e por parte do Governo Regional de alguns desses erros, de algumas dessas más práticas, de algumas dessas omissões, porque isso é também a tal humildade democrática com que o Sr. Deputado José San-Bento se apresentou.

Muito obrigada.

**Deputado José San-Bento** (PS): A Sra. Deputada anda desatenta!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ouvi atentamente a intervenção do Sr. Deputado José San-Bento...

**Deputado José San-Bento** (PS): Sr. Deputado, a declaração política foi do PCP!

**Deputado João Bruto da Costa** (PSD): O Sr. Deputado precipitou-se!

O Orador: ... e naturalmente que V. Exa., Sr. Deputado, quer melhor oposição para melhor Governo e nós também queremos melhor Governo para melhor oposição.

É exatamente o contrário, porque o que tem falhado nos Açores, Sr. Deputado, e reconhecendo os méritos do Governo do Partido Socialista, que reconheço...

**Deputado Francisco César** (PS): Ainda bem que o senhor reconhece! Há outros que não!

O Orador: ... os que tem, como também reconheço os que não tem, Sr. Deputado José San-Bento, e em 20 anos de governação do Partido Socialista eu acho que alguma coisa falhou e vou dizer-lhe sucintamente, Sr. Deputado José San-Bento.

A situação nacional, internacional, se quiser ir buscar a guerra de D. Afonso Henriques,...

**Deputado José San-Bento** (PS): Não é preciso ir tanto para trás!

O Orador: ... a gente pode ir buscar, as diversas crises que Portugal passou, até antes da Autonomia, enfim, o povoamento dos Açores, etc....

Mas vamos falar de 20 anos, Sr. Deputado (20 anos!) do Partido Socialista.

Eu julgo que não podíamos ouvir, em 20 anos do Partido Socialista, era esta frase: os Açores é a região do país com menos coesão, com menos competitividade...

Deputado José San-Bento (PS): Isso não é verdade!

**O Orador:** ... e menos desenvolvimento regional. Quem diz isso é o Instituto Nacional de Estatística.

O mesmo Instituto Nacional de Estatística que os senhores acreditam para validar a conta da Região.

Deputado José San-Bento (PS): Não!

O Orador: É o mesmo Instituto Nacional de Estatística que os senhores usam para validar as suas estatísticas.

**Deputado José San-Bento** (PS): E as estatísticas do SREA?

O Orador: Portanto, em 20 anos os senhores não conseguiram mudar isto, pese embora o bom que fizeram e com certeza que fizeram por esta Região, mas não se esforçaram o suficiente, não foram um bom Governo suficiente, não promoveram a coesão dos açorianos e não diminuíram a diferença que há entre ilhas mais desenvolvidas e menos desenvolvidas. Isso os senhores não conseguiram fazer até hoje.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

**Deputado José San-Bento** (PS): Isso não é verdade!

**Deputado Berto Messias** (*PS*): Uma mentira dita várias vezes não passa a ser verdade!

**Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Sr. Deputado, quem diz isso é o INE!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(\*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu intervenho neste debate apenas porque me parece que havendo esta oportunidade regimental do Governo intervir, gostaria de contribuir para o debate.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Sr. Deputado Aníbal Pires a fé e a confiança que ele demonstra ter numa vitória do Partido Socialista nas próximas eleições.

Deputados Berto Messias e José Ávila (PS): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É algo que muito embora eu tenha essa esperança acho que ainda temos muito trabalho pela frente até chegar a esse ponto. E é exatamente este o

sentimento com que me apresento nesta câmara paradoxalmente em relação à oposição, nomeadamente ao Sr. Deputado Aníbal Pires, que acha que o PS já ganhou e o que tem que discutir é a maioria absoluta...

**Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): A dimensão da vitória do PS!

O Orador: ... e o que eu acho é que o PS ainda não ganhou.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já ganhou!

O Orador: Ao que nós havíamos de chegar!... Os senhores a insistirem que o PS já ganhou.

(Risos da câmara)

**Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): O que interessa é discutir a dimensão da vitória do PS!

O Orador: Não interessa isso. Em primeiro lugar, não interessa isso.

Em primeiro lugar o que interessa é, e é isso que tenho noutras funções tentado fazer, dar conta aos açorianos da dimensão dos desafios que enquanto Região nós enfrentamos, da dimensão dos desafios que enquanto Governo dos Açores nós enfrentamos nestes quatro anos e das respostas que lhes demos.

Mas se porventura o Sr. Deputado Aníbal Pires e outras Sras. e Srs. Deputados que intervieram neste debate quer colocar a questão ao nível daquilo que significa para o Partido Socialista uma maioria que garanta a estabilidade,...

**Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Isso é a geringonça!

O Orador: ... que garanta a segurança nesta Casa e nesta Região, eu tenho todo o gosto também em falar sobre isso.

No discurso de vitória das eleições legislativas regionais de 2012, eu disse o seguinte: estou não apenas disponível, mas interessado em contar com o contributo de todos para estes tempos que temos à nossa frente.

**Deputado Graça Silveira** (CDS-PP): Não é isso que as votações do PS mostram!

Número: 146

O Orador: E aquilo que eu disse na noite das eleições de 2012 estou hoje de consciência absolutamente tranquila em relação ao cumprimento dessa expetativa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Só a cumpri, também quero deixá-lo reconhecido, porque da parte de diversos partidos políticos e da parte dos parceiros sociais houve disponibilidade para apresentar contributos. Mesmo numa situação em que o PS tem esta maioria que garante estabilidade e que garante segurança, tem ajudado a Região a enfrentar os desafios que temos à nossa frente.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Deputada Zuraida Soares, ao PS não tem faltado humildade democrática. Aliás, a senhora contradisse-se na sua intervenção, porque tanto disse que faltava humildade democrática, como logo a seguir disse que tinha ouvido várias vezes o Partido Socialista e o Governo proclamarem áreas em que falhou.

**Deputada Zuraida Soares** (BE): Não! Que aproveitava a humildade democrática!

O Orador: E eu concretizo, Sra. Deputada: olhe, a começar por uma publicação que chegou à casa de todas as famílias açorianas e que tem a indicação daquilo que nós não conseguimos cumprir.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Era algo que eu gostava de ter cumprido, mas não conseguimos cumprir. E não vale – somos os primeiros a dizer! – dizer aquilo que não estando nos nossos compromissos nós fizemos indo para além deles.

Aqueles aspetos que nós não cumprimos gostava de os ter cumprido e tenho pena de, por diversas circunstâncias, não o ter feito.

Mas outras áreas. Gostava que tivéssemos avançado mais rapidamente na recuperação ao nível do sucesso escolar, ao nível da violência doméstica, ao nível da exclusão social.

**Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Pode continuar!...

O Orador: Isso não significa que o Governo não tenha feito nada, nem significa que estejamos a falhar neste combate, mas significa que tinha a ambição que fosse possível fazer um percurso mais rápido. Não foi isso que foi possível.

Mas há algo que eu gostaria também de adicionar a esta discussão. O que é que significa as garantias que essa maioria que garante estabilidade ao Partido Socialista tem nesta Casa e que sem qualquer tipo de preconceito diz às açorianas e aos açorianos, nós achamos que assim a região está melhor servida? O que é que isso significa?

Significa algo muito simples: significa que por exemplo o PSD nesta legislatura, até há duas semanas atrás,...

**Presidente:** Sr. Presidente, o seu tempo está a terminar.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

... apresentou trinta e nove propostas de resolução: vinte e duas foram aprovadas, treze foram rejeitadas e três foram retiradas.

O CDS apresentou dezoito: dez foram aprovadas, cinco foram rejeitadas e nenhuma foi retirada.

O Bloco de Esquerda apresentou trinta e duas: doze foram aprovadas, treze foram rejeitadas e quatro foram retiradas.

O PCP apresentou vinte e seis: dezasseis foram aprovadas, oito foram rejeitadas e uma foi retirada.

E se falamos de resolução também podemos falar de Projetos de Decreto Legislativo Regional.

O PSD apresentou dezassete: quatro foram aprovados, nove foram rejeitados e três foram retirados.

O Bloco de Esquerda apresentou dezassete: quatro foram aprovados, oito foram rejeitados e quatro foram retirados.

Número: 146

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

O PCP apresentou quinze: três foram aprovados, dez foram rejeitados e dois foram retirados.

E além disso vamos adicionar outra coisa: quantas vezes é que os partidos políticos desta Assembleia, os parceiros sociais, foram convidados a reunir com o Presidente do Governo no sentido de ouvir aquilo que tinham a dizer sobre desafios que a Região tinha à nossa frente?

**Deputado Berto Messias** (PS): Muito bem! Muitas vezes!

O Orador: Quantas vezes nesta legislatura é que isso aconteceu?

Eu encarei isso muito a sério. Não sei – correndo o risco de fazer um mau juízo – se todos o fizeram, mas todos tiveram a oportunidade de dizer "o nosso caminho é este!".

Nuns casos o Governo concordou e fez; noutros casos o Governo não concordou, nem seguiu esse caminho, porque há uma diferença muito grande: ter maioria estável nesta Assembleia e respeitar a democracia, não é ignorar aquilo que a maioria dos açorianos disse que queria fazer e passar a seguir aquilo que não maioria dos açorianos disse que queria fazer.

**Deputado André Bradford** (PS): Muito bem!

**Deputados João Bruto da Costa e Luís Garcia** (*PSD*): Diga isso ao António Costa!

O Orador: É exatamente fazer este exercício que acho que foi bem feito, que tenho a consciência tranquila quanto à forma como foi feito, de procurar sempre o melhor nas propostas que nos surgiam, viessem elas de onde viessem.

Muito obrigado.

**Deputado Berto Messias** (PS): Muito bem! Está em forma!

Deputado Luís Garcia (PSD): Essa última parte vai para o Costa!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Número: 146

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Maurício.

**Deputado Berto Messias** (PS): Não é o Sr. Deputado Duarte Freitas que vai falar? Gostaria de o ouvir!

(\*) **Deputado Luís Maurício** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Comunista ou a Representação Parlamentar do PCP trouxe-nos hoje uma declaração política onde fez referência a alguns dos incumprimentos assumidos pelo Governo ou alguns dos incumprimentos relativamente a promessas feitas pelo Governo citando investimentos nas termas...

**Deputado Berto Messias** (PS): O Deputado Duarte Freitas não diz nada?

O Orador: ... do Varadouro, as obras no Cinema de Vila do Porto...

**Deputado Berto Messias** (PS): Como é que o Deputado Duarte Freitas não falou? Isso é estranhíssimo!

O Orador: ... e os investimentos feitos, ou prometidos e não feitos, na Ilha Graciosa.

**Deputado Berto Messias** (PS): Muito estranho mesmo!

O Orador: É verdade que muitos outros compromissos foram assumidos aqui pelo Governo, aprovados pelo Governo sob propostas da oposição – e esta é que é a diferença, Sr. Presidente do Governo – mas não cumpridos.

**Deputado Bruno Belo** (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Queria citar-lhe, por exemplo, no âmbito da aprovação do Plano da Região para 2013, a proposta que o PSD fez de reforço de uma verba contida no Plano de 189 mil euros para reforço dessa verba para recuperação de listas de espera cirúrgicas, que V. Exas. aprovaram e não cumpriram.

**Deputado Berto Messias** (PS): Nós queríamos era ouvir o Deputado Duarte Freitas!

O Orador: A diferença não está na bonomia da aceitação das propostas da oposição, mas sim no seu não cumprimento.

Refiro-me, por exemplo, a uma outra proposta assumida pelo Governo, inscrita no Plano de Obras Públicas da Região, lançado o concurso público para a sua concretização e não cumprida. Refiro-me concretamente, Sr. Presidente, à Escola das Capelas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esse é um bom exemplo de um compromisso assumido por V. Exas, mas não cumprido.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

**Deputado Lúcio Rodrigues** (*PS*): Já foi apresentado o projeto, Sr. Deputado! **Deputado Berto Messias** (*PS*): Vai ficar uma escola linda!

O Orador: Mas, a vossa realidade e por vezes a realidade por V. Exas. induzida sobre as empresas públicas que os senhores coordenam também dizem bem da forma como os senhores abordam a oposição.

Oueria dar-lhe um dado concreto:

Eu denunciei aqui antes de ontem neste Parlamento, a retenção dos descontos para a Segurança Social por parte de uma empresa pública regional, o Hospital de Ponta Delgada, verba que está de forma claríssima inscrita no Relatório de Contas do Hospital de 2015.

Pois não queira saber V. Exa. que a Administração do Hospital, que o Governo por si presidido nomeou, vem justificar publicamente que tudo está regularizado, que há uma certidão passada pela Segurança Social em que não há qualquer tipo de dívida, quando não foi isso que eu denunciei em nome do PSD. O que eu denunciei e que essa empresa pública por vós tutelada não conseguiu esclarecer é que a dívida de 2 milhões e 800 mil euros em agosto de 2015 existia por falta de liquidez do hospital e por subfinanciamento que o Governo assume de forma reiterada perante as empresas públicas regionais.

**Deputados Duarte Freitas e Bruno Belo** (*PSD*): Muito bem!

**Deputado Berto Messias** (PS): O senhor está a justificar o injustificável!

O Orador: Essa é que é a verdade e não a meia verdade que as empresas públicas por vós tutelas muitas das vezes querem fazer passar.

Mas a realidade que V. Exas. vivem não me parece ser a realidade que os açorianos se apercebem.

**Deputado Berto Messias** (PS): Queria era ouvir o Deputado Duarte Freitas!

O Orador: Não é a realidade dos partidos da oposição. É a realidade da sociedade civil.

Sr. Presidente, o senhor naturalmente teve a oportunidade de ter tido conhecimento de um documento público assumido por parceiros sociais (julgo V. Exa. reconhecer), de relevância na economia da Região, dizendo que o modelo de desenvolvimento económico da Região e o modelo de investimento público está a falir, que não é o modelo que devia ser assumido na Região.

**Deputado Berto Messias** (*PS*): Que pena não podermos ouvir o Sr. Deputado Duarte Freitas! Não me dá esse prazer!

**Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): Aqui, quem escolhe quem "remata os penaltis", somos nós!

**O Orador:** Portanto, V. Exas., por vezes, assumem aqui neste Parlamento e fora dele uma prática que revela, para concluir, aquilo que é naturalmente o assumir de um percurso longo de 20 anos que eu sei que gera vícios,...

**Deputado Berto Messias** (PS): Isso não é para si!

O Orador: ... que gera procedimentos que, por V. Exa. Sr. Presidente, eu sei que muito provavelmente não aprova, mas é um facto Sr. Presidente.

**Deputado Francisco César** (*PS*): Sr. Deputado Duarte Freitas, venha ao debate! O senhor debate bem!

O Orador: Vinte anos é na realidade, tal como os senhores diziam dos Governos do PSD após 20 anos, muitíssimo tempo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente do Governo pediu a palavra para?

(\*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Para uma intervenção sobre a declaração política! (*Risos*)

**Presidente:** No âmbito da declaração política só se pode intervir uma vez cada bancada.

(\*) **Presidente do Governo Regional** (Vasco Cordeiro): Exatamente. Eu pedi a palavra para esclarecer essa dúvida.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires, para encerrar esta declaração política tem a palavra, mas apelo à sua capacidade de síntese porque dispõe de muito pouco tempo.

(\*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começar por fazer apenas um considerando muito breve à participação do PPM neste debate e tem a ver com o seguinte:...

**Deputado Paulo Estêvão** (PPM): O senhor não tem mais nada para fazer?

O Orador: Só houve, até hoje, um partido político com assento neste Parlamento que já passou o cheque em branco ao Partido Socialista. Foi V. Exa. que...

**Deputado Paulo Estêvão** (PPM): Eu?!

Número: 146

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

O Orador: ... diz que viabilizaria um Governo minoritário do Partido Socialista para não ficar refém da esquerda radical.

**Deputado Paulo Estêvão** (PPM): Isso é falso!

O Orador: Portanto, quanto às questões do apoio ou não a iniciativas do Partido Socialista ou do Governo Regional, aliás como ficou claro ontem à tarde, percebeu-se quem é que apoia de forma acrítica as iniciativas que o Governo...

**Deputado Paulo Estêvão** (PPM): Isso é falso!

O Orador: ... ou o Partido Socialista aqui traz.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado. Já terminou o seu tempo.

O Orador: Vou já terminar e, se me permite, Sra. Presidente, e o Deputado José San-Bento não se importará, gostaria de dirigir algumas palavras de resposta ao Sr. Presidente do Governo Regional.

Deputado José San-Bento (PS): Não me importo nada!

**O Orador:** Sr. Presidente do Governo, não é uma questão de fé. É uma questão de análise do contexto político e social dos dados objetivos e subjetivos que estão disponíveis nesta altura.

Tudo indica que o Partido Socialista vai ganhar as eleições, porque não há nenhum dado que indicie que o habitualmente designado...

**Presidente do Governo Regional** (Vasco Cordeiro): Só falta um! É a vontade do povo!

O Orador: Sim senhor!

... maior partido da oposição tenha qualquer hipótese de obter qualquer crescimento eleitoral.

E como tal, as mudanças que entretanto o povo exige só podem acontecer relativamente à dimensão da vitória do Partido Socialista e é essa mudança que tem efetivamente de acontecer e não é uma questão de fé, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, terá mesmo de terminar.

O Orador: Vou já terminar.

**Presidente:** Já ultrapassou largamente o seu tempo.

O Orador: Há uma questão que o Sr. Presidente do Governo não pode acusar o

PCP, é de nenhuma falta de lealdade institucional.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não acusei!

O Orador: Eu sei que não aconteceu. Não!

Mas eu quero reforçar isto: a lealdade institucional que o PCP teve e tem para com o Governo Regional.

Os contributos, Sr. Presidente, eu só dei três exemplos, mas são muitos Sr. Presidente, quer em termos das iniciativas, quer em termos das centenas de propostas de alteração que fizemos sempre na perspetiva de contribuir para melhorar a governação dos Açores.

Portanto, Sr. Presidente, é isso que nós fazemos.

Obrigado pela sua tolerância, Sra. Presidente.

Eu teria muitas mais coisas para dizer, mas vou mesmo ficar-me por aqui.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(\*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Para um protesto, tendo em conta que o Sr. Deputado Aníbal Pires produziu informações que são falsas e faltam à verdade em relação a afirmações por mim produzidas neste Parlamento, no âmbito da minha declaração política.

(\*) **Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, a figura regimental da declaração política permite que cada bancada possa intervir uma única vez, encerrando o declarante.

Eu não entendi nas palavras do Sr. Deputado Aníbal Pires nenhuma afirmação que possa dar azo a um protesto da sua parte, porque está no âmbito do debate político e como tal não poderá usar uma figura regimental para prolongar o debate no tempo.

Pede agora a palavra para, Sr. Deputado?

(\*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, para fazer uma interpelação à Mesa, em relação à condução dos trabalhos.

Presidente: Tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Para dizer o seguinte:

Em relação ao protesto que é legítimo, porque o Sr. Deputado disse uma coisa que não é verdade, produziu afirmações que não são verdade, são insultuosas, eu considero que a Sra. Presidente mais uma vez está a prejudicar gravemente o Partido Popular Monárquico no âmbito da condução destes trabalhos. É isso que lhe quero dizer nos termos regimentais.

Portanto, a Sra. Presidente está a prejudicar claramente, porque as afirmações produzidas não são verdade! Não é verdade que o PPM alguma vez tenha viabilizado qualquer Governo...

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, compreendo...

O Orador: ... que venha a apresentar-se nesta Assembleia, sem analisar devidamente o programa.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão...

O Orador: Portanto, não há nenhum compromisso, nem nenhuma afirmação deste género.

(\*) **Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, a Mesa percebe o alcance da sua interpelação. Não entendi por parte do Deputado Aníbal Pires nenhuma afirmação insultuosa e a Mesa limita-se a cumprir as regras do Regimento.

Sras. e Srs. Deputados, terminámos esta declaração política e considerando o nosso tempo vamos também interromper para almoço.

Regressamos às 15H00 com a Agenda.

Eram 12 horas e 45 minutos.

(A Deputada Bárbara Chaves voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

**Presidente:** Boa tarde a todos.

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 12 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, acabámos os nossos trabalhos ontem à noite no debate do ponto quatro da nossa Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional** n.º 68/X – "Estabelece o aumento da Remuneração Complementar Regional".

A Mesa ainda tinha várias inscrições. Dou a palavra agora à Sra. Deputada Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, depois do comício que aqui fez ontem ficou muito claro que está mais preocupado com as eleições de outubro do que em governar.

Agora aquilo que não pode fazer é um discurso populista, demagógico e pouco sério....

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não faz outra coisa!

**A Oradora:** ... quando diz que o Governo Regional andou a compensar os cortes que a República fez ao rendimento dos açorianos.

**Deputado Francisco César** (PS): Não? Não andou?

A Oradora: E sabe porquê? Em 2012, em véspera de eleições, faz agora quatro anos, o Sr. Vice-Presidente foi à República pedir 135 milhões de euros e para trazer esse dinheiro para a Região teve que assinar um Memorando com a República onde se obrigava a aplicar na Região todos os cortes que eram feitos a todos os portugueses.

Nesse Memorando ficou também impedido de criar quaisquer medidas excecionais que visassem exatamente compensar ou atenuar esses cortes que estavam a ser feitos por via da austeridade.

Portanto, o Sr. Vice-Presidente não pode vir dizer aos açorianos que andou, por via da remuneração complementar, a compensar cortes que eram feitos na República, porque ainda há um ano atrás tivemos problemas com o Representante da República onde todos os partidos desta Casa se puseram ao lado dos açorianos, porque o entendimento era de que a remuneração complementar, ou seja, o subsídio de insularidade, era uma coisa muito diferente do que compensar cortes da República. Era um mecanismo que se criou, e bem, para atenuar as assimetrias que resultavam da condição da insularidade.

Era um complemento que visava compensar o custo de vida dos açorianos que continuam a pagar mais pelos bens de primeira necessidade na Região do que no continente, mesmo quando esses bens são produzidos na Região.

Portanto, esse discurso populista e pouco sério não cola. Aquilo que se passa, aquilo que estamos a discutir hoje aqui, é se o Governo está ou não disponível para rever esta remuneração complementar?

Eu percebo que o Sr. Vice-Presidente esteja numa posição muito desconfortável, porque a partir do momento em que fez uso deste subsídio de insularidade para o estender ao maior número de açorianos da função pública e em que alterou as percentagens sobre o valor base, agora, se tiver que mexer no valor base, vai ficar com algumas dificuldades para conseguir fazer face a essa despesa adicional, mas vá agora também à República, como fez há quatro anos atrás, pedir os milhões que precisa para pagar isso, que isso sim é de maior justiça, que o Vítor Gaspar na altura lhe deu. Agora tem amigos na República.

Sr. Vice-Presidente está ou não está disposto a rever esta remuneração complementar?

Aliás, até podíamos questionar por que é que o Sr. Vice-Presidente, em véspera de eleições, precisava de 135 milhões de euros? Se já em julho o Sr. Vice-Presidente não se quer pronunciar sobre esta iniciativa, não quer tomar nenhuma decisão para não condicionar a liberdade de quem vai ser eleito em outubro, portanto já se demitiu de governar em julho, em agosto se já não está a governar, para que é que precisa de 135 milhões em véspera de eleições? Isto é uma questão legítima.

**Deputado André Bradford** (PS): Que confusão vai nessa cabeça!

**Deputado Francisco César** (PS): Não sabe para que é que foram os 135 milhões?

A Oradora: É uma pergunta legítima que todos os açorianos tiveram.

Considerando que nos últimos quatro anos tivemos uma inflação acumulada de 4% superior na Região...

**Deputado Francisco César** (PS): Não é verdade!

A Oradora: É o que diz a iniciativa que temos em discussão.

Os senhores podem vir a debate e dizer que não é verdade.

É o que diz a iniciativa que está em discussão. É o que alega a petição que vamos discutir a seguir, que há uma inflação acumulada, nos últimos quatro anos, de 4% superior na Região...

**Deputado Francisco César** (PS): Não há nada!

A Oradora: ... o que corresponde claramente a uma degradação de poder de compra dos açorianos.

Atendendo a que desde 2010 não são revistos os ordenados da função pública e desde 2012 que não é atualizada esta remuneração complementar, o Governo está ou não está disponível para rever este valor?

Se não está, não vale a pena se esconder atrás de argumentos de que em outubro, ao tomarmos uma decisão agora, estamos a condicionar a liberdade de quem vai ser eleito.

Isso nem parece de um Vice-Presidente que andou a contrair dívida que vai ter repercussões nos orçamentos da Região até 2039.

Mais. A derrama, o Decreto Legislativo sobre a Derrama ,que foi apresentado exatamente na mesma Comissão de Economia,...

**Deputado Francisco César** (PS): Sra. Presidente, onde isto já vai!

**A Oradora:** ... vai ou não vai ter influência no próximo Orçamento Regional de 2017?

É porque a desculpa atrás da qual este Governo tem estado a se esconder para não vir a debate e não dizer qual é a sua opinião sobre a iniciativa em si, é de que não pode, com esta antecedência, tomar uma decisão, sob pena de condicionar o futuro de quem vai ser eleito.

Então e a dívida até 2039 não condiciona quem vai ser eleito nestas eleições, nas outras, e nas outras, e nas outras?

Deputado Francisco César (PS): Quem decide é a Assembleia!

A Oradora: Sr. Vice-Presidente, a argumentação última de que, nem vale a pena mexermos nestes 5 euros, porque afinal a anulação parcial de alguma sobretaxa do IRS vai ter um impacto muito maior, eu devo lembrar-lhe que os principais açorianos, a grande parte dos açorianos que beneficiam deste mecanismo, desta remuneração complementar, têm rendimentos tão baixos que nem sequer têm sobretaxa de IRS.

Portanto, essa é uma desculpa que não cola.

A questão que se coloca é: Sr. Vice-Presidente, o Governo considera legítima, ou não, uma revisão da remuneração complementar?

Muito obrigada.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Muito bem!

**Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Quero é saber se vai ser uma promessa do PS!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em agradecimento a alguns dados que foram ontem fornecidos pelo Sr. Vice-Presidente, eu vou também dar-lhe mais uma ajuda, porque V. Exa. esqueceu-se de um outro mecanismo que foi acionado este ano e que permitiu o aumento do rendimento dos trabalhadores açorianos.

V. Exa. enumerou a diminuição da sobretaxa do IRS, o aumento do diferencial fiscal em sede de IRS de 20 para 25%, mas esqueceu-se do aumento do salário mínimo nacional.

Mas destas três medidas apenas uma delas teve origem na Região. As outras decorrem de medidas tomadas na República, que foi o correspondente aumento do salário mínimo nacional e a diminuição da sobretaxa.

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Ah! É o salário mínimo do Partido Socialista?

**Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Proposto por quem? Quem é que propôs?

O Orador: Mas há uma outra questão, Sr. Vice-Presidente, é que se de facto na Região houve esta compensação no aumento do diferencial fiscal de 20 para 25% para estes salários,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

**O Orador:** ... V. Exas. recusaram que um outro mecanismo pudesse contribuir, por via fiscal, para uma maior disponibilidade de rendimento, ao recusarem sistematicamente, pelo menos por duas vezes, propostas do PCP para diminuir a taxa superior do IVA.

Portanto, se calhar esta anula a que teve origem na Região.

Mas eu estou a lembrá-lo disto, Sr. Vice-Presidente, apenas pelo seguinte:

É que V. Exa. ontem forneceu dados muitos importantes.

V. Exa. referiu (e penso que terá sido, se os números não estiverem corretos, foi o apontamento que eu tirei na altura) que 1.447 funcionários receberiam, face a esta proposta do PCP, mais dois euros por mês;...

**Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Menos de dois!

O Orador: Menos de dois euros por mês.

... 454, dois; 1010, três; 2.740, quatro; e 1.531, cinco euros.

Julgo que foi isto que V. Exa. me deu e foi importante para mim, até para eu perceber, porque era difícil, qual é o valor de impacto no orçamento deste ano ou dos próximos anos e isto dá um impacto mensal de 28.147 euros e um impacto anual de 400.000, pouco mais ou menos.

**Deputado João Bruto da Costa** (PSD): O que é isso ao pé da Casa da Autonomia?

**O Orador:** Portanto, o Sr. Vice-Presidente ontem, quando colocou a questão foi, afinal de contas o PCP vem aqui propor um aumento irrisório.

A verdade é a seguinte: nós estamos a colocar este valor, em cima já de uma compensação salarial, de uma remuneração salarial...

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Se calhar é menos que os salários dos funcionários da Casa da Autonomia!

**O Orador:** ... que visa cumprir um objetivo, que tem a ver com a compensação pelos custos de insularidade.

Agora, Sr. Vice-Presidente, este valor que no fundo nos é dado aqui por V. Exa., é um valor que ao nível do orçamento regional é, digamos, residual.

Sr. Vice-Presidente, então a pergunta é: por que é que não aprovou esta proposta do PCP em sede de orçamento para 2016?

Por que é que não aprovou a proposta do PCP em sede de orçamento para 2014?

A verdade é que o PCP tem vindo anualmente a repetir esta iniciativa e como ontem V. Exa. muito bem demonstrou aqui, e eu estou-lhe profundamente agradecido por isso, afinal de contas o Governo Regional recusa-se a aumentar a remuneração complementar num determinado valor que em termos dos impactos orçamentais não tem nenhum significado, mas que para as famílias e para os trabalhadores que são alvo desta medida, representa mais alguns euros

em cima de uma remuneração, que não é a sua remuneração principal, mas é uma remuneração complementar.

Não há motivo nenhum que justifique não só a reprovação hoje desta iniciativa, como não há motivo nenhum plausível para que esta iniciativa, e as propostas que foram feitas pelo PCP nos anos anteriores, não tivessem sido aprovadas, designadamente pelo Partido Socialista, uma vez que é o Partido Socialista que aprova.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, julgo que há aqui mais qualquer coisa para justificar.

Depois, reforçar o seguinte:

A Assembleia não fechou para férias; a atividade governativa não está encerrada. Certamente V. Exa., o Sr. Presidente, os Membros do Governo irão trabalhar, e bem, até outubro, até à tomada de posse de uma nova Assembleia e de um novo Governo.

A Assembleia não perdeu nenhuma legitimidade de propor aqui as iniciativas que muito bem entender, independentemente dos impactos orçamentais que possam vir a ter no futuro.

Aliás, já aprovámos algumas iniciativas que têm esses impactos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

(\*) **Deputada Graça Silva** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra apenas para deixar aqui uma nota relativa a uma questão que me foi diretamente colocada pela Sra. Deputada Zuraida Soares e que não gostaria de deixar em branco.

Embora ontem no calor do debate eu possa eventualmente não ter usado a formulação mais elucidativa, o que releva para a discussão, no que respeita à remuneração complementar à CGTP, ao Partido Socialista, enfim, e a mim

Número: 146

própria como é evidente, é que esta é uma matéria muito cara a todos os intervenientes e aos trabalhadores especialmente.

**Deputado Lúcio Rodrigues** (PS): Muito bem!

A Oradora: É neste contexto, deixem-me que diga, que a CGTP, como é do reconhecimento geral, é uma importantíssima estrutura que consagra vários pontos de vista, até político partidários, ainda que com uma luta comum, a dos trabalhadores.

Na CGTP a luta assume várias formas, vários caminhos para o mesmo fim.

Na visão do Partido Socialista, que muito tem contribuído para essa luta, quer a nível nacional, quer a nível regional, este não é – repito – o tempo certo para apresentação deste diploma, pelas razões que aqui já foram amplamente explicadas.

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Quem é que fala? É a CGTP ou é o Partido Socialista?

**A Oradora:** Ninguém aqui disse que este é um tema fechado nem tão pouco que esta não é uma reivindicação da CGTP, só que no entender do Partido Socialista, não nestes moldes, nem neste momento político.

E disse. Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem! Deputado João Bruto da Costa (PSD): O melhor era ler outra vez aquela declaração!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Iniciámos ontem o debate sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional da Representação Parlamentar do PCP que propõe o aumento do montante da remuneração complementar regional em 10%, a partir da entrada em vigor do Orçamento da Região dos Açores para o ano de 2017.

Estive atenta, como é meu dever, a todas as intervenções das Sras. e dos Srs. Deputados, e também do Sr. Vice-Presidente,...

**Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Foi um comício. A do Sr. Vice-Presidente foi um comício!

**A Oradora:** ... todas elas feitas ontem e, obviamente, essas intervenções deram-me certezas, mas também me suscitaram dúvidas, dúvidas para as quais espero obter respostas dos diversos protagonistas. Passo a elencar:

Aparentemente existem nesta Região duas CGTPs: a CGTP-IN e a CGTP-OUT.

**Deputado Francisco César** (PS): Olhe os sound bite!

**A Oradora:** Sendo que a CGTP-IN, há cerca da proposta da Representação Parlamentar do PCP diz o seguinte:

"A CGTP-IN espera que os Deputados da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores aprovem a proposta da Representação Parlamentar do PCP que estabelece o aumento da remuneração complementar regional".

Pelo contrário, a CGTP-OUT disse, e repetiu hoje,...

**Deputada Graça Silveira** (*CDS-PP*): E os direitos de autor, Sra. Deputada?

A Oradora: ... que não concorda com isso e que não concorda com o timing.

Sras. e Srs. Deputados, penso que é da minha total legitimidade concluir que a IN e a OUT não se entendem.

Recomendação: organizem-se!

Os trabalhadores e as trabalhadoras desta Região precisam dessa organização.

Também por outro lado, e aparentemente, o Sr. Vice-Presidente considera irrisório o montante do aumento da remuneração complementar proposto pelo Projeto de Decreto Legislativo Regional da Representação Parlamentar do PCP, cujos montantes distribuídos por número de trabalhadores, consoante as suas categorias, já foram aqui relembradas pelo Sr. Deputado Aníbal Pires em anterior intervenção e, portanto, não o vou fazer.

Mas face a essa evidência a pergunta que se impõe é esta: Sr. Vice-Presidente, se estes montantes ontem elencados nesta câmara são irrisórios, como é que o Governo Regional e em particular o Sr. Vice-Presidente, considera relevantes os valores de um euro e poucos cêntimos no aumento do cheque pequenino, em sede de orçamento para 2016, e pouco mais de quarenta cêntimos no aumento do abono de família.

Portanto, a pergunta é: por que é que para uns é suficiente e para outros é absolutamente irrisório?

Ninguém compreende este tipo de análise e de raciocínio.

Mas face a esta avaliação do Sr. Vice-Presidente de que na realidade isto são montantes irrisórios,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não falei disso!

A Oradora: ... como aliás o Sr. Vice-Presidente, ainda agora confrontado com as contas do Sr. Deputado Aníbal Pires, de que o peso no Orçamento Regional era pouco significativo e irrisório (o Sr. Vice-Presidente concordou, como todos concordamos), a pergunta que lhe levanto, Sr. Vice-Presidente, é esta: está o Governo Regional preparado, pronto, disponível, para duplicar este valor na próxima legislatura e aumentar, não em 6%, mas em 12, o montante da remuneração complementar?

**Deputado André Bradford** (*PS*): Que irresponsabilidade! Dizer ao Governo atual para se comprometer com o próximo Governo! Isso é que democracia!

A Oradora: Esta é a pergunta, Sr. Vice-Presidente, que espero que tenha resposta.

Disse também o Sr. Vice-Presidente que não lhe parece curial, nem democrático, onerar o próximo Governo, que democraticamente não sabemos qual será e por quem será encabeçado,...

**Deputado Francisco César** (PS): Apesar dos senhores acharem que somos nós!

Número: 146

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

A Oradora: ... com os custos do aumento do montante da remuneração complementar.

A pergunta já aqui foi feita e eu repito-a: mas então vamos fechar esta Casa para balanço, porque continuamos, e ainda o faremos em setembro, e bem, a aprovar nesta Casa propostas também do Governo Regional e de representações e grupos parlamentares, que direta e indiretamente vão onerar o próximo Orçamento Regional, independentemente do Governo que estiver à sua frente.

Por que é que só no que diz respeito à remuneração complementar isso é um problema para o Sr. Vice-Presidente e outras matérias não são?

Por agora, fico com estas perguntas.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente. Sobre esta matéria o Governo já, de forma muito clara, objetiva e concreta expressou a sua opinião sobre o diploma em causa.

Portanto, sobre esta matéria não há nada a acrescentar sobre tudo o que com toda a precisão e objetividade foi dito ontem.

**Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Então o senhor não tem nada para dizer!

O Orador: Só queria deixar ficar aqui duas notas. Uma em relação à total contradição da Sra. Deputada Graça Silveira.

A Sra. Deputada começou por dizer que havia há quatro anos um Memorando que não permitia...

**Deputada Graça Silveira** (CDS-PP): E não havia?

O Orador: ... fazer compensações. Mas logo a seguir disse que nós compensámos dois anos depois do Memorando.

Número: 146

#### IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

**Deputada Graça Silveira** (CDS-PP): Compensou?! Eu?! O Sr. Vice-Presidente além de tudo o mais está a ficar autista! Eu?!

O Orador: Inclusivamente lembrou, e muito bem, que toda a Assembleia teve que se unir contra o Representante da República para acompanhar a posição do Governo...

**Deputada Graça Silveira** (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: ... que foi, e bem, reconhecida pelo Tribunal Constitucional que não era mais, nem menos, com a proposta de aumento da remuneração complementar para compensar os cortes da República.

**Deputada Graça Silveira** (CDS-PP): O senhor disse foi que o Sr. Representante da República achou!

O Orador: A senhora começou por dizer que...

**Deputada Graça Silveira** (CDS-PP): Não, não!

O Orador: ... não era possível compensar os cortes.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não, não!

**O Orador:** E a seguir acabou por reconhecer que os cortes foram compensados.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Que o Sr. Representante da República acha isso... Achava!...

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Seja sério, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Portanto, sobre esta matéria é tão claro, tão objetivo que...

**Deputada Graça Silveira** (CDS-PP): Tinha ou não tinha o Memorando?

O Orador: ... não tenho muito mais para dizer.

**Deputada Graça Silveira** (CDS-PP): Tinha ou não tinha o Memorando?

O Orador: Só mais uma questão, Sra. Deputada Zuraida Soares.

Eu não classifiquei a variação e o impacto de 1 euro, 2 euros, 3 euros...

**Deputada Graça Silveira** (CDS-PP): Classificou!

**O Orador:** ... nos vencimentos.

Apenas quantifiquei. Disse quanto é que era. Não disse se era irrisório, se era isto, se era aquilo. Apenas quantifiquei.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Em Comissão disse!

Deputado José Ávila (PS): Não disse!

O Orador: Sra. Deputada nunca classifiquei a variação.

**Deputada Graça Silveira** (CDS-PP): Está no relatório!

**O Orador:** Por isso, de forma muito clara e objetiva: apenas quantifiquei o efeito no vencimento de cada mês. Que isso fique muito claro e objetivo. Não me cabe a mim fazer qualificações das quantificações.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Começo precisamente pelo fim, porque entendo que na política podemos ter (e devemos ter!) pontos de vista diferentes e o confronto desses pontos de vista deve ser feito com lealdade e com verdade absoluta.

O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional é reincidente no uso de argumentação de meias verdades quando não de falsidades.

Eu tenho, como qualquer um dos Srs. Deputados tem, o texto que este Parlamento por unanimidade aprovou para remeter, em janeiro de 2014, ao Tribunal Constitucional, a justificação da medida tomada pelo Governo Regional de alterar a remuneração complementar que diz isto (e permita-me, Sra. Presidente, que cite):

"Não colhe o argumento de que a nova modelação da remuneração complementar pretendeu anular ou neutralizar as reduções remuneratórias nacionais imperativas para a função pública".

Foi isto que este Parlamento, por unanimidade, em nome da defesa dos trabalhadores dos Açores, subscreveu e enviou ao Tribunal Constitucional...

**Deputada Benilde Oliveira** (PS): Não é verdade!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): É preciso ter lata!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mais uma vez apanhado na mentira!

O Orador: ... para defender exatamente a medida do Governo Regional.

**Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Devia ter vergonha! Peça desculpa disso!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Passado esse tempo, quando lhe convém politicamente, diz que afinal a alteração da remuneração complementar foi para fazer face aos cortes da República.

Portanto, é uma falsidade aquilo que o Sr. Vice-Presidente acabou de afirmar, sob pena de todas as bancadas parlamentares terem de se retratar e de reconhecer perante o Tribunal Constitucional que lhe mentiram.

Posto isto, já percebemos que o Partido Socialista e o Governo Regional estão contra a revisão da remuneração complementar por três razões: pelo tempo, pela forma e pelo valor.

Vejamos então:

Pelo tempo – pelo tempo, é um falso argumento, porque esta Assembleia está investida de todos os seus poderes e, se dúvidas houvesse sobre isso, bastaria atentar na agenda dos nossos trabalhos para verificarmos que nós tivemos a definir o regime jurídico do licenciamento e organização da atividade de amas, que eu não creio que termine no dia 16 de outubro;

Como vamos aprovar um regime geral de prevenção e gestão de resíduos, que eu não creio que termine no dia 16 de outubro;

Um plano de gestão de riscos e inundações, que eu também não creio que termine em outubro.

Mas ainda sobre o tempo, argumenta o Governo Regional e o Partido Socialista, quando se posicionam contra a revisão da remuneração complementar, de que isso é matéria que deve ficar para depois das eleições.

Mas as eleições não vão decidir, nem vão sufragar o aumento, ou não, da revisão da remuneração complementar.

**Deputado Francisco César** (PS): Não?!

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Os senhores são contra!

O Orador: Mas diz também que não deve ser este Parlamento, com a atual Constituição, a aprovar a revisão da remuneração complementar, porque isso é um cargo para 2017.

Mais um falso argumento, porque este Governo Regional, e sem fazer qualquer juízo de valor (vou apenas fazer uma contestação!), comprometeu os orçamentos da Região, designadamente com as SCUTs e outras parcerias público-privadas, no mínimo até 2039.

Portanto, qual é o problema de aprovar um diploma que tem um encargo que entra no Orçamento de 2017?

Mas mais ainda sobre o tempo.

Só porque o Governo Regional não quis fazer a revisão dos valores da remuneração complementar, é que nós estamos a discutir neste momento.

Há sindicatos que apresentaram ao Governo Regional um pedido de abertura do processo negocial para fazer a revisão desta matéria. E qual foi a resposta do Governo Regional?

**Deputado André Bradford** (PS): Isso foi depois do senhor acabar com o subsídio de insularidade!

**O Orador:** Não foi! Não foi essa, Sr. Deputado André Bradford, que se tem tanta vontade de falar, venha ao debate e deixe de fazer o papel de ponto...

**Deputada Catarina Moniz Furtado** (PS): É um aparte! Isso é o que o senhor mais faz!

O Orador: ...que é exatamente um papel menor no teatro.

Sabe qual foi a resposta do Governo Regional?

Não respondeu!

Mas o Governo Regional e o Partido Socialista também estão contra a revisão da remuneração complementar por uma questão de forma.

O Sr. Vice-Presidente argumentou em sede de Comissão de que isso se devia fazer através do Orçamento.

Como já aqui foi dito, e muito bem, ele podia tê-lo feito para o Orçamento de 2016; podia tê-lo feito para o Orçamento de 2015; para o Orçamento de 2014 e até no Orçamento de 2013, considerando que desde 2012 não há revisão do valor da remuneração complementar.

Mas mesmo que estivéssemos obrigados a mudar estes valores apenas em sede de Orçamento, coisa que objetivamente e legalmente não acontece, havia sempre a oportunidade do Sr. Vice-Presidente e do Governo Regional trazerem aqui uma proposta de revisão orçamental.

Portanto, desde 2012 teve muitas oportunidades.

Depois, e finalmente, o Partido Socialista e o Governo Regional também estão contra a revisão do valor da remuneração complementar exatamente pelo valor. Imagine-se!... Pelo valor!

Disse em sede de Comissão, e voltou a dizê-lo aqui, que se trata de um valor entre 1.44 euros e 5.78 euros e que isso é pouco.

Deputado André Bradford (PS): Não disse nada que era pouco!

**O Orador:** Admitamos que sim! Que talvez seja pouco para alguns! Mas para quem recebe o salário mínimo todos os meses, 5.78 euros ainda faz uma grande diferença.

Mas é o Governo que acha que é pouco fazer aumentos entre 1.44 euros e 5.78 euros, foi o Governo que fez notícias e grandes parangonas, em novembro do ano passado, com o aumento do complemento regional de pensão, que no máximo foi de 1.25 euros por mês. Entendamo-nos!

Isto só tem uma palavra possível para classificar este tipo de atitude: é de que se trata de uma hipocrisia política.

**Deputada Benilde Oliveira** (PS): Seja sério!

O Orador: Finalmente, a ironia das ironias!

Já durante este plenário, durante esta semana de trabalhos, nós tivemos aqui, aquando da apresentação da Conta da Região de 2014, o Governo Regional, acolitado pelo Partido Socialista, a dizer que temos as melhores contas públicas do país e, porventura, sem grande imodéstia, o Sr. Vice-Presidente se calhar também até diz que é da União Europeia. Pois que seja!

Mas então a Região que tem as melhores contas, a Região que tem os superavits dos quais ele tanto fala, não tem fôlego nas suas finanças para suportar mensalmente 27.567 euros?

Só por má vontade, teimosia, birra conta a oposição e contra um sindicato representativo da função pública é que o Governo Regional não quer reconhecer a legitimidade, a necessidade de fazer a revisão da remuneração complementar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

**O Orador:** Desrespeita os trabalhadores da Administração Pública Regional e Local, e dá também um sinal, um mau sinal, a 5.000 peticionários que se dirigiram a este Parlamento.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PSD)

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Cinco notas:

A primeira em relação à oportunidade da iniciativa do PCP.

O PCP faz lembrar nesta questão aquele apanha bolas, que quando está a decorrer um jogo, lembra-se de mandar mais uma bola para o terreno de jogo.

A questão é esta: é evidente que não ajuda nada o jogo.

O Sindicato, o SINTAP, já tinha a decorrer uma petição sobre este assunto e o PCP decidiu mandar mais "uma bola para o campo de futebol".

Eu acho que a sua iniciativa não ajudou em nada a resolução desta questão, pelo contrário, fica junto do Parlamento e junto da opinião pública, e também com certeza junto dos sindicatos, a ideia que o senhor quer partidarizar esta questão e que de alguma forma prejudica a iniciativa sindical, coisa que o PCP é perito, em instrumentalizar do ponto de vista partidário e político as iniciativas dos sindicatos.

**Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Muito bem!

**O Orador:** Eu acho que aqui tem existir uma separação clara, entre o que é a atividade sindical e o que é a atividade política e partidária,...

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Um exemplo disso é Sra. Deputada Graça Silva!

O Orador: ... porque a atividade sindical tem que ser absolutamente neutral e tem que ser reivindicativa, seja o partido A ou o partido B, e tem que ser absolutamente isenta e o senhor e o seu partido são reincidentes neste tipo de questão – primeira nota.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Partido oportunista!

O Orador: Segunda questão:

Eu penso que o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional também, na sua intervenção, cometeu aquilo que eu vou chamar de egoísmo político.

O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional nunca teve a generosidade, a justiça, a exatidão, de referenciar que as propostas que aqui nesta Região Autónoma dos Açores foram tomadas para proteger os trabalhadores dos

Açores, foram tomadas em muitos casos por unanimidade ou por um grande conjunto de partidos.

O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional levantou a mão e disse: eu... eu... eu...

O mais generoso que foi, foi quando disse: o PS... o PS... o PS..., ou, o Governo... o Governo...

Portanto, em relação a esta questão eu considero que se perde credibilidade quando se tem esse tipo de afirmações e o senhor deveria ter sido, Sr. Vice-Presidente do Governo, absolutamente exato.

Era dizer: "o Governo do Partido Socialista, em conjunto com os partidos da oposição", porque em muitos casos estivemos juntos nesta batalha. Deveria ter referenciado este aspeto que é absolutamente fundamental.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Tem razão!

**Deputada Graça Silveira** (CDS-PP): Agora tem razão, mas o Comício já está feito!

**O Orador:** Terceira nota: a questão temporal, a questão da legitimidade formal do Parlamento e da legitimidade política.

Também aqui acho que o Governo não tem razão. Como aqui já foram referenciados, quer pelo CDS, quer pelo PSD, nas suas intervenções, nós temos no nosso orçamento inscritas responsabilidades que têm como origem decisões tomadas por este Governo e por outros Governos há muitos anos.

Temos responsabilidades no nosso orçamento até há década 30 deste século.

Portanto, essa argumentação de que não é possível tomar agora esta decisão porque vamos ter um Parlamento a seguir, então teríamos que apagar do orçamento um enorme conjunto de rúbricas.

Portanto, esse argumento não colhe.

Olhe, há dois anos a Alemanha acabou de pagar as responsabilidades da I Guerra Mundial. A Alemanha!

Portanto, essa argumentação de que não possível decidir agora porque vamos ter outro Parlamento a seguir, vamos ter outra composição parlamentar, é um argumento que não colhe num sistema parlamentar e democrático como o nosso.

A terceira nota tem a ver com a questão de substância. A questão de substância é esta:

É justo ou não é justo este aumento da remuneração complementar regional? Eu considero que é. Os trabalhadores açorianos também têm essa perceção, da justiça desta reivindicação.

Eu sou daqueles que acha que a remuneração complementar regional está calculada muito por baixo das desvantagens que derivam da insularidade para os trabalhadores açorianos. Acho que nunca alcançámos o valor justo.

Não está aqui em causa se tivemos outras medidas ou não tivemos outras medidas que compensaram de alguma forma estas desvantagens. Nunca, nunca, até a este momento, tivemos os meios e a vontade política, por parte de quem governa, para compensar essas desvantagens.

O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional considera que essas desvantagens já foram esbatidas.

Eu acho que os trabalhadores açorianos continuam a ter um conjunto de desvantagens bastante significativas em relação aos trabalhadores do continente e que nós ainda estamos muito longe de ter conseguido esbater esse conjunto de desvantagens. Esta é a minha perceção e é a perceção dos trabalhadores açorianos, por isso é que estão a reivindicar este aumento da remuneração complementar regional.

Finalmente, a última questão. Avaliada a questão da justiça, avaliar também a questão da possibilidade de podermos ou não fazer.

O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional nunca disse que não tínhamos capacidade, do ponto de vista financeiro, do ponto de vista orçamental, para

concretizar esta medida. Pelo contrário, até disse o contrário. Até disse que estes aumentos são até pouco significativos e residuais.

Portanto, nunca colocou a questão da Região entrar em desequilíbrio, se o fizer.

Não o referenciou. Pelo contrário, fica a ideia que é fácil porque até é residual.

Portanto, é também um argumento que não pode ser utilizado. Aliás, não foi utilizado pelo Vice-Presidente do Governo Regional.

Tendo em conta este conjunto de fatores, o PPM, reconhecendo e denunciando algum oportunismo político por parte do PCP nesta matéria, mantemos a nossa coerência em relação a esta questão.

Temos votado a favor, em outras situações, e vamos continuar a manter a nossa posição de princípio.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

**Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Uma interpelação.

Presidente: Uma interpelação, tem a palavra Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Face à intervenção do Deputado Paulo Estêvão e alguma confusão que eventualmente possa ter sido introduzida no plenário (eu nem sequer vou classificar a questão do oportunismo!), eu solicitava a V. Exa. que, ou esclarecesse, ou então, se não se importasse, até para eu não o estar a fazer, visto que é uma interpelação à Mesa, lesse a esta câmara, e em particular ao Deputado Paulo Estêvão, o ponto 4 do artigo 192.º do nosso Regimento.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Ler o Regimento a um Deputado!... Peço desculpa, isso não é admissível!

Deputado Aníbal Pires (PCP): V. Exa. não conhece!

(\*) **Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, foi feito um pedido de esclarecimento à Mesa relativamente ao artigo 192.°, que é o artigo que rege a apreciação em plenário referente às petições.

O número deste artigo a que se refere o Sr. Deputado Aníbal Pires é aquele que refere que com base numa petição, qualquer Deputado pode exercer o direito de iniciativa decorrente dessa mesma petição.

Eu não li o articulado, porque naturalmente todos dispõem do Regimento, mas é referente a este número do 192.º, que o Sr. Deputado Aníbal Pires fez a sua interpelação.

Penso que o Sr. Deputado Paulo Estêvão também pede a palavra para uma interpelação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Com certeza.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Coloco-lhe uma questão, que é a seguinte:

O objeto destas duas iniciativas é o mesmo? É porque eu leio aqui que, em relação ao SINTAP, diz respeito ao ano de 2016, e vejo que o objeto do PCP é um pouco diferente, acho eu.

Olhando outra vez para a barra cronológica, está aqui escrito 2017. Penso que não vi mal.

Portanto, nesse sentido, Sra. Presidente, o objeto é o mesmo?

(\*) **Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, como deve compreender, eu não me posso pronunciar qualitativamente relativamente às iniciativas que estão aqui em debate.

**Deputado Paulo Estêvão** (PPM): Estou a perguntar se o objeto é o mesmo?

**A Oradora:** Eu limitei-me a esclarecer (a Mesa) em relação à interpelação que o Sr. Deputado Aníbal Pires fez.

**Deputado Paulo Estêvão** (PPM): O objeto é o mesmo?

**A Oradora:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não vou qualificar, nem dar conta se é o mesmo, se não é o mesmo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é o mesmo!

**A Oradora:** Essa é uma questão que cabe ao debate político que é feito pelas Sras. e pelos Srs. Deputados, não é pela Mesa.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma interpelação, julgo.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Uma interpelação à Mesa.

O que eu perguntei à Sra. Presidente foi se o objeto é o mesmo. Ou seja, se uma proposta... Para confirmar.

Evidentemente que a Sra. Presidente leu há pouco o Regimento que todos nós temos.

**Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Mas que V. Exa. não conhece!

O Orador: Também todos nós temos a proposta.

No mesmo sentido, pergunto à Sra. Presidente se uma das iniciativas diz respeito a 2016 e outra diz respeito a 2017?

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Permita-me então que reformule a pergunta.

Uma das iniciativas diz respeito a 2016, que é a dos trabalhadores, a do SINTAP, a Petição;

Outra, a do Sr. Deputado, diz respeito a 2017.

Quer que me confirme se de facto é assim?

(\*) **Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, mas eu vou responder à sua questão, neste caso, lendo efetivamente o que diz o n.º 4 do artigo 192.º:

"A matéria constante da petição [e naturalmente que também aqui se depreende que é a matéria de forma genérica] não é submetida à votação, mas, com base na mesma, qualquer Deputado pode exercer o direito de iniciativa."

**Deputado Paulo Estêvão** (PPM): Não é a mesma!

A Oradora: É isto que diz aqui, e mais qualificações sobre as iniciativas que estão aqui em debate, como deverá compreender, a Mesa não se pode pronunciar.

Vamos continuar o debate.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem agora a palavra.

(\*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de registar uma divergência insanável entre mim (e o Bloco de Esquerda) e o Sr. Vice-Presidente.

**Deputado Aníbal Pires** (PCP): Só uma?!

A Oradora: É que o Sr. Vice-Presidente considera que sobre a matéria em apreço, que é o Projeto de Decreto Legislativo Regional do PCP para o aumento em 10% do montante da remuneração complementar, o Sr. Vice-Presidente já disse tudo, está tudo dito, está tudo respondido, não tem mais nada a acrescentar.

Qual a divergência insanável, Sr. Vice-Presidente?

É que eu acho que o senhor na realidade não disse nada.

**Deputado Francisco César** (PS): Por acaso já disse!

A Oradora: Não disse coisa nenhuma.

Mais. Até o pouco que disse acabou por negar, porque não quer classificar a iniciativa e o montante da iniciativa.

Sr. Vice-Presidente, a política é para classificar. As opiniões políticas, os critérios políticos e as convições políticas classificam e não se pode fugir daí.

Portanto, o senhor como governante e como Vice-Presidente tem mesmo que classificar e é por isso que eu lhe vou repetir a pergunta que lhe tinha feito e que o Sr. Vice-Presidente também não respondeu.

Está o Governo Regional disponível para duplicar o valor deste aumento, uma vez que ele não tem praticamente peso, nem significado nenhum, no Orçamento Regional? – primeira pergunta.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas quando?

A Oradora: Segunda pergunta:

Considera a reivindicação do aumento deste montante justa, razoável e com sentido, ou não?

Número: 146

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

Isto é política, Sr. Vice-Presidente, e o senhor tem que responder a esta pergunta. É justa ou não? É razoável ou não?

**Vice-Presidente do Governo Regional** (Sérgio Ávila): Mas quando?

A Oradora: Não é quando. É agora! É hoje! Aqui durante esta sessão legislativa.

Não é amanhã! É agora.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quando?

A Oradora: Quando, é agora!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já!

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Passo agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

(Pausa)

Sra. Deputada Zuraida Soares...

(\*) **Deputada Zuraida Soares** (BE): Sra. Presidente, não vou correr o risco de dizer outra vez para alguém matar a barata, mas vou pedir, encarecidamente, que com toda a gentileza deste mundo, que esta baratinha seja retirada do hemiciclo.

**Presidente:** Vamos fazer um breve intervalo.

Eram 15 horas e 58 minutos.

**Presidente:** Vamos retomar os nossos trabalhos, depois deste breve intervalo.

Eram 16 horas e 01 minutos.

Sras. e Srs. Deputados...

Sra. Deputada Graça Silveira, dou-lhe novamente a palavra.

IV Sessão Legislativa

(\*) **Deputada Graça Silveira** (*CDS-PP*): Se não há baratas a incomodar.

**Deputado Luís Rendeiro** (PSD): Não, já não há! Nem no CDS!

**A Oradora:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Eu acho que há mais baratas no PSD que no CDS. Mas põe-te a pau! Trata da tua casa que eu trato da minha! E começa pela Terceira!

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César) (Risos da câmara)

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Deputada Graça Silveira está no uso da palavra.

Sra. Deputada Graça Silveira pode usar da palavra.

**A Oradora:** Sr. Vice-Presidente, pela sua intervenção percebi que tinham ficado algumas dúvidas. Portanto, agradecia-lhe que esclarecesse.

Primeiro: assinou ou não o Memorando que amarrava os açorianos à austeridade?

Ponto dois: quando eu me referi a que o ano passado tinha havido algumas dúvidas sobre essa compensação, pensei que tinha ficado claro que essas dúvidas eram do Sr. Representante da República e como explicou o Sr. Deputado Joaquim Machado, e muito bem, todos nós, nesta Casa, nos colocámos do lado dos açorianos e do Governo, porque nós entendemos que a remuneração complementar é um mecanismo para compensar as assimetrias que resultam da nossa condição insular e não uma compensação aos rendimentos que foram cortados na República.

Pensei que isto tinha ficado muito claro. Parece que não.

Portanto, eu não confundi rigorosamente nada.

Aquilo que aconteceu foi que o Sr. Vice-Presidente acabou com a remuneração compensatória e repiscou a remuneração complementar.

Fez uso do subsídio da insularidade para alargar ao maior número de açorianos e para aumentar a percentagem nos respetivos escalões. Foi isto, única e exclusivamente, o que eu disse.

Volto a perguntar:

O Sr. Vice-Presidente amarrou ou não os açorianos à austeridade assinando um Memorando? – um.

Dois: quanto à matéria de facto que estamos aqui a discutir, o Sr. Vice-Presidente considera que é pertinente ou não as aspirações dos açorianos em verem neste momento (para agora, ou para 2017, ou para quando o senhor tiver dinheiro para pagar, ou para quando o Governo entender a fazer) fazer uma atualização do subsídio de insularidade?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(\*) **Deputado Francisco César** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Primeira matéria que me parece relevante nós debatermos tem a ver com a questão do tempo, ou seja, tivemos aqui algumas discussões e algumas interpretações da parte de algumas Sras. Deputadas sobre se havia ou não havia legitimidade, por parte da Assembleia, de o fazer.

Eu acho que importa aqui salientar que o Partido Socialista nunca disse que a Assembleia não tinha legitimidade para discutir e até aprovar, quer esta proposta, quer dar, digamos, uma posição favorável em relação à petição.

Não foi dito isto, porque, Sras. e Srs. Deputados, nem tudo é branco ou preto e nós não temos que, obrigatoriamente, dar a resposta que os senhores querem que fosse dada.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da oposição)

**O Orador:** Eu gostava de dar a posição do Partido Socialista, e não, na minha intervenção, ouvir a posição dos outros partidos políticos.

O que o Partido Socialista disse foi uma questão diferente. É uma questão de tempo político, de posição política de uma Assembleia e de nós, aprovarmos ou não, como é costume, em orçamento da Região, a proposta de um novo governo sufragado pelos açorianos.

**Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Mas apresentamos as propostas no orçamento e os senhores não aprovam!

O Orador: A questão que se coloca é se esta câmara, tendo em conta que os efeitos desta medida seriam no ano de 2017, concorda ou não que esta decisão seja tomada pela maioria dos açorianos?

**Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Não aprovam em sede de orçamento!

**O Orador:** Esse é que é o principal ponto da questão e é sobre isso que nós nos temos referido, porque confiamos na decisão que os açorianos irão tomar, que irão levar a um novo Governo, que poderá propor em sede de orçamento, ou não, uma proposta de aumento em relação aos funcionários públicos.

A segunda questão tem a ver com a questão da austeridade, do Memorando de Entendimento, em resumo,..

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Assinou ou não?

**O Orador:** ... dos últimos quatro anos e do papel que o Governo da República teve sobre esta matéria e o papel do Governo dos Açores.

Eu acho que não há ninguém aqui, nesta câmara, que possa negar, que possa afirmar pleno de convicção, que o Governo dos Açores não fez tudo aquilo que estava ao seu alcance, ou pelo menos fez muita coisa que estava ao seu alcance...

**Deputado Aníbal Pires** (PCP): Alguma coisa!

**O Orador:** ... para diminuir a austeridade proveniente da República. Ninguém pode dizê-lo.

**Deputado Aníbal Pires** (PCP): Ficou muito aquém!

O Orador: Mesmo em relação ao Memorando de Entendimento, que a Sra. Deputada nem cá estava, eu lembro-me bem o que disseram, que este Memorando de Entendimento comprometia os Açores, que este Memorando de Entendimento era um plano de resgate aos Açores, que este Memorando de Entendimento iria comprometer o futuro da Região, que iria obrigar a um visto prévio.

Nada disto aconteceu!

E aquilo que se verificou foi que o Governo aplicou um conjunto de medidas que fizeram reforçar o rendimento das famílias por forma a que austeridade batesse menos na sua vida. E isso é um facto. Não há dúvidas sobre isto. É um facto que a vida dos açorianos, o rendimento dos açorianos foi beneficiado por um conjunto de medidas que o Governo dos Açores e esta câmara, algumas vezes até por unanimidade, aprovou.

Portanto, sobre isso penso que estamos conversados.

Por último, a ironia. A ironia de nós termos nesta câmara um partido político que vem acusar o Governo dos Açores de não querer cumprir com as suas responsabilidades e apoiar os funcionários públicos na reposição ou no aumento da remuneração complementar.

**Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Isso é verdade!

O Orador: A escolha da bancada do PSD, do Deputado Joaquim Machado, para defender o aumento da remuneração complementar é, a meu ver, profundamente irónica. É quase cruel...

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): O Sr. Deputado já viu quem é que defende no PS a remuneração complementar?

O Orador: ... (é quase cruel!) como é que – e aí o Sr. Deputado Francisco Coelho permita-me utilizar uma expressão sua – o Sr. Deputado Joaquim

Machado, no tempo antes de Machado sair do Governo, vinha aqui dizer que quando Dionísio de Sousa, em tempos, nesta bancada, terminava a sua intervenção dizendo que a bancada do PSD estava disposta a revogar tudo o que anteriormente tinha sido aprovado em beneficio dos açorianos, ou seja, os já referidos decretos como o subsídio de insularidade, o Subsecretário Regional da Comunicação Social de então,...

**Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Quem era?

O Orador: ... Joaquim Machado, imediatamente disse revogar tudo o que era de mal, nomeadamente o subsídio de insularidade.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

É curioso!... É curioso!... É curioso que o mesmo Deputado, no tempo antes de Machado, era contra o subsídio de insularidade. Depois de Machado já é contra o subsídio de insularidade.

**Deputado Joaquim Machado** (PSD): Continue a dizer esse nome!

O Orador: Aliás, sobre esta matéria, a gestão da bancada do PSD é extraordinária.

**Deputado Aníbal Pires** (PCP): Isso é muito grave!

**O Orador:** Coloca o Deputado Joaquim Machado a falar sobre aquilo que foi contra, sendo hoje a favor.

E quando se espera que em alguns debates o líder do Partido Social Democrata venha finalmente a debate dizer o que é que pensa, nós não o ouvimos. O que ouvimos é um Vice-Presidente da bancada parlamentar.

Aliás, é curioso. É curioso a forma como o PSD valoriza o debate parlamentar, porque de todos os líderes parlamentares que aqui estão, de todos os líderes partidários que aqui estão, ou têm estado, o Deputado Duarte Freitas é aquele que menos fala no Parlamento.

Desde que cá está falou, salvo erro, quatro vezes. Quatro vezes!

Número: 146

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

O PSD é o partido, de facto, que menos valor dá ao Parlamento.

É caso para dizer, Sr. Deputado, eu vou parafrasear um jogador de futebol para revelar aquilo que poderia ser o espírito de alguns membros da sua bancada, para revelar aquilo que deveria ser o espírito da sua bancada.

"Duarte, venha debater! Venha debater! Tu debates bem! Se perderes, ponto!...
Olhe, que se dane!..."

Venha debater!

Tenha personalidade e venha a esta Câmara!

Muito obrigado.

**Deputado Berto Messias** (PS): Muito bem!

**Deputado Duarte Freitas** (*PS*): "Carlos, não atravesses a sala para bateres no Joaquim Machado!"

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

**Presidente:** Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente,...

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Paulo Estêvão está no uso da palavra.

O Orador: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

**Presidente:** Srs. Deputados. O Sr. Deputado Paulo Estêvão está no uso da palavra.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu não quero interromper a vossa guerra de apartes, mas eu agora tinha necessidade de referenciar mais dois ou três pormenores.

Há pouco o Sr. Deputado Aníbal Pires refugiou-se no Regimento para tentar dizer que o parasitismo é legal.

No caso, eu recorri para a Sra. Presidente em relação a esta questão, mas é evidente que o resultado não poderia ter sido diferente, uma vez que a atitude de quem deve fiscalizar este tipo de questões é um pouco semelhante daquele árbitro muito conhecido, o Marc Bata.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não percebi!

O Orador: Devo dizer o seguinte:

Em relação a esta questão era evidente que o Sr. Deputado nunca poderia apresentá-la, nunca poderia apropriar-se desta iniciativa, porque ela nem sequer é possível de ser executada, porque a lei travão não o permite. Esta era a interpretação e isto é o que deveria ter sido dito. Era, esta iniciativa não poderia ter sido apropriada por nenhum partido...

**Deputado Aníbal Pires** (PCP): O senhor de facto não perceber nada disto!

O Orador: ... porque a lei travão não o permite no caso específico. Esta seria a resposta que eu teria dado, porque esta é a resposta que corresponde à legalidade e também, evidentemente, ao espírito do Regimento.

Mas sendo esta uma questão formal, é uma questão secundária. A questão política aqui, Sr. Deputado, e quero reiterar outra vez, é que a sua intervenção nesta questão, evidentemente, foi uma intervenção que só criou problemas à reivindicação dos trabalhadores.

O senhor tem aqui uma iniciativa dos trabalhadores dos Açores e na linha do seu partido o senhor diz: bom, os trabalhadores no âmbito daquilo que temos vindo a defender não têm independência política e não têm independência de associação, ou pelo menos nós temos o alto patrocínio destas matérias.

Número: 146

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

Portanto, o senhor não resistiu a manipular, a instrumentalizar uma iniciativa que não era sua. É isso que o PP repete constantemente, quer o Regimento o permita, quer o Regimento não o permita.

Como acabei de demonstrar não o permite. O senhor o que tenta fazer é sempre instrumentalizar este tipo de questões.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão esgotou o seu tempo para o debate.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

**Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sra. Presidente, para meu esclarecimento, e neste caso é mesmo para meu esclarecimento, não é para esclarecimento do Deputado Paulo Estêvão, porque pelos vistos sobre isto...

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Para o senhor tudo é permitido!

Presidente: Sr. Deputado, está a fazer uma interpelação.

O Orador: Já lá vou.

A lei travão não impediria, julgo eu, até porque é V. Exa. quem decide da admissibilidade ou não dos diplomas... Se o PCP, ao invés de ter optado por uma iniciativa com efeitos a 2017, tivesse optado por uma iniciativa com efeitos para 2016,...

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Mas essa é a questão?

O Orador: ... e tivesse encontrado as respetivas contrapartidas financeiras sem pôr em causa o aumento da despesa, V. Exa. aceitaria ou não aceitaria a iniciativa?

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Estêvão** (PPM): Mas essa é a questão?

(\*) **Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires, a pergunta que coloca à Mesa tem alguma complexidade. Portanto, eu nem sequer vou arriscar, sob pena de poder interferir de alguma maneira no debate, que não é minha intenção. Eu não lhe posso dar uma resposta concreta.

O que é certo é (apenas posso dizer isto) que em relação à lei travão, se o seu diploma tivesse entrado para produzir efeitos ainda este ano, não teria sido admitido, mas a complexidade da sua pergunta é maior e, portanto, eu não vou responder naturalmente,...

## **Deputado Paulo Estêvão** (PPM): Muito bem!

A Oradora:... porque precisaria de um parecer dos serviços para poder contextualizar, mas, Sr. Deputado Aníbal Pires, também lhe peço que não eternizemos o debate com interpelações à Mesa sobre questões que são complemente não acessórias, mas à parte do debate.

Para uma interpelação, Sr. Deputado, tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Eu aceito certamente a explicação que V. Exa. nos está a dar, e me está a dar, porque foi para mim, porque eu é que a solicitei, mas apesar dessa complexidade que a questão tem, e efetivamente tem essa complexidade, lembro que outras situações idênticas,...

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Mas que interpelação é essa? Mas para o Deputado Aníbal Pires tudo é permitido!

**O Orador:** ... outros diplomas que tinham a ver com alterações orçamentais a verificarem-se no próprio ano, desde que...

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Mas isto é uma interpelação, Sra. Presidente? É a apresentação de argumentos!

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires, faça favor de continuar com o seu raciocínio, mas dentro do tempo naturalmente que tem para fazer a interpelação.

O Orador: Se o Sr. Deputado Paulo Estêvão me permitir.

**Presidente:** Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: O Sr. Deputado Paulo Estêvão está com algumas dificuldades.

**Presidente:** Sr. Deputado, não deve... Está a fazer uma interpelação à Mesa, não pode interpelar outros colegas.

O Orador: Com certeza.

Eu não estou a interpelar. Só estou a interpelar V. Exa.

A questão é a seguinte: apesar dessa complexidade, a verdade é que temos situações, durante esta legislatura, de entrada e admissibilidade de iniciativas legislativas, com efeitos no orçamento da Região, durante a sua vigência.

Portanto, eu julgo que estou certo na interpretação que faço, isto é, desde que eu tivesse oferecido...

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, se é assim...

(\*) **Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires, eu penso que já toda a gente percebeu aquilo que quer dizer à Mesa. Neste caso não está a fazer nenhuma pergunta, está apenas a afirmar. Portanto, eu não lhe vou dar mais nenhuma resposta, porque já lhe dei na primeira vez que fez a interpelação.

**Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Eu posso...

A Oradora: No âmbito da interpelação, a questão já foi respondida.

**Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sim, tanto quanto eu percebi...

A Oradora: A pergunta já foi respondida, Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sim. É um assunto complexo, mas não é impossível.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(\*) **Presidente:** Se quiser mais informações faça um requerimento à Mesa que eu mandarei para a assessoria jurídica para lhe responder.

Vamos, agora sim, continuar com o debate.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à intervenção da Sra. Deputada Graça Silveira, queria assinalá-la em primeiro lugar e registar que é o terceiro partido que, só hoje, neste plenário, assume que o Partido Socialista continuará no Governo após as próximas eleições.

**Deputada Graça Silveira** (*CDS-PP*): Houve coisas que eu disse, que por acaso gostava de saber em alto e bom tom!

**O Orador:** Esta manhã isso foi assumido pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão e agora o PP ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): CDS!

O Orador: CDS!

... vem dizer-nos...

**Deputada Graça Silveira** (CDS-PP): Pode tirar o PP!

O Orador: ... que o Partido Socialista terá o apoio maioritário dos açorianos nestas eleições.

**Deputada Graça Silveira** (CDS-PP): Mas o que é que eu disse? Eu fiz três perguntas!

O Orador: Quando a Sra. Deputada pergunta o que é que vamos fazer em 2017, está a assumir o pressuposto de que os açorianos vão escolher o PS para continuar, nas eleições.

**Deputada Graça Silveira** (CDS-PP): Se aprovar esta iniciativa hoje aqui, vai se aplicada em 2017, seja o senhor ou outro qualquer que esteja lá!

O Orador: Mas como foi referido e muito bem pelo Sr. Presidente esta manhã, vamos deixar que seja os açorianos a escolher no seu tempo certo e no seu tempo oportuno.

Segundo aspeto que acho essencial:

Sra. Deputada, dê as voltas que der, chame as palavras que chamar, todos nós sabemos que a remuneração compensatória, mais a complementar, e a complementar...

**Deputada Graça Silveira** (CDS-PP): O senhor acabou com a compensatória!

O Orador: ... nas suas diversas versões,...

**Deputada Graça Silveira** (*CDS-PP*): O senhor acabou com a compensatória, porque era ilegal!

Número: 146

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

O Orador: ... todos os acorianos que a usufruíram sabem que, após a aplicação dessa mesma remuneração, aqueles que venciam até 2000 euros tiveram repostos os cortes que tinham.

**Deputada Graca Silveira** (CDS-PP): Assinou ou não o memorando?

O Orador: Portanto, a realidade e os factos, e não a retórica parlamentar, demonstra no bolso...

**Deputada Graça Silveira** (CDS-PP): Assinou ou não o memorando e retirou aos açorianos complementar?

 $\mathbf{0}$ Orador: . . . dos trabalhadores açorianos remuneração que a complementar,...

**Deputada Graça Silveira** (CDS-PP): Responda!

O Orador: ... a remuneração compensatória, assegurou ao longo destes anos que cortes feitos na República não tiveram efeitos nos Açores; que a República cortou desde 2010...

**Deputada Graça Silveira** (CDS-PP): E o senhor aplicou aos açorianos esses cortes, ou não, com o seu Memorando?

O Orador: ... e nós cortámos.

Quando à questão do Memorando a resposta já foi dada.

Se os açorianos não tiveram cortes, se os açorianos tiveram as 35 horas de trabalho,...

**Deputada Graça Silveira** (CDS-PP): Assinou o Memorando ou não, Sr. Vice-Presidente?

O Orador: ... quer dizer que esse Memorando que aqui refere...

**Deputada Graça Silveira** (CDS-PP): Diga aqui aos açorianos!

O Orador: ... não teve qualquer efeito, porque efetivamente os vencimentos foram sempre repostos aos funcionários públicos da Região.

Para terminar este debate há duas coisas que o Governo nesta matéria tem muito claro e tem muito orgulho.

#### IV Sessão Legislativa

A primeira é a confiança na opinião dos açorianos. Caberá aos açorianos decidir, em outubro, quem terá a devida competência para decidir no momento próprio esta matéria.

Nós confiamos naquilo que os açorianos vão decidir e não nos vamos antecipar àquilo que os açorianos vão decidir para escolher quem decidirá sobre esta matéria no seu tempo próprio da aplicação.

Segundo: temos a consciência totalmente intacta e, essencialmente, temos consciência e orgulho...

**Deputada Graça Silveira** (*CDS-PP*): Ninguém tem a consciência completamente intacta, nem o senhor, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: ... de que tudo fizemos, no limite das nossas competências, no limite dos nossos recursos, para repor os cortes quando eles foram impostos aos trabalhadores, repor os horários quando eles foram aumentados,...

**Deputada Graça Silveira** (CDS-PP): Foram impostos pelo seu Memorando!

O Orador: ...repor os direitos que foram cortados no limite das nossas competências autonómicas e no limite dos nossos recursos, indo contra tudo e contra todos, incluindo aqueles que representavam a República nos Açores.

Sobre essa matéria temos a nossa consciência tranquila.

# Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Caberá aos açorianos, com toda a serenidade, avaliar esse mesmo trabalho e sabemos perfeitamente que os açorianos na generalidade e os trabalhadores da Administração Pública em particular, sabem, conhecem e reconhecem e irão reconhecer todo o trabalho, todo o esforço que fizemos, que fazemos e que continuaremos a fazer nesta matéria.

Por isso não precisamos estar à pressa a anunciar aquilo que é para fazer depois, porque os açorianos sabem que a nossa palavra sempre foi cumprida e o que fizemos nesta matéria é um orgulho para os Açores e para os açorianos e por isso temos a consciência tranquila para enfrentar os açorianos nesta matéria e

com certeza orgulho deles reconhecerem em nós o trabalho que fizemos sobre isso.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A discussão desta iniciativa legislativa do PCP tem-nos levado muito longe e, ao levar-nos muito longe, isso conforta o Partido Socialista e o Governo Regional que assim se furtam a explicar por que razão é que efetivamente discordam da aprovação da revisão dos valores da remuneração complementar. Já fomos longe, e até fomos a 1992, para dizer umas meias verdades, que o mesmo é dizer para dizer umas falsidades, sobre o que então aconteceu, designadamente sobre um chamado subsídio de insularidade, que uma maioria espúria...

## Deputado José San-Bento (PS): Legítima!

O Orador: ... constituída nesta Assembleia, que não representava a vontade expressa pelos açorianos nas eleições de 1988, fez aprovar um determinado princípio que contrariava aquilo que na altura era a vontade maioritária dos açorianos de promover a compensação dos custos de insularidade através da via fiscal e não por aquele mecanismo que efetivamente, e bem, conforme os açorianos confirmaram em outubro de 92, foi e bem revogado...

**Deputado José Contente** (PS): Na campanha disseram que não revogavam!

O Orador: ... e partiu-se para outros mecanismos de compensação. Portanto, foi por aí.

Quanto às outras considerações pessoais vindas da bancada do Partido Socialista, que já não são as primeiras de hoje, eu convivo muito bem com isso e diria apenas que Freud explicaria. Portanto, para mim o assunto está arrumado.

X Legislatura

**Deputada Renata Correia Botelho** (*PS*): Não há aqui considerações pessoais, Sr. Deputado!

O Orador: Agora, há aqui uma ironia e a ironia está exatamente em quem diz que é o campeão das políticas sociais, quem diz que é o campeão da defesa dos trabalhadores da administração pública, é afinal exatamente quem hoje está contra a revisão do aumento da remuneração complementar. Não deixa de ser irónico.

Sobre o passado do PSD nesta matéria julgo que ele próprio responde por nós,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Eram contra!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... lembrando que, designadamente, em novembro de 1999 o PSD entregou, e discutiu aqui nesta Assembleia, um Projeto de Decreto Legislativo precisamente a criar a remuneração complementar.

Portanto, o nosso passado responde por nós próprios, Sr. Deputado.

Agora, há no meio disto tudo o folclore habitual trazido pelo Sr. Vice-Presidente.

Então se na Região não houve crise, se na Região não houve austeridade, como é que se explica que continuamos a ser das regiões mais pobres do país e das mais pobres da Europa? Há nisso uma insanável contradição.

Por fim, dizer que o Sr. Vice-Presidente voltou a faltar à verdade, porque em agosto de 2014 foi publicado um Decreto Legislativo, aprovado neste Parlamento em julho, com muita urgência, vindo do Governo Regional, que começa por dizer, no primeiro parágrafo do preâmbulo (este parágrafo pode não ter sido escrito pelo Sr. Vice-Presidente, mas foi seguramente por ele aprovado e foi pelo Governo que ele integra trazido a esta câmara e aqui aprovado), tão somente isto:

"A remuneração complementar regional sempre visou atenuar a diferença do nível do custo de vida nos Açores em relação ao continente, designadamente os derivados dos custos de insularidade, traduzindo-se numa medida de justiça social."

Portanto, é falso que a remuneração complementar tenha alguma vez servido para compensar cortes salariais, como nós sabemos, criados a partir do dia 1 de janeiro de 2011 pelo camarada José Sócrates.

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira. Dispõe de cerca de um minuto e meio.

(\*) **Deputada Graça Silveira** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, só para lhe dizer que é bem típico da governação socialista. Primeiro amarra os açorianos, pelo Memorando, à austeridade, e depois vem dizer que afinal criou mecanismos de compensação.

Mas devo dizer-lhe que se a sua consciência está completamente intacta é perigoso, porque todas as pessoas fazem uma autoanálise, autocrítica, não têm uma consciência completamente intacta.

Por último, só para lhe lembrar, Sr. Vice-Presidente, que todos os Deputados nesta Casa foram democraticamente eleitos pelos açorianos.

O senhor está sempre a dizer que o Governo foi eleito pelos açorianos e que os açorianos é que escolheram

Todos nós aqui fomos escolhidos pelos açorianos...

**Deputado Aníbal Pires** (PCP): Menos o Governo!

A Oradora: ... e para honrar para quem nos escolheu, para defender as suas posições, continuamos a nossa atividade parlamentar até o nosso mandato acabar, ao contrário do senhor que três meses antes considera que os Srs. Deputados nesta Casa já não podem ter atividade parlamentar.

Muito obrigada.

**Deputado Francisco César** (PS): Mas quem é que disse isso, senhora?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares que dispõe também de muito pouco tempo para intervir.

(\*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Muito obrigada, Sra. Presidente. Vou ser muito breve.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para fazer um último desafio ao Sr. Vice-Presidente, no seguinte sentido:

O Partido Socialista apresenta-se a estas eleições sobre o lema de fazer o que falta fazer, "fazer o que ainda não foi feito", no vocabulário de Pedro Abrunhosa. Vai lá dar.

Ora, uma das coisas que falta fazer, Sr. Vice-Presidente, aliás falta fazer desde 2012, é aumentar a remuneração complementar. Por que é que o Partido Socialista, e o Governo por ele suportado, não começa agora, aqui e agora, a fazer o que ainda falta fazer e aprova esta iniciativa legislativa do Partido Comunista e aumenta o montante da remuneração complementar? É justo que o faça e é disso que os trabalhadores desta Região estão à espera que o Governo faça.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Passado o período das interpelações, vamos lá então aqui a alguns esclarecimentos.

Quanto às questões do parasitismo e da partidarização deste assunto, dizer o seguinte:

Quem iniciou o processo, na década de oitenta, da criação de um subsídio de insularidade, hoje conhecido por remuneração complementar, foi o PCP.

Portanto, foi o PCP e mais ninguém e foi na altura da tal maioria que o Deputado Joaquim Machado diz que era espúria. Não sei se era espúria ou não, mas que era legítima para decidir era, e aquilo que foi ilegítimo foi o Governo do PSD mandar os serviços não pagar, a partir de determinada altura, o subsídio de insularidade.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Isso é que foi... Eu nem classifico.

Quanto à questão da partidarização e do aproveitamento da iniciativa sindical, tanto quanto é do meu conhecimento, mas também do conhecimento público, quer o SINTAP, quer a CGT-Açores, tomaram posição pública sobre esta iniciativa do PCP-Açores, valorizando-a e afirmando da sua importância para que acontecesse a atualização da remuneração complementar.

Portanto, Sr. Deputado que há pouco acusou o PCP de parasitismo dizer o seguinte:

A iniciativa, na década de 80, é do PCP, e no caso concreto que estamos aqui a discutir, qualquer uma das centrais sindicais nos Açores deram o aval a esta iniciativa do PCP. Não há aqui nenhuma partidarização. O que há aqui é uma interpretação política de um sentir e da reivindicação dos trabalhadores da Administração Pública Regional e Local...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... e que o PCP deu forma.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras.

e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Indo diretamente aqui à pergunta muito bem colocada pela Sra. Deputada Zuraida Soares: o que é que falta fazer, Sra. Deputada?

Falta fazer aquilo que estamos a fazer, aquilo que em parte estamos a fazer, em conjunto.

**Deputado Artur Lima** (CDS-PP): O senhor La Palice não diria melhor!

**O Orador:** Acabar com a sobretaxa de IRS e com isso baixar os impostos sobre o rendimento de quem trabalha. É isso que estamos a fazer agora.

**Deputada Graça Silveira** (*CDS-PP*): Isso é para todos os portugueses, não é só para os açorianos!

O Orador: É isso que estamos a fazer: baixar os impostos sobre quem trabalha e essencialmente baixar os impostos sobre quem trabalha a quem ganha menos, para que tenha mais rendimento líquido do seu trabalho e é isso que está a acontecer este ano. Como também desde meio do ano passado, o que está a acontecer aos trabalhadores açorianos é uma nova redução do IRS com o aumento do diferencial, da baixa fiscal em relação ao IRS de 20 para 25% naqueles que ganham entre 7 e 20 mil euros e como bem foi lembrado pelo Sr. Deputado Artur Lima numa proposta conjunta com o CDS-Partido Popular.

É isso que temos feito.

O que ficará para a história são dois factos essenciais: quando a República cortou, nós repusemos e mantivemos os vencimentos; quando a República manteve os vencimentos, nós aumentámos os vencimentos líquidos daqueles que menos rendimentos tinham cortando a sobretaxa de IRS, baixando por isso os impostos e aumentando o vencimento de quem menos tinha.

É isso que faltava fazer. É isso que foi justo fazer este ano e é isto que vamos continuar a fazer no sentido (e isso partilhamos claramente) de repor vencimentos, de repor rendimentos a quem mais trabalha.

Foi esse o nosso percurso que assumimos com coerência, não à pressa em véspera de eleições, mas de forma coerente ao longo destes quatro anos. Isto é o património de que muito nos orgulhamos e por esse mesmo património é que os açorianos confiam em nós.

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa de momento não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

Vamos votar na generalidade este Projeto de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Avançamos agora com os nossos trabalhos. Entramos no ponto cinco da nossa Agenda.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Número: 146

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Para solicitar um intervalo regional de 15 minutos, Sra. Presidente.

Presidente: É regimental. Regressamos às cinco para as cinco.

Eram 16 horas e 40 minutos.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 11 minutos.

Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Entramos agora no ponto cinco da Agenda: **Petição n.º 47/X – "Atualização da Remuneração Complementar"**, apresentada por Francisco José Duarte Pimentel, na qualidade de primeiro subscritor.

Rege esta matéria o artigo 192.º do Regimento e os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes, que são os que habitualmente utilizamos nesta figura regimental.

Cada bancada parlamentar dispõe de 10 minutos que pode utilizar uma única vez.

Para apresentação do relatório tem a palavra o Sr. Relator da Comissão de Economia, o Sr. Deputado José Ávila.

**Deputado José Ávila** (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

## RELATÓRIO E PARECER

# SOBRE A PETIÇÃO "ATUALIZAÇÃO DA REMUNERAÇÃO COMPLEMENTAR"

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 5 de julho de 2016, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a fim de analisar e dar parecer sobre a Petição "Atualização da Remuneração Complementar".

## 1st. CAPÍTULO - INTRODUÇÃO

A 01 de abril de 2016 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma Petição denominada "Atualização da Remuneração Complementar", cuja autoria é do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (SINTAP), representado pelo seu Presidente, Francisco José Duarte Pimentel, na qualidade de primeiro subscritor.

A presente petição defende a premência de se proceder à atualização da Remuneração Complementar.

## 2nd. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de Petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e é regulado e garantido pela Lei n.º 43/90, de 19 de agosto, com as alterações introduzidas pelas leis n.º 63/93, de 1 de março e n.º 15/2003, de 14 de junho.

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

A apreciação na Comissão Permanente de Economia exerce-se no âmbito do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos dos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

# 3rd. CAPÍTULO – APRECIAÇÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

A Petição em análise tem por objeto pedir "a revisão e atualização da atual tabela de valores da Remuneração Complementar".

Tal pedido é justificado, pelos subscritores, tendo por base os seguintes argumentos:

- 1. Que a Remuneração Complementar "foi criada para compensar o desgaste maior que os custos de insularidade acarretam sobre os rendimentos dos funcionários públicos na Região quando comparados com os do continente;"
- 2. Que a "[...] Remuneração Complementar não é alvo de qualquer atualização desde 2012;"
- 3. Que "[...] as remunerações base dos funcionários públicos não são atualizadas desde 2009;"
- 4. Que "o valor da inflação acumulada registada nos Açores nos últimos 4 anos foi cerca de 4% superior à do continente, o que levou a uma maior perda do poder de compra dos salários dos trabalhadores públicos da Região em relação aos dos seus colegas do continente".

Face ao exposto, solicita-se, conforme acima referido, a atualização da Remuneração Complementar nos termos propostos no quadro ínsito na Petição, o qual traduz-se num aumento de 10% dos montantes atualmente em vigor.

X Legislatura

A Comissão de Economia deliberou proceder à audição do primeiro subscritor e Presidente do SINTAP, Francisco José Duarte Pimentel, e do Senhor Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores.

A Comissão de Economia no dia 6 de junho de 2016 procedeu à audição do primeiro subscritor, Francisco José Duarte Pimentel.

O Representante do Sindicato, depois de considerar que a remuneração complementar/subsídio de insularidade tinha sido criada no ano 2000 para compensar os custos de insularidade, afirmou que esta não era atualizado desde 2012 e os vencimentos dos funcionários públicos não eram aumentados desde 2009.

Considerou ainda que a taxa de inflação na Região tinha sido de 4% nos últimos 4 anos, fator que tinha contribuído para uma maior perda de rendimento daqueles funcionários.

Por fim, acrescentou que perante a ausência de anúncios antecipados sobre o aumento da remuneração complementar/subsídio de insularidade, o sindicato que representa foi forçado a pedir ao povo que dirigisse à Assembleia esta questão que, no seu entendimento, se revestia, mais do que tudo, de justiça social.

O Presidente da Comissão, Deputado Francisco César, afirmou que o seu partido estava à vontade sobre esta matéria, até por ter um enorme património em compensar os cortes e proteger os salários mais baixos, mas perguntou ao Dirigente Sindical porquê agora, porquê só este ano, tendo em conta que a inflação tinha vindo a decrescer.

O Dirigente afirmou que só se colocava a questão agora por "autismo" do Vice-Presidente, porque já tinham sido pedidas várias audiências para negociação coletiva, lembrando os presentes que o sinal positivo tinha sido dado pelo Governo Regional depois do aumento do complemento do Abono de Família.

O Dirigente afirmou que tinha a noção do impacto da medida e que esta matéria tinha a ver com questões ligadas à justica social.

Por fim, afirmou ser importante ter conhecimento do que defendem os partidos políticos antes das próximas eleições.

- O Presidente da Comissão, Deputado Francisco César, demonstrou a sua admiração pelo facto desta petição surgir precisamente numa altura em que se regista um aumento do rendimento, depois de 4 anos de reduções. O Deputado colocou ainda algumas questões relativamente à tabela de IRS que será revista em 2017.
- O Dirigente Sindical afirmou que este aumento de 10% iria afetar as pessoas que ganham muito pouco e que essa percentagem acompanhava o esforço feito para o complemento de abono de família, registando o facto de esta petição ter sido admitida.
- O Deputado Joaquim Machado afirmou que o que estava em causa era a atualização da remuneração complementar, lembrando o sobrecusto de insularidade e que se devia começar por algum lado, bastando haver vontade para o fazer, coisa que não acontecia desde 2012, altura em que deixou de haver resposta positiva a esta pretensão.
- O Deputado afirmou ainda que que a remuneração média da administração pública nos Açores era inferior à nacional.
- O Dirigente Sindical confirmou que desde 2010 não havia aumento na função pública e desde 2012 não havia atualização da remuneração complementar e que essa realidade se prendia com a indisponibilidade do Governo Regional para negociar.

# No dia 5 de julho de 2016 a Comissão de Economia procedeu à audição do Senhor Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores.

- O Vice-Presidente do Governo dos Açores afirmou que a posição do Executivo sobre esta matéria já era conhecida aquando da audição de uma proposta semelhante apresentada pelo PCP muito recentemente.
- O Deputado Joaquim Machado achou estranho as declarações sobre o documento porque este tinha um objeto muito diferente da proposta do PCP e

que o que se pretendia era, muito simplesmente, saber a posição do Governo Regional sobre esta petição.

O Vice-Presidente referiu, por sua vez, que esta proposta deveria ser apresentada, discutida e votada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Confirmou, ainda, que o objeto da petição era, no essencial, semelhante à do PCP.

O Deputado Joaquim Machado enfatizou que o Vice-Presidente iria apresentar os mesmos pressupostos e que essa atitude representava uma certa cobardia política por não querer dizer qual a posição do Governo Regional sobre esta matéria, lembrando que o Executivo devia ter uma opinião, independentemente do tempo, do modo e do impacto no orçamento.

O Governante explicou que se havia coisa que este Governo não padecia era de cobardia política, reforçando que em temas relacionados com atualizações de rendimento esse era um facto bem conhecido, lembrando que o Governo dos Açores repôs o que o Governo da República do PSD/CDS-PP tinha cortado e que os funcionários públicos da Região sabiam muito bem o esforço que tinha sido feito.

O Membro do Governo afirmou ainda que não percebia a razão deste nervosismo de última hora.

A Deputada Zuraida Soares começou por afirmar que se estava a confundir "alhos com bugalhos", pedindo ao Governante que explicasse se o Governo estaria ou não disponível para atualizar a remuneração complementar.

O Vice-Presidente afirmou que competia à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores legislar sobre esta matéria, por isso esta questão, levantada deste modo, era um equivoco.

O Vice-Presidente afirmou que competia à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores legislar sobre esta matéria, por isso esta questão, levantada deste modo, era um equivoco.

Número: 146

A Deputada Graça Silveira afirmou que era importante conhecer a opinião do Governo e que o Vice-Presidente se quisesse respeitar os Deputados devia pronunciar-se sobre esta matéria.

Lembrou que segundo o que era alegado na petição a inflação nos Açores era de 4% superior à do continente e que como tal o poder de compra dos açorianos se teria degradado. Que se na Região se tinha sido criado um mecanismo para compensar os custos da insularidade, questionou o sr. Vice-presidente se não fazia sentido operar essa revisão.

O Vice-Presidente afirmou que, ao contrário do que a Deputada Graça Silveira pensava e que tinha dito, a inflação superior queria dizer que existia efetivamente retoma económica.

Lembrou os presentes que em 2016 não houve cortes na função pública e que tinha havido até uma recuperação de rendimento devido à anulação de parte da sobretaxa de IRS e que esse efeito era substancialmente superior, por isso não percebia esta agitação de última hora.

Reafirmou que esta pretensão deveria ser analisada a nível do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, discutido e aprovado na Assembleia Legislativa, como era habitual, não fazendo sentido retirar competências àquele órgão.

Por fim, afirmou que deveria ser a próxima composição parlamentar, escolhida pelo povo Açoriano em outubro próximo, que deveria discutir e analisar uma proposta deste tipo, sendo, por isso, uma discussão extemporânea.

A Deputada Graça Silveira afirmou que a reposição de rendimento tinha sido para todos os funcionários públicos Portugueses, lembrando que esta atualização pretendida era apenas para os funcionários públicos Açorianos. E lembrou que a remuneração complementar não podia ser vista como uma compensação dos cortes salariais que tinham ocorrido aquando da Troika, até porque a região estava impedida de o fazer.

O Vice-Presidente afirmou que era bom saber-se o que estava aqui em causa. Esta proposta, na sua génese, previa um aumento entre 1 e 5 euros para menos

Número: 146

de metade dos funcionários públicos dos Açores e que se admirava que o PSD a defendesse tanto, quando há relativamente pouco tempo este partido tinha ridicularizado um aumento de 40 euros mensais para a Polícia de Segurança Pública.

O Deputado André Bradford afirmou que uma decisão sobre esta matéria deveria ser tomada no âmbito da próxima composição parlamentar e do Orçamento para 2017, lembrando que estamos no final da atual legislatura, referindo, no entanto, que percebia o interesse político de discutir o assunto neste momento.

O Deputado Joaquim Machado afirmou que era importante o Partido Socialista manifestar-se pela necessidade ou não de atualizar a remuneração complementar, sabendo-se que existem vários compromissos com impactos futuros, lembrando que o encargo anual era insignificante, conforme tinha lembrado o Governante, por isso achava ridícula a posição do Governo.

Referiu ainda que existiam muitas incoerências nas afirmações do Vice-Presidente, desde logo por achar que a Assembleia Legislativa tinha competências sobre esta matéria, mas dizia logo de seguida que esta Assembleia não o deveria fazer.

Segundo o Deputado, o Vice-Presidente usava meias verdades, porque os cortes tinham começado com o Governo do PS de José Sócrates, mais precisamente no dia 1 de janeiro de 2011, o mesmo acontecendo com o congelamento de carreiras.

Lembrou ainda que quando se falava do acréscimo de rendimento isso não correspondia à verdade, afirmando que se tratava de repor rendimento.

Perguntou se havia ou não custos acrescidos derivados da insularidade.

O Presidente da Comissão, Deputado Francisco César, lembrou os presentes que a medida preconizada nesta petição não poderia ter efeitos práticos em 2016, devido à "Lei Travão", sendo essa uma competência que poderia apenas ser exercida pelo Governo.

### Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

O Deputado Joaquim Machado afirmou que era mesmo isso que se pedia, que o Governo tomasse uma decisão sobre esta matéria.

O Vice-Presidente afirmou ser a posição do Governo coerente porquanto defendia que uma proposta deste tipo deveria ser feita em sede do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, até porque sempre tinha sido assim e que para 2017 deveria ser a próxima composição da Assembleia e o Governo que daí sair a decidir sobre esta matéria.

Concluiu, afirmando que toda a gente já tinha percebido o que estava aqui em causa.

O Deputado Joaquim Machado, afirmou que deveríamos deixar a democracia funcionar e por isso deveria ser a Assembleia a decidir, porque esta estava investida de legitimidade para o fazer.

O Deputado afirmou, ainda, não haver nada no Estatuto e no Regimento que impedisse esta Assembleia de se pronunciar sobre revisões da remuneração complementar, perguntando quantos funcionários receberiam esta atualização.

O Vice-Presidente afirmou que existiam 7558 funcionários públicos que receberiam entre 1 e 5 euros, sendo que 2/3 receberiam 3 euros por mês, confirmando que esta atualização teria um impacto reduzido no orçamento.

Por fim lembrou que devia haver respeito pelas decisões que os Açorianos tomarão em outubro próximo e que não era razoável andar à pressa a antecipar decisões acometidas à próxima composição parlamentar.

A Deputada Zuraida Soares lembrou que era uma falta de respeito considerar um aumento de 3 euros insignificante quando se aumentou 1 euro apenas o complemento para aposentados.

O Deputado Joaquim Machado afirmou que o Vice-Presidente não tinha argumentos para defender a sua posição e que se tratava de uma teimosia muito grande, lembrando que o valor percentual previsto para esta atualização era igual à apresentada para o abono de família e pensão.

Referiu ainda que era notável dizer-se que esta atualização era de um valor insignificante quando não se explicava porque não era atualizado desde 2012 e concluiu afirmando que dizer-se que era pouco ficava muito mal a quem nada tinha feito para a atualizar.

O Vice-Presidente esclareceu que apenas se referiu ao impacto orçamental, classificando-o, esse sim, como insignificante, negando que tenha feito qualquer classificação ou qualificação a respeito do valor em si.

Por fim, afirmou que os funcionários públicos sabiam quem esteve ao seu lado e que estavam bem cientes sobre o esforço feito pelo Governo dos Açores ao longo dos anos para repor rendimentos cortados pelo Governo da República, concluindo que no momento próprio, iriam avaliar esse esforço.

## 4th. CAPÍTULO - CONCLUSÕES E PARECER

A Comissão deliberou, por maioria, com os votos a favor do PS e os votos contra do PSD, CDS-PP e BE, pronunciar-se da seguinte forma:

- 1. Registar a posição dos peticionários, os quais pretendem ver atualizado através do aumento de 10% o valor da Remuneração Complementar;
- 2. Salientar que a Remuneração Complementar tem como objetivo, por um lado, "atenuar a diferença do nível do custo de vida nos Açores em relação ao continente, designadamente os derivados dos custos da insularidade, e, por outro lado, diminuir as desigualdades resultantes do baixo valor das remunerações (...) auferidas por uma faixa da população residente nos Açores (...)."
- 3. Registar que, apesar da taxa de inflação nos Açores ter sido no período 2011-2015 superior à média nacional em 2,6 p.p., o Governo dos Açores, tendo em vista atenuar os cortes nos rendimentos efetuados pelos anteriores Governos da República, implementou um conjunto de medidas, na ótica da proteção do rendimento das famílias e das empresas e, em particular, dos funcionários

#### IV Sessão Legislativa

públicos, que asseguram um rendimento líquido que é superior em 270 milhões de euros (fonte: ORAA 2016 e OE 2016) ao que teriam se residissem na Madeira ou Continente, nomeadamente:

- a. Menor carga fiscal nos Açores face ao Continente nos impostos diretos e indiretos (viu reforçado positivamente, na presente legislatura, o valor do diferencial fiscal);
- b. Os complementos remuneratórios de pensões, abonos de família e outras prestações sociais (foram reforçados durante a legislatura);
- 4. Registar que de acordo com o Instituto Nacional de Estatística a RAA apresenta, no país, o maior crescimento médio anual do PIB *per capita* e de crescimento real da sua economia, ao longo de 14 anos, 3,6% e 1% respetivamente.
- 5. Registar que no período compreendido entre 2011 e 2014, a RAA cresceu o seu produto interno bruto 0,1 p.p. acima da média nacional.
- 6. Destacar que o primeiro peticionário resume a respetiva pretensão a uma questão de reposição de justiça social para com os trabalhadores abrangidos;
- 7. Enfatizar que o primeiro subscritor justificou o "tempo" da apresentação presente Petição com o facto de ser necessário saber as posições dos diversos intervenientes (partidos e governo regional) antes das próximas eleições;
- 8. Salientar que ao aceitar como válido o argumento dos peticionários de que é importante que os funcionários públicos conheçam as posições dos diversos intervenientes (partidos e governo regional) antes das próximas eleições, para que possam ser avaliadas em sufrágio universal pela população Açoriana a aprovação da pretensão em análise, de uma forma imediata, compromete politicamente quer o próximo Governo, quer a próxima Assembleia, mesmo antes das eleições regionais terem lugar, o que inviabiliza a discussão e a validação, ou não, de todas as diferentes propostas dos programas eleitorais dos partidos presentes a sufrágio.

X Legislatura

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

Número: 146

IV Sessão Legislativa

9. Assim, a consideramos que a decisão de alterar a Remuneração

Complementar deverá ser realizada na proposta de Orçamento da Região

Autónoma dos Açores para o ano de 2017, incorporando as propostas, neste

âmbito, maioritariamente sufragadas pelo povo Açoriano nas eleições regionais

de outubro de 2016.

10. Constatar que a Petição, por ser subscrita por 4.871 peticionários, reúne

as condições legalmente definidas para ser apreciada em reunião Plenária;

11. Dar conhecimento do presente Relatório ao primeiro subscritor da

petição.

O Relator: José Ávila

O presente relatório foi aprovado, por maioria, com os votos a favor do PS,

PSD e CDS-PP e o voto contra do BE.

O Presidente: Francisco Vale César

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que se inscrevam.

(Pausa)

Tem que haver inscrições sob pena de encerrarmos o ponto.

**Deputado Lizuarte Machado** (PS): Não tem!

Presidente: Ou não, naturalmente!

(Pausa)

120

Sras. e Srs. Deputados, se não há inscrições...

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(\*) **Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Uma primeira palavra dirigida aos peticionários. Cerca de 5.000 cidadãos açorianos que se dispuseram a dar o seu nome, a sua identidade em defesa da revisão da remuneração complementar, uma revisão que é uma justa aspiração e uma necessidade que efetivamente nós reconhecemos existir por parte dos trabalhadores da Administração Pública Regional e Local, e sublinho também local, porque na discussão que ora fizemos da iniciativa legislativa que antecedeu este ponto da Agenda, por vezes não foi relevado na justa medida a circunstância também beneficiários deles serem desta remuneração complementar, do chamado subsídio de insularidade que muito justamente também para eles deve ser atualizado.

Um registo também para lembrar aquilo que o Sr. Relator há instantes aqui mencionou, de que os partidos representados na Comissão de Economia, apenas o Partido Socialista aprovou as conclusões que nós ouvimos, o que diz bem da sua teimosia, da sua inflexibilidade perante esta reivindicação que vem por iniciativa do sindicato mais representativo dos funcionários da Administração Pública nos Açores, seja ela regional seja local.

O PSD acompanha o sentido desta petição e fazemo-lo por entendermos que há sobrecustos da insularidade que devem ser compensados por via do desagravamento fiscal e por outros instrumentos de política social e de rendimentos, como é o caso da remuneração complementar, vulgarmente designada de subsídio de insularidade.

Apoiamos as justas pretensões dos peticionários também pelo facto da remuneração complementar não ter sido objeto de qualquer atualização desde

2012 e das remunerações base dos funcionários públicos não serem atualizadas desde 2009.

É, portanto, altura do Parlamento, no pleno uso das suas competências, das competências que a Constituição e o Estatuto lhe conferem, pronunciar-se, como estamos a fazer sobre esta matéria.

É tempo de saber o que pensa cada partido aqui representado sobre a remuneração complementar e o que pensa cada partido aqui representado, com exceção do Partido Socialista, é de que este é o momento certo para fazer, dar mais este passo no sentido da justiça social relativamente aos funcionários da Administração Pública Regional e Local da nossa Região Autónoma.

Decidida a rejeitar qualquer proposta, a governação socialista invoca que os trabalhadores da Administração Pública viram, neste ano de 2016, um acréscimo de rendimentos por via do desagravamento da carga fiscal.

Pura mentira!... Pura mentira!...

Trata-se, sim, da recuperação de rendimentos, sujeitos a cortes desde janeiro de 2011, quando governava o camarada José Sócrates e o país ainda navegava num mar de rosas,...

**Deputado Francisco César** (PS): E a sobretaxa?

**O Orador:** ... num falso e fatal mar de rosas que depois, precisamente por isso, foi prosseguido.

Os rendimentos dos trabalhadores continuam hoje muito aquém daqueles que dispunham em dezembro de 2010. Essa é que é a triste e cruel realidade.

Não há nenhum funcionário público nos Açores que hoje tenha rendimentos iguais aos que dispunha em 31 de dezembro de 2010. Esta – repito – é a triste e cruel realidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): "Juntos Conseguimos!"

O Orador: Mas mesmo que tivesse havido uma efetiva e integral recuperação de rendimentos, continuava a colocar-se, com toda a pertinência, a revisão dos

montantes do subsídio de insularidade, porque a remuneração complementar é exatamente disso que trata.

O próprio Governo Regional assim reconheceu, em junho de 2014, quando aprovou um diploma, que submeteu depois a este Parlamento, e no qual, conforme já tive oportunidade de dizer, dizia que:

"A remuneração complementar sempre visou atenuar a diferença do nível de custo de vida nos Açores em relação ao continente, designadamente os derivados dos custos de insularidade."

A proximidade do ato eleitoral é uma circunstância que em nada menoriza as competências deste Parlamento.

Até outubro estamos investidos de todos os poderes para decidir o que for melhor para os Açores e os açorianos.

Só por uma teimosia inqualificável, desprovida de qualquer razão objetiva, formal e até de qualquer razão política, com tiques de prepotência, o Governo Regional e o PS se escudam na argumentação de que a revisão da remuneração complementar deve ficar para a próxima legislatura, para depois das eleições, para o Orçamento de 2017.

Nada obriga a que esta matéria figure no diploma do orçamento e mesmo que essa fosse uma condição formal, há sempre lugar para uma revisão orçamental que pudesse acolher tais alterações. Logo, a palavra final cabe ao Governo Regional. É ele que neste momento tem o instrumento legal e regimental para fazer essa alteração.

Se não o faz é porque não quer.

Repito: se o Governo Regional não atualiza a remuneração complementar, não é por qualquer impedimento legal, não é por qualquer impedimento estatutário, é apenas porque não quer.

Comprometer o futuro é precisamente o que fazemos cada vez que deliberamos, que aprovamos aqui uma lei, seja o seu impacto financeiro reduzido ou de milhões de euros, previsivelmente com pouco tempo de vigência ou

significando dezenas de anos de compromissos como são as SCUTS e outras parcerias público-privadas.

**Deputada Catarina Moniz Furtado** (*PS*): Outra vez as SCUTS, que foram aprovadas por unanimidade!

O Orador: Quanto à oportunidade política e à capacidade deste Parlamento decidir a três meses das eleições, como já disse e vou voltar a repetir, a própria Agenda dos nossos trabalhos se encarrega de desmascarar a argumentação socialista.

Podemos aprovar tudo desde que venha do Governo Regional;

Podemos aprovar tudo desde que seja por iniciativa do Partido Socialista;

Só não podemos atualizar o valor da remuneração complementar em valores que variam mensalmente entre 1.44 euros e 5.78 euros. Aliás, é disto que falamos, de valores, no dizer do Governo Regional, de pouca monta, ainda assim importantes para quem recebe mensalmente menos de 1.305 euros. Isto é, estamos a falar sensivelmente de 9 mil trabalhadores da Administração Pública Regional, além dos da Administração Pública Local.

Confrontado com estes números, a governação socialista volta a contradizer-se, volta a enredar-se na manifesta falta de vontade para responder positivamente a esta justa e oportuna revisão dos valores da remuneração complementar.

Quem diz ter umas finanças exemplares, até com *superavit* (fossemos nós acreditar!)...

**Deputado Francisco César** (*PS*): Mas nós não dizemos isso! Isso foi em 2011! **O Orador:** ... tem seguramente capacidade para suportar um acréscimo mensal muito inferior a 30 mil euros.

Mas ironicamente o Governo Regional também considerou os valores insignificantes.

Pasme-se!... Não quer atualizar, mas desdenha a proposta de atualização entre 1.44 euros e 5.78 euros. Neste caso, 5.78 euros apenas para os trabalhadores

que recebem mensalmente o salário mínimo regional, melhor dizendo, menos do que o salário mínimo regional, 530.00 euros.

Se é pouco, se atualizar em 1.44 euros ou até 5.78 euros é pouco, quem assim considera, está obviamente sempre convocado para atualizar já e em valor bem superior.

Da parte do PSD, a revisão e atualização da remuneração complementar é um compromisso firme e para cumprir.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Quero começar esta intervenção por saudar os cerca de 5.000 trabalhadores que, independentemente da sua filiação partidária e da sua filiação sindical, porque eu quero crer que no conjunto destes 5.000 trabalhadores haverá eventualmente cidadãos que pertençam ou que apoiem qualquer dos seis partidos que está aqui representado...

Portanto, julgo que não estou a dizer, digamos, mentira nenhuma. Haverá com certeza naquela lista de 5.000 trabalhadores que subscreveram a petição apoiantes do PPM, apoiantes do PSD, apoiantes do CDS-PP, do Bloco de Esquerda, do PCP e do Partido Socialista e certamente existirão naquela lista trabalhadores da Administração Pública Regional e Local filiados no SINTAP, filiados no Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública, em funções públicas e sociais, e trabalhadores filiados no STAL.

Portanto, aquilo que eu estou a dizer corresponde exatamente a isto e não mais do que isto, e fica a saudação a estes trabalhadores que, independentemente da sua filiação partidária e sindical, se uniram na defesa de um objetivo comum, que tem a ver com uma reivindicação justa que aqui trouxeram ou que aqui trazem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

reivindicação que consiste, no essencial, no aumento, na atualização do valor base da remuneração complementar em 10%.

O PCP interpretando como já tinha interpretado na década de 80 e que conseguiu fazer aprovar nesta câmara, já no princípio da década de 90, o chamado subsídio de insularidade, que mais tarde deu origem no limiar do séc. XXI à remuneração complementar, utilizou uma figura regimental que é a de assumir o objeto da petição, uma vez que, como é sabido, as petições não são votadas. Portanto, se não houver a assunção por parte de um Deputado, de um grupo parlamentar, de uma representação parlamentar, o seu efeito não passa de uma discussão política neste Parlamento. Portanto, o PCP fez aquilo que lhe competia, que foi dar voz a estes trabalhadores, aliás como tem feito ao longo de todo o tempo, quando em sede de discussão do Plano e Orçamento, vem vindo a propor a atualização da remuneração complementar.

Portanto, o PCP fez exatamente o papel que lhe cabia, que historicamente lhe cabia, que foi trazer a este Parlamento a reivindicação destes trabalhadores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(\*) **Deputado Francisco César** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, restantes Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o Partido Socialista quer naturalmente saudar todos os peticionários que exercendo um direito consagrado no nosso Estatuto, exerceram a meu ver de uma forma correta, e realçar que o Partido Socialista naturalmente compreende o objeto da petição, apesar de não concordar na sua

#### IV Sessão Legislativa

plenitude, mas há muitas matérias, mesmo neste objeto que o Partido Socialista aceita e acha que devem ser prosseguidas, tal como já foi dito no debate anterior.

Mas a maior parte deste debate já foi feita na discussão do diploma anterior, que é proposta do Partido Comunista Português.

Nós reiteramos aquilo que fizemos no passado, na passada discussão, subscrevemos na íntegra as conclusões deste relatório da Comissão de Economia.

Gostaria, contudo, de comentar algumas matérias que foram ditas pelo Sr. Deputado Joaquim Machado.

Hoje, de facto, Sr. Deputado Joaquim Machado, não é o seu dia. Eu bem sei que o senhor bem se tem esforçado, estamos numa altura de discussão de listas. É costumo nestas alturas ter uma ação mais preminente, mas o facto é que o senhor referenciou aqui algumas matérias que a meu ver estão incorretas, não correspondem à verdade.

Eu gostaria só de lhe chamar a atenção, como lhe disse.

Em primeiro lugar, causa-me alguma estupefação que o Sr. Deputado e a bancada de que o senhor faz parte...

**Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Por que é que o senhor não fala para os 4 000 peticionários?

O Orador: ... terem batido de pé algumas das medidas de austeridade do Governo da República que penalizavam diretamente os funcionários públicos, nomeadamente a questão das 40 horas, a questão da sobretaxa de IRS, que penaliza o rendimento dos trabalhadores todos na ordem dos 3,5%, a partir de um determinado rendimento.

Portanto, o Sr. Deputado vem para aqui referir que deve haver um aumento do rendimento dos funcionários públicos. Tenho pena que quando o seu partido estava na República até aplaudiu de pé todos os cortes que foram feitos em relação ao rendimento dos trabalhadores.

Número: 146

**Deputado Joaquim Machado** (PSD): E o senhor aplaudiu José Sócrates!

**O Orador:** Nós não aplaudimos de pé os cortes de José Sócrates, se bem se lembra, até compensámos o rendimento dos trabalhadores.

**Deputado Miguel Costa** (PS): Aí está! É uma grande diferença!

**O Orador:** Assim se vê a diferença entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata.

**Deputado Joaquim Machado** (PSD): Seja sério!

Deputado José San-Bento (PS): Está a ser!

O Orador: Sr. Deputado, vamos ver se nos entendemos...

**Presidente:** Srs. Deputados, isto não é um debate, é uma intervenção no âmbito da Petição. Agradeço...

O Orador: Sra. Presidente, eu percebo o que diz e tem toda a razão.

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): O Sr. Deputado a única coisa que faz é dirigir-se ao Sr. Deputado Joaquim Machado, quando ele não pode responder!

**O Orador:** O que eu acho é que devemos perder um pouco a mania de, quando estamos numa discussão, dizer que as pessoas sejam sérias. Aqui as pessoas são todas sérias, podem é ter opiniões diferentes.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É esse o nível que eu acho que devemos ter num debate político e lamento que o Deputado Joaquim Machado não o tenha tido.

Por último, dizer que não é verdade que o rendimento dos trabalhadores não tenha sido... Primeiro, foi mantido na medida do possível por este Governo e por esta Assembleia e, em segundo lugar, foi inclusive reforçado, porque não há só reversões.

A questão do aumento do diferencial fiscal no segundo escalão, nós não passamos de 30% do diferencial para 20. O que nós passamos foi de 20 para 25% em termos de diferencial.

O senhor inclusive, o dia correu-lhe tão mal (peço-lhe que me desculpe), que no caso das SCUT's, que o senhor aqui criticou em termos de compromissos, todos os senhores votaram contra.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, lamento, mas não pode interpelar...

O Orador: Vou já terminar.

Presidente: Não, não é por uma questão de tempo.

**Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Fiz algum juízo de valor?

O Orador: Eu percebo o que é.

Presidente: Não pode interpelar o Sr. Deputado Joaquim Machado.

O Orador: Eu só lamento... Sra. Presidente, tem razão.

O que eu quero é manifestar aqui a minha estupefação pelo facto de um partido político que já falou, que disse o que tinha a dizer, ter sido a favor de cortes, na altura, na República, ter inclusive votado a favor de instrumentos como as SCUT'S...

**Deputado Joaquim Machado** (PSD): Quem é que disse que era a favor?

O Orador: ... e queria que eles fossem alargados, e agora esquece isso e está preocupado, a quatro meses das eleições, com o rendimento dos trabalhadores.

Nós somos e assumimos uma postura de responsabilidade e a nossa postura de responsabilidade é de que devem ser os açorianos a decidir e nós confiamos no discernimento dos açorianos nas próximas eleições de outubro.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Foi essa a nossa postura e continuará a ser essa a nossa postura.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

X Legislatura

# (\*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voltámos agora ao momento que antecede o episódio em que alguém não resistiu, colheu a maçã e comeu essa maçã.

Esse momento está relacionado com um pensamento (vou adjetivá-lo) senhorial, que é, há um determinado partido que considera que ao ter conquistado um determinado direito, ao ter conquistado um determinado avanço do ponto de vista político e social, esse direito é um direito eterno, é o direito do conquistador, ou seja, conquistei na década de 80, é meu para sempre. É o que eu designo como pensamento senhorial.

Agora a questão fundamental é esta e é inevitável ter que fazer aqui uma referência partidária específica, que tem a ver com a referência inevitável às conclusões do parecer que a Comissão de Economia aprovou no âmbito da análise da Petição que está a ser aqui discutida.

Nessas conclusões referentes à Petição – e é importante que se referencie que essas conclusões foram aprovadas exclusivamente pelo Partido Socialista – o Partido Socialista desenvolve uma argumentação, que é a argumentação do relatório, por isso tem que ser aqui admitida essa referência. Essa argumentação fundamentalmente sintetiza-se no seguinte:

O Partido Socialista considera que os objetivos da remuneração complementar – e eu lembro aqui quais são esses objetivos da remuneração complementar, que também estão na conclusão e no Parecer – são os seguintes, do ponto de vista legal:

"Atenuar a diferença do nível do custo de vida nos Açores em relação ao continente, designadamente os derivados dos custos de insularidade, e, por outro lado, diminuir as designadades resultantes do baixo valor das remunerações auferidas por uma faixa da população residente nos Açores".

E o Partido Socialista, no âmbito do relatório que estou aqui a ler, no âmbito da análise desta Petição, desenvolve aqui fundamentalmente seis argumentos que

justificam, na sua perspetiva, a manutenção da posição final do Partido Socialista que é nós considerarmos que esses objetivos já foram alcançados e por isso não se justifica, pelo menos a curto prazo, a atualização da remuneração complementar.

Penso que estou a ser muito objetivo e exato na apreciação que estou a referenciar. Vale a pena referenciar quatro pontos que considero fundamentais da argumentação do Partido Socialista:

- menor carga fiscal nos Açores;
- complementos remuneratórios de pensões, abonos de família e outras prestações sociais;
- uma análise também dos números do Instituto Nacional de Estatística em relação ao crescimento real da economia;
- o registo que no período compreendido entre 2011 e 2014, a Região Autónoma cresceu o seu Produto Interno Bruto em 0,1% acima da média nacional.

Com estes dados do ponto de vista macroeconómico, o Partido Socialista considera que não se justifica qualquer atualização da remuneração complementar.

**Deputado Francisco César** (PS): Não é isso que está na página a seguir!

O Orador: Nesse sentido, a conclusão política inevitável, e termino a minha intervenção com esta análise, é que só poderá ocorrer uma atualização da remuneração complementar se o quadro político atualmente existente for alterado em outubro de 2016.

Se acontecer, a atualização da remuneração complementar não se fará se o Partido Socialista mantiver a maioria absoluta.

**Deputado André Bradford** (PS): Quem é que lhe disse isso?

Deputado Francisco César (PS): Não é isso que está escrito!

O Orador: A atualização a curto prazo da remuneração complementar só poderá ocorrer se deixar de existir uma maioria absoluta do Partido Socialista em relação a esta matéria.

Esta é a conclusão inevitável, porque, meus senhores, não seria compreensível que todos os dados macroeconómicos, todos os dados aqui referenciados no âmbito das conclusões (e estou a ler as conclusões) do Parecer elaborado pela Comissão de Economia, conclusões essas que foram aprovadas única e exclusivamente por um partido, que foi o Partido Socialista, estas conclusões que são de caráter macroeconómico, não serão alteradas (não vejo qualquer tipo de possibilidade de existir aqui uma alteração) no próximo mês e meio, a menos que exista um cataclismo.

Portanto, o Partido Socialista o que diz é: com estas condições e com estas melhorias que nós introduzimos não se justifica. E vejam bem (e é a última referência que quero aqui fazer), o Sr. Vice-Presidente, também no âmbito do relatório (vale a pena referenciar) diz o seguinte:

"O Vice-Presidente afirmou que existiam 7.558 funcionários públicos que receberiam entre 1 e 5 euros, sendo que 2/3 receberiam 3 euros por mês, confirmando que esta atualização teria um impacto reduzido no orçamento."

Portanto, não é uma questão orçamental. É uma questão do Partido Socialista e o Governo considerarem que esta atualização que está a ser solicitada pelos trabalhadores açorianos não é justa, não se justifica e o próprio Partido Socialista parece concluir que até já deram mais do que o suficiente.

Portanto, esta é a conclusão inevitável. Isto só pode ser alterado se a situação política, o equilíbrio parlamentar neste momento prevalecente for alterado e essa alteração tem que ser necessariamente com a perda da maioria absoluta do Partido Socialista.

**Deputado Francisco César** (PS): Olha outro a achar que também vamos ganhar!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Cerca de 5.000 peticionários e peticionárias, mais exatamente 4.871, endereçaram a esta Assembleia, a este Parlamento, uma Petição através da qual solicitam em concreto que este plenário da Assembleia Legislativa Regional aprecie, discuta e eventualmente aprove esta proposta de revisão e atualização da remuneração complementar.

Antes de mais saúdo obviamente estes cidadãos e estas cidadãs que dão e deram a voz a uma reivindicação que o Bloco de Esquerda reputa de justa, de oportuna, de razoável, e citando um dos critérios positivos que habitualmente o Partido Socialista e o Governo Regional invocam como condição *sine qua non* para qualquer proposta que seja ou possa ser eventualmente aprovada, exequível. É uma pretensão exequível! Aliás, ainda há pouco foi o Sr. Vice-Presidente que disse que não só era exequível como orçava em cerca de 500 mil euros por ano.

Eu já não chamo a isto *peanuts*, dentro do Orçamento da Região. É tão pouco que na realidade é irrisória e irrelevante.

A verdade é que no debate e na votação da iniciativa legislativa anterior foram aqui nesta câmara esgrimidos diferentes argumentos e esses diferentes argumentos deixaram bem clara a posição de cada partido quanto a esta reivindicação e a avaliação que dela faz.

Não vou repetir esses argumentos porque considero essa repetição absolutamente inútil e redundante. Contudo, convido os açorianos e as açorianas a estarem atentos ao programa eleitoral do Partido Socialista e a confirmarem se dele constará, ou não, o compromisso de aumentar o montante da remuneração complementar para o ano de 2017.

É que, Sras. e Srs. Deputados, açorianos e açorianas, se for esse o caso, o mesmo partido que não quer, apesar de para tal ser pressionado por todos os

partidos da oposição, porque teve oportunidade de o fazer, se quisesse aumentar o valor da remuneração complementar em 10%, será o mesmo partido que assumirá essa possibilidade como promessa eleitoral.

Isto, Sras. e Srs. Deputados, açorianos e açorianas tem um nome que eu deixo à consideração de todos e de todas nesta Região.

Uma nota final para referir o que foi lido daquela tribuna, e justamente pelo Sr. Relator, do facto do Bloco de Esquerda ter votado contra este relatório.

Queria esclarecer esta câmara também que o voto contra o relatório não tem nada a ver com a redação que o Relator fez de tudo o que se passou na Comissão de Economia, na análise desta Petição. Bem pelo contrário, não há nada nem a acrescentar, nem a retirar.

O voto contra do Bloco de Esquerda tem a ver com a audição do Sr. Vice-Presidente que foi verdadeiramente *kafkiana*...

**Deputado Francisco César** (PS): Não tem nada a ver com o relatório!

A Oradora: Tem a ver com o relatório, está lá.

... e que se resumiu a nós perguntarmos uma coisa e o Sr. Vice-Presidente responder outra completamente diferente, tem a ver com as conclusões que o Bloco de Esquerda não subscreve praticamente nenhuma, e, portanto, tem a ver com todo um processo quase que *kafkiano*, que não pode de maneira nenhuma ter o voto favorável do Bloco de Esquerda.

Por esta razão votámos contra, sem pôr minimamente em causa o trabalho do Relator deste relatório.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS obviamente que se associa à preocupação dos muitos peticionários, quase 5.000 peticionários, quanto ao rendimento dos açorianos, especialmente aqueles que auferem vencimentos mais baixos.

Está obviamente sensível e solidário com as dificuldades que os açorianos sentem e neste caso em particular com os funcionários públicos da Região. Portanto, não deixa de reconhecer a pertinência desta Petição e a justiça das suas pretensões, que não são mais do que pedir para que se faça a revisão, a atualização do valor da remuneração complementar.

Sendo a remuneração complementar, ou, como é conhecido por muitos, o subsídio da insularidade, o mecanismo que pretende atenuar as assimetrias resultantes da nossa condição insular, e tendo o poder de compra dos açorianos nos últimos quatro anos se degradado, não é mais do que legítima esta pretensão que nos é trazida hoje aqui pelos Peticionários.

A verdade é que o Partido Socialista teve 20 anos para, fazendo uso das suas prerrogativas autonómicas, promover uma economia dinâmica que permitisse aos açorianos ter um custo de vida equivalente ao custo do continente e de preferência igual em toda a Região que se quer coesa e a uma só velocidade, mas não o fez.

Não foi capaz de operar esta mudança estrutural na sociedade açoriana e a prova disso é que qualquer bem de primeira necessidade é sempre mais caro na Região do que no continente, mesmo quando produzido na Região.

Portanto, vou reagir ao repto da Sra. Deputada Zuraida Soares que convida todos os açorianos a ficarem atentos ao Programa Eleitoral do Partido Socialista, e garanto-vos que o CDS vai estar atento para ver se de facto no Programa Eleitoral do Partido Socialista a atualização da remuneração complementar não será mais uma das muitas promessas eleitoralistas do PS.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Encerrámos este ponto da nossa Agenda. Vamos entrar no ponto seis: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 57/X – "Orçamento Participativo da Região Autónoma dos Açores"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nas últimas décadas, a implementação de orçamentos participativos adquiriu uma importância relevante em várias partes do mundo e aos mais diversos âmbitos de governação.

A implementação de orçamentos participativos, aos mais diversos níveis do poder, é uma das formas de participação democrática e cívica dos cidadãos.

Através dos orçamentos participativos os cidadãos dão um importantíssimo contributo político na decisão de aplicação das receitas públicas geradas pela cobrança dos impostos que pagam. São eles que apresentam propostas e são eles que votam nos projetos que querem ver concretizados.

Deste modo, o Orçamento Participativo é um dos melhores instrumentos democráticos da atualidade.

Todavia, a implementação do Orçamento Participativo obriga a um longo ciclo de participação, que abarca várias fases.

Para que os resultados possam ser democraticamente alcançados existe um conjunto de procedimentos legislativos, técnicos e administrativos que têm que ser executados para que sejam cumpridas todas as fases processuais.

Nos Açores existem já vários exemplos bem-sucedidos de orçamentos participativos, nomeadamente ao nível do poder local.

O CDS-PP assumiu o compromisso político de introduzir o Orçamento Participativo ao nível dos investimentos públicos regionais.

Assumimos e concretizamos. Em setembro do ano passado – há quase um ano – demos entrada nesta Assembleia da proposta que agora é submetida à apreciação deste plenário.

Curiosamente, depois da nossa iniciativa, o PS (o Partido Socialista) assumiu a intenção de adotar a prática do Orçamento Participativo ao nível do Orçamento do Estado (basta ver programa eleitoral de António Costa) e ao nível do Plano

X Legislatura

Anual de Investimentos da Região (basta verificar a moção com que Vasco Cordeiro foi reconduzido na liderança do PS/Açores, moção aprovada por unanimidade).

Aliás, o PS/Açores vai mais longe e diz mesmo que quer um Orçamento Participativo Jovem na Região.

À partida estamos, aparentemente então, todos em sintonia. Faz falta chamar a população a participar mais ativamente nas decisões políticas que lhes dizem respeito!

O problema reside nos obstáculos.

Esta iniciativa deu entrada nesta Assembleia, relembro, em setembro de 2015. Só em janeiro de 2016 a iniciativa foi agendada para a Comissão de Economia. Logo aí se levantaram dúvidas sobre a legalidade da proposta do CDS-PP e foi solicitado um parecer jurídico.

A opinião de conceituado escritório de advogados é, no entanto, dúbia, no nosso entender. Primeiro porque diz que a proposta do CDS-PP é ilegal, conquanto supostamente (e passo a citar) "tem por propósito a alteração do enquadramento normativo de futuros Orçamentos regionais", fim de citação.

Não! Não senhor! O CDS pretende apenas regular a intenção de se criar um Orçamento Participativo da Região. Não altera, nem condiciona qualquer orçamento. Deixamos, apenas, a porta aberta a que o Governo Regional, a quem por lei compete a elaboração das propostas de Plano e Orçamento, possa introduzir uma nova modalidade de participação cívica e democrática.

Depois, alega-se no mesmo douto parecer que, com esta proposta, o CDS-PP está a infringir as competências da Assembleia Legislativa da Região, porque (e passo a citar) "não tem poderes para definir regras gerais que limitem a elaboração e organização de futuros orçamentos da RAA", fim de citação.

Porém, o mesmo douto parecer conclui que (e passo a citar) "nem a Lei de Enquadramento Orçamental, nem a Lei das Finanças Locais, contêm qualquer referência, implícita ou explicita, à possibilidade ou impossibilidade de

# implementação de Orçamentos participativos", acrescentando que (e cito) "este facto não impediu, nem impedirá, naturalmente, a adoção de Orçamentos Participativos ao nível das autarquias locais ou do Estado. Do mesmo modo, a ausência de qualquer previsão expressa a este respeito nas normas que enquadram o poder orçamental da RAA também não impede a adoção de um

Aliás, o parecer jurídico que diz que a iniciativa do CDS deve ser recusada por ilegalidade, conclui dizendo que (passo a citar): "antes pelo contrário, várias normas e princípios de direito público apontam o sentido da admissibilidade e utilidade deste exercício especifico de democracia participativa" onde os Açores estão em último lugar.

Confuso... Para não dizer estranho, este parecer que levou a maioria socialista a votar contra, em sede de comissão parlamentar, esta iniciativa do CDS-PP que, afinal, o PS quer implementar na Região e o PS quer implementar na República. Curioso!...

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não levantaremos com certeza falsas suspeitas sobre o douto parecer, mas julgamos que teria sido pertinente, dada a delicadeza da matéria, a obtenção de mais e outros pareceres sobre esta matéria.

O CDS-PP não quer limitar as regras; quer alargá-las!

Orçamento Participativo na RAA", fim de citação.

O CDS-PP não quer condicionar futuros Orçamentos Regionais; quer colocá-los ao serviço das pessoas e ao serviço dos Açorianos!

O CDS-PP só quer criar a possibilidade de se implementar um Orçamento Participativo da Região, visando contribuir para o exercício de uma intervenção cívica informada, ativa e responsável no processo da governação regional, garantindo a participação dos cidadãos e das organizações da sociedade civil na decisão sobre a afetação de recursos financeiros. Esse é o nosso objetivo

O CDS-PP só quer incentivar o diálogo entre eleitos, técnicos, cidadãos e a sociedade civil organizada, na procura das melhores soluções para os problemas

que afetam as populações, ou para o desenvolvimento social, cultural e económico das suas localidades, tendo em conta, com certeza, os recursos disponíveis.

O CDS-PP só deseja contribuir para a educação cívica, para a participação cívica dos cidadãos, permitindo aos cidadãos integrar as suas preocupações pessoais com o bem comum, compreender a complexidade dos mecanismos de governação e desenvolver atitudes, competências e práticas de participação cívica ativa.

O CDS-PP só pretende adequar as políticas públicas regionais às necessidades e expetativas dos cidadãos, para melhorar a qualidade de vida nas suas comunidades.

O CDS-PP só almeja aumentar a transparência da atividade governativa.

O CDS-PP só insiste em aumentar o nível de responsabilização dos eleitos, contribuindo para reforçar a qualidade da democracia, a participação cívica, a cidadania onde a nossa Região é infelizmente a última do país.

Muito obrigado.

Vozes das Deputadas da bancada do CDS-PP: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

(\*) **Deputado André Bradford** (PS): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou ter que começar esta minha intervenção por uma espécie de desabafo da minha parte:

Este seria um debate que a bancada parlamentar do PS teria muito gosto em fazer em relação à substância deste diploma, em relação à questão do fomento da participação cidadã na organização do processo orçamental. Teríamos imenso gosto em fazê-lo.

Aliás, como o Sr. Deputado Artur Lima referiu, em termos internos, no partido já fizemos essa reflexão e temos um compromisso assumido nesse sentido, sob a forma de moção global de orientação política.

Isso seria um debate muito interessante a fazer, só que a maneira como o CDS decidiu concretizar nesta Casa esta sua vontade política inviabiliza que o debate se centre na questão de substância e obriga a que a questão seja discutida do ponto de vista da sua adequação formal, jurídica e legal.

Portanto, terá de ser por aí que temos que fazer a análise desta matéria e teremos que fazê-la de acordo com aquilo que são os instrumentos legais, digamos que, o quadro jurídico existente, e também o parecer que foi disponibilizado a esta Casa e que diz muito claramente, e sem nenhum tipo de contradição (parece ao PS), que os orçamentos participativos são desejáveis, que já existem experiências concretizadas nomeadamente a nível local, que esse processo tem virtualidades que podem ajudar a aproximar e a envolver os cidadãos na atividade política, mas a maneira como o CDS pretende que isso seja feito é desadequada do ponto de vista jurídico, colide com o regime jurídico existente e é, portanto, ilegal. Extravasa a competência desta Casa.

Não há aqui, do nosso ponto de vista, nenhum tipo de contradição no parecer. Ele é bastante claro.

Mais. O parecer tem a preocupação de dizer que é desejável que se caminhe nesse sentido. Não é possível fazê-lo desta maneira, mas há formas de o conseguir fazer e, portanto, até dá soluções para que isso seja feito.

Essas formas são, sendo esta matéria, a matéria do enquadramento geral do processo orçamental da Região, uma matéria da competência reservada, de reserva absoluta da Assembleia da República, uma das hipóteses é esta Casa

avançar com uma Anteproposta de Lei no sentido de que se altere o regime global, as regras gerais do processo orçamental regional e, por essa via, passa a ser possível conceber uma componente participativa do orçamento regional.

O problema é que nesta legislatura já não é possível. Portanto, por aí não podemos ir.

Por outro lado, o parecer também diz que há ainda uma outra forma, que é, já não é uma forma genérica, já não permite resolver o problema para sempre ou do ponto de vista estrutural, mas que permite, caso a caso, ano a ano, orçamento a orçamento, resolver a questão.

Isso seria, cada vez que vier a proposta de orçamento a esta Casa, que é da competência exclusiva do Governo Regional, como todos nós sabemos, ou vem já com essa componente definida em termos do seu articulado, ou nós, nesta Casa, votamos propostas de alteração que introduzam na proposta do orçamento uma componente participativa.

Portanto, o parecer, Sr. Deputado Artur Lima, até é bastante útil e simpático deste ponto de vista, porque não só diz que não é possível, não se fica por aí, mas diz como é que se pode fazer.

Portanto, isto pode ser resolvido. Não pode é ser resolvido desta maneira como os senhores propõem. Portanto, por essa questão inultrapassável, os senhores não poderão contar com o voto favorável da bancada do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(\*) **Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD em sede de Comissão de Economia manifestou apreço relativamente à ideia de um Orçamento Participativo. E vou socorrer-me aqui de um texto que

### Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

vai auxiliar-me a revelar a posição de princípio relativamente à iniciativa que estamos agora aqui a discutir.

**Deputado Francisco César** (PS): É assim tão difícil que é preciso ler?

**O Orador:** "O regime autonómico necessita de transformações que aproximem os cidadãos da política e da gestão das causas públicas.

A governação deve ser aberta aos cidadãos com um diálogo permanente e uma proximidade efetiva. Os políticos e os governos, em particular, têm de estar permanentemente em contacto com os cidadãos. Estes têm de saber quem os representa, quem os governa e mais importante devem ter instrumentos de informação e de acesso a quem necessite.

Mas os cidadãos devem ser, também eles, fonte de informação. Ainda que tenham sido eles, em eleições, a escolher as opções governativas presentes a sufrágio, podem ser eles também, ao longo do ciclo eleitoral, a fonte de ajustamentos a introduzir nessas opções no processo de decisão e nos documentos que suportam a atividade dos governos.

Numa democracia participativa abre-se a possibilidade de intervenção direta dos cidadãos no processo de tomada de decisão e de controlo do exercício do poder.

Nos Açores, com a revisão do Estatuto Político Administrativo, foi dado um passo importante. Abriu-se a possibilidade dos cidadãos apresentarem iniciativas legislativas ao Parlamento Açoriano, que depois são objeto de processo legislativo normal.

Deixaram de ser apenas os partidos ou o governo a possuir essa prerrogativa.

Assim, a iniciativa, o princípio do Orçamento Participativo, pretende-se com ele dar oportunidade à participação mais plena dos açorianos, sendo ainda apenas o início de um caminho para uma democracia mais participativa, que assuma um significado muito importante, já que é um sinal de enorme relevo dado aos cidadãos eleitores, que conhecem mais do que ninguém as suas necessidades e a forma de as suprir.

### Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

Esta abordagem deve ser estendida a todos os níveis contemplados no Plano Regional anual, ou seja, a todos os objetivos ou mesmo definidos, estruturados em programas, projetos e ações."

O texto que eu acabei de referir e acabei de ler, fazia parte do preâmbulo da proposta do Projeto de Resolução que o PSD apresentou nesta Casa e que posteriormente retirou em função da proposta e do Decreto Legislativo Regional que foi apresentado pelo CDS-PP.

O que é certo é que sob o ponto de vista dos princípios, estamos todos de acordo, pelo menos a avaliar pelas posições que foram manifestadas em sede de Comissão de Economia.

Mas a questão que se coloca é, do ponto de vista jurídico e formal, como o Deputado André Bradford referiu.

Se nós, neste momento, aprovássemos um Decreto Legislativo Regional, como é apresentado pelo CDS-PP e com o qual pelos princípios nós concordamos, e a avaliar pelas reações em sede de Comissão, como referi, todos nós concordamos, na nossa opinião, a do PSD, vinculava todos os governos a que todos os anos existissem orçamentos participativos.

Era um princípio ótimo, mas a via legislativa, segundo o parecer do Dr. Paz Ferreira, para atingir esse objetivo, com o qual nós concordamos, tinha que ser através de uma proposta de lei apresentada na Assembleia da República de modo a que, por essa via, dávamos inclusivamente o pontapé de saída e éramos pioneiros a nível nacional, permitindo inclusivamente que os orçamentos nacional, da Região Autónoma da Madeira e da Região Autónoma dos Açores pudessem, por essa via, através das leis de enquadramento orçamental dos respetivos orçamentos, pudessem instituir, anual e obrigatoriamente, orçamentos participativos todos os anos.

Portanto, referidos os princípios com os quais nós estamos totalmente de acordo, inclusive li o preâmbulo e a exposição de motivos do Projeto de Resolução que o PSD apresentou nesta Casa, e que depois retirou como referi,

Número: 146

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

concordando com todos esses princípios, o PSD não pode, em consciência, votar favoravelmente uma impossibilidade jurídica.

Mas em sede de Comissão de Economia o PSD desafiou todos os partidos presentes. Em sede de Comissão de Economia, o PSD desafiou e disse que estava disponível a encontrar-se uma solução com bom enquadramento jurídico, com capaz e cabal enquadramento jurídico, que pudesse, por essa via, ultrapassar a tal impossibilidade jurídica que nesse momento se nos coloca.

Deste modo, a posição do PSD, concordando com os princípios, não pode ser de votar contra, mas sendo uma impossibilidade jurídica não pode ser de votar a favor. Portanto, irá abster-se na votação deste diploma.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Há um *slogan* de que me vou socorrer, com a devida anuência do Partido Comunista Português, que é, "assim se vê a força do PC".

**Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): O fim dos tempos está próximo, para o CDS citar o PCP!

**O Orador:** E assim se vê Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (já vai ver onde vou chegar e é preciso todas as ajudas para chegar aonde eu quero chegar, Sr. Presidente do Governo) a força da Autonomia que é capitular perante um parecer jurídico, que é não afirmar a vontade desta Casa.

Assim se vê a força da Autonomia, Sr. Presidente.

**Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Assim se vê a fraqueza do seu apoio jurídico!

O Orador: Já vimos bastantes exemplos aqui dos senhores chumbarem para depois fazerem igual e quando o senhor propôs no seu congresso e na sua moção, já cá estava nesta Casa esta proposta.

O parecer não foi encomendado por acaso nem ingenuamente. É para os senhores voltarem a apresentar aqui um projeto de resolução, querem ser "os pais" de tudo, Sr. Presidente do Governo.

Já agora digo-lhe mais, Sr. Deputado André Bradford e Sr. Deputado Jorge Macedo:

Eu nem queria acreditar naquilo que o senhor estava a dizer.

**Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Foi das melhores intervenções que ele já fez!

O Orador: Sendo aprovado aqui um Decreto Legislativo Regional ele é imutável, jamais se pode mudar, fica para todo o sempre.

Sr. Deputado, isso é de um partido que quer ser governo?!

Um Decreto Legislativo Regional não se pode mudar?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não foi isso que ele disse!

O Orador: Compromete todos os governos para todo o sempre?

Sr. Deputado, é aprovado um Decreto Legislativo Regional e depois, naturalmente, pode ser alterado, pode ser modificado, pode ser mudado, mas é esta a força do "pai da Autonomia".

Deputado Jorge Macedo (PSD): O senhor não percebeu o que eu disse!

O Orador: Percebi, Sr. Deputado.

É esta a força: um Decreto Legislativo jamais pode ser mudado.

Mas há outra coisa aqui que é curiosa também, é que ao início isto é ilegal, mas no fim já pode ser, porque se eu chegar aqui e fizer uma proposta no âmbito do plano e no orçamento, já pode ser.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já pode ser, já!

O Orador: Já posso incluir, já pode ser.

Mas então nós não podemos daqui para frente regulamentar nada.

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

Então eu pergunto: temos, por exemplo, o Vale Saúde. Fizemos um Decreto Legislativo Regional e todos os anos é prevista verba no Orçamento. Então não podia ser.

Fizemos o Compamid. Então todos os anos é prevista verba no orçamento. Então não podia ser, porque ia comprometer os orçamentos futuros dos governos futuros.

Então em que é que ficamos? É na reserva absoluta da Assembleia da República? É no comprometimento dos governos futuros? Ou é nós não queremos fazer e nós é que queremos fazer?

Essa é que é a questão que se tinha que pôr. É assim que vê a força da Autonomia.

Portanto, a força da Autonomia neste caso está absolutamente comprometida.

E mais. Esta proposta era para aplicar no Orçamento de 2017, como outras propostas que são aqui feitas e que são obviamente aplicadas. Não implicam com a lei travão.

Agora, os senhores não querem aprovar isto. Nem o PSD quer, nem o PS quer, até agora.

Mas, e o parecer jurídico?

Podia-se ter pedido outro parecer jurídico. Ele diz que sim e não ao mesmo tempo. Abre possibilidades.

No início não, mas caso a caso podíamos fazer.

Agora vejamos: aprovámos o Orçamento em outubro, é publicado em janeiro.

**Deputado José San-Bento** (PS): Em novembro!

O Orador: Em novembro. Obrigado, Sr. Deputado José San-Bento.

Que tempo é que temos (os cidadãos) para fazer as propostas, etc., etc., para depois em tempo útil aplicar naquele ano e naquele orçamento? Muito pouco tempo!... Muito pouco tempo!...

Portanto, a via é esta: é fazer como se fez para inúmeras questões aqui nesta Região, regular a matéria e depois prever em sede de orçamento a sua dotação

orçamental. É assim que se faz. Agora quando não se quer fazer não se faz. É isso que daqui se trata.

Portanto, o Partido Socialista propõe no seu congresso; António Costa propõe no continente; o Partido Socialista propõe nos Açores.

Portanto, é monopólio rosa e socialista e mais ninguém pode fazer, depois, repito, da proposta ter entrado nesta Casa, e ficámos a saber que da parte do PSD que um Decreto Legislativo, uma vez aprovado, jamais pode ser mudado. Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não foi isso que ele disse!

**Deputado António Marinho** (PSD): Parece um socialista a falar! É um argumento dos socialistas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero aqui dar os parabéns ao Sr. Deputado Artur Lima e ao CDS-PP por trazerem esta questão tão relevante a debate na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Esta questão é uma questão bastante relevante. Tem vindo a ser implementada noutros sistemas parlamentares e isto tem a ver com a mudança de paradigma e a adaptação e a modernização dos sistemas parlamentares e políticos.

Muitas vezes fala-se aqui, e temos verificado, que a abstenção não é só um mal português, açoriano ou europeu. Há uma generalização do aumento da abstenção e a abstenção deve ser lida como uma mensagem política da população que se afasta das suas instituições representativas.

A verdade é que os sistemas parlamentares começaram a tornar-se mais numerosos a partir do final do séc. XVIII, generalizando-se muito no séc. XIX, mas há casos anteriores de sucesso, como o sistema parlamentar inglês.

Mas a questão fundamental aqui é que estes sistemas, sendo uns sistemas que já têm muito anos (200-300 anos, o sistema parlamentar), são sistemas que foram implementados em sociedades muito diferentes das sociedades atuais.

Estas sociedades atuais são sociedades mais alfabetizadas, são sociedades em que existem meios tecnológicos que permitem juntar um conjunto muito mais significativo de informação e evidentemente estas sociedades também são sociedades formadas por indivíduos que pretendem participar de uma forma muito mais ativa no sistema de governo.

Nesse sentido, evidentemente que os sistemas parlamentares não podem ficar paralisados no tempo e não responder à evolução da sociedade, pelo contrário.

A participação direta e a participação através, por exemplo, nomeadamente deste instrumento que o CDS aqui propõe, um instrumento de Orçamento Participativo, é absolutamente fundamental.

Do ponto de vista prático, no âmbito do debate açoriano, o PPM já assumiu isso, já assumiu que um dos nossos objetivos é implementar este mecanismo.

O próprio Partido Socialista (lembro, porque estou aqui a estudar o contributo para o Programa Eleitoral do Partido Socialista para os debates que vamos ter com o Partido Socialista ao longo da campanha eleitoral) neste documento diz, a este respeito, o seguinte, no âmbito do Orçamento Participativo:

"Desenvolver um Orçamento Participativo regional alocando verbas significativas para o efeito e garantindo que se transformem num instrumento central de participação dos açorianos no desenvolvimento da Região.

Deverá ser ponderado o seu desenvolvimento por áreas temáticas permitindo uma maior focalização da despesa e respetivos contributos".

Portanto, existe da parte do Partido Socialista também esta intenção de implementar os orçamentos participativos.

Qual é o problema político que se coloca aqui?

O problema jurídico que é aqui colocado, é algo que... Eu tenho sérias dúvidas sobre este parecer jurídico.

Para já, estas questões jurídicas são questões sempre muito problemáticas. Por isso é que no Tribunal Constitucional podemos verificar que existem, a respeito do mesmo diploma, ou da mesma iniciativa, votos de vencido, interpretações diferentes. Portanto, um único parecer jurídico, com uma opinião de uma personalidade que nós sabemos que está muito próxima do Partido Socialista, não deve ser visto como algo de absoluto, não deve ser visto como algo que significa uma verdade absoluta.

Esta para mim é a interpretação em relação à questão jurídica. E a questão jurídica também acaba por insistir no centralismo, numa visão centralista do funcionamento das nossas instituições.

Eu acho que o CDS faz muito bem em não ter essa perspetiva.

Por isso, meus senhores, a questão é esta: a questão é uma questão não jurídica, é onde o Partido Socialista se acantonou e se entrincheirou neste momento. Entrincheirou-se, porque não lhe interessa o debate político neste momento.

O debate é essencialmente político. A questão e a dificuldade política que o Partido Socialista e o Governo têm nesta matéria é que neste caso o CDS chegou antes e tendo chegado antes há um mérito indiscutível perante a sociedade, perante a sociedade açoriana que quer participar mais, que quer ter uma voz decisiva no âmbito dos instrumentos de Governo e não há instrumento de governo mais decisivo que os orçamentos que definem as políticas, que definem os meios para a executar.

E por isso a dificuldade aqui, do Partido Socialista, é esta: alguém chegou primeiro, a intenção do Partido Socialista também é essa, a intenção do PPM também é essa, outros partidos terão outras opiniões, mas o que é fundamental é que aquilo que o Partido Socialista está a fazer é, acantonando-se na questão jurídica, evitar discutir a questão política.

Na questão política chegaram depois. Chegaram depois do CDS! Chegaram depois do PPM!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para o PCP a democracia participativa é uma componente essencial do sistema

democrático pelo qual nos batemos desde sempre e para nós essa componente

não se esgota na participação individual dos cidadãos, mas envolve também, ou

deve envolver também, as organizações sociais que o representam e que

defendem os interesses coletivos.

Felizmente, em relação a estas organizações, nem sempre tem havido a mesma

disponibilidade política para reconhecer o seu contributo e aceitar a sua

participação, o que no nosso entender é uma forte limitação à profundidade do

sistema democrático que emergiu da revolução de Abril de 74.

Mas no que concerne aos orçamentos participativos é importante lembrar que a

primeira experiência a nível nacional aconteceu em 2002.

**Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): Numa câmara comunista!

O Orador: E aconteceu no concelho de Palmela.

**Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): É verdade, Sr. Deputado!

(Pausa)

**O Orador:** Estou a dizer alguma asneira?

**Deputado Jorge Macedo** (PSD): Não!... Que é comunista!

O Orador: Mas eu explico, Sr. Deputado.

Aconteceu em 2002 no concelho de Palmela (faça-se ouvir), que por acaso é um

município (é por acaso!) presidido pela CDU.

Portanto, esta ação, esta iniciativa, este histórico que aqui estou a fazer, vale

mais do que mil palavras que eu pudesse dizer sobre a importância dos

orçamentos participativos, vale mais do que grandes argumentações elaboradas

sobre a questão dos Orçamentos Participativas, o seu valor e as suas potencialidades.

Portanto, penso que relativamente à questão dos Orçamentos Participativos estamos esclarecidos quanto àquilo que é a posição do PCP e da CDU.

Agora, entendemos que esta participação direta dos cidadãos não é, nem pode ser, substitutiva dos organismos instituídos da democracia representativa, que é também uma forma de funcionamento democrática e que caracteriza também a nossa democracia.

Não se pode governar contra os cidadãos e certamente não se governa bem sem eles, mas isto não significa que tenhamos de alienar competências próprias dos órgãos que foram legitimados pelo povo em atos eleitorais.

E é para nós difícil, face a esta proposta, aceitar uma solução em que a Assembleia Legislativa abdique ou limite, *a priori*, as suas próprias competências e isto tem a ver com a forma como o articulado consagra esta proposta de Orçamento Participativo.

Isto é, que no fundo, nós, Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, se demita de pelo menos uma parte das suas responsabilidades consagradas no Estatuto Político-Administrativo e na Constituição.

Para nós, esse é o problema político fundamental desta proposta, isto sem entrar no complexo problema jurídico que já aqui foi levantado e que não é de maneira nenhuma de somenos importância, antes pelo contrário, deve ser devidamente atendido por nós.

Porque é também de temer que esta proposta como está, se for aqui aprovada sem maior ponderação, vá tropeçar e talvez mesmo cair perante sérios problemas de legalidade e de constitucionalidade.

Aprová-la assim, agora, seria da nossa parte uma precipitação.

Não queremos, no entanto, a Representação Parlamentar não quer, dar um sinal negativo e queremos que fique claro o nosso apoio à ideia de criação de um Orçamento Participativo regional, mas em moldes diferentes.

### IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

A Representação Parlamentar do PCP, face ao exposto, irá abster-se nesta iniciativa do CDS.

**Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Sr. Deputado, vote contra!

**O Orador:** De qualquer forma, quero saudar e sobretudo dar as boas vindas ao CDS-PP, a esta ideia de Orçamento Participativo inaugurado em Portugal...

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): E os touros de Barrancos?

O Orador: ... pela Câmara Municipal de Palmela, presidida pela CDU.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governos:

Na realidade o Orçamento Participativo da Região Autónoma dos Açores, proposto neste Projeto de Decreto Legislativo Regional do CDS, faz-me lembrar a Carochinha.

É que no fundo, no fundo, todos querem casar com ela, mas não tanto.

O PPM quer casar com ela; o CDS também quer casar com ela; o PS pelos vistos também quer casar com ela e o PCP já casou há muito tempo com ela.

**Deputado Aníbal Pires** (PCP): Exatamente!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É o João Ratão!

**A Oradora:** Então apetece-me perguntar: se todos querem casar com ela... Por que é que querem casar com ela?

Porque ela é jovem e bonitinha? Também!

Mas querem casar com ela porque é um bom princípio e os Sras. e Srs. Deputados estão todos de acordo (estamos todos de acordo!) com os princípios, porque a democracia participativa é um imenso valor (e é!) e todos nós defendemos a democracia participativa, porque devemos conceder aos cidadãos

e às cidadas uma maior possibilidade e capacidade de intervenção nas decisões, na prática governativa, em todas as políticas que no fundo afetam o seu dia-a-dia e têm a ver com o seu bem-estar, maior ou menor.

É tudo um mar de rosas e o Orçamento Participativo para a Região é a Carochinha.

Mas, e agora aqui é que entramos no problema, sobretudo dois problemas:

1- A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores perde competências. E eu, Sras. e Srs. Deputados, pergunto: e depois?

Se a perca dessas competências for partilhá-las, for para as partilhar, com os açorianos e açorianas, qual é o problema?

Então nós queremos a participação, mas depois não queremos perder competências? Não queremos partilhar competências?

Mas então como é que nós podemos chamar os cidadãos a virem participar?

Dizemos-lhes assim: venham, venham, mas não venham muito.

Sras. e Srs. Deputados, este argumento não pode ser de maneira nenhuma invocado.

Agora, o outro argumento:

Há uma impossibilidade jurídica porque há um parecer, Sras. e Srs. Deputados.

**Deputado André Bradford** (PS): Há uma lei, não é só um parecer!

A Oradora: Sr. Deputado deixe-me acabar.

Eu já ouvi, por acaso já há alguns três ou quatro anos talvez... Isto faz-me lembrar alguma coisa. Faz-me lembrar uma proposta do Código de Trabalho para a Região Autónoma dos Açores que o Bloco de Esquerda entregou nesta câmara, e que também foi sujeita a um parecer, que basicamente dizia o seguinte:

O Tribunal Constitucional pode ou não pode aceitar esta iniciativa legislativa? Porque o Tribunal Constitucional também tem dias, como todos nós sabemos: tem dias em que é mais centralista e tem outros em que é menos, mas nós não

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

podemos ficar à porta do Tribunal Constitucional à espera de perceber qual é o humor.

Não!... Temos é que entrar lá dentro e arriscar, porque como diz o povo, e bem, "quem não arrisca não petisca" e a Autonomia é isso, é arriscar! Não é sucumbir a um parecer, Sras. e Srs. Deputados.

**Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Peço desculpa, mas esta é a posição do Bloco de Esquerda.

Não, não é um parecer que nos tira a garra, a vontade de, aqui, nesta Região, fazermos diferente. Precisamos de muitos outros pareceres. Um é muito pouco. Portanto, se esta iniciativa for à votação, podendo ser aperfeiçoada, podendo ser alterada em algum do seu articulado podendo representar uma prática

alterada em algum do seu articulado, podendo representar uma prática inovadora e pioneira como aqui foi dito (nós que queremos e temos tudo para dar lições — porque podemos fazer diferente — à República, podemos mas não queremos, podemos mas temos medo; ai, ai, que o parecer não deixa), o Bloco de Esquerda vota com toda a convicção favoravelmente este Projeto de Decreto Legislativo Regional,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... sobretudo por uma razão, o Bloco de Esquerda não tem medo dos açorianos e das açorianas, não tem medo das suas decisões, não tem medo de partilhar competências com as pessoas desta Região, pelo contrário, quere-as dentro desta Casa.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

(\*) Deputado André Bradford (PS): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não tencionava voltar a debate, mas depois desta última intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares...

**Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Ainda vai vir mais!

**O Orador:** ... vejo-me "obrigado" a fazê-lo – obrigado, entre aspas – com gosto a fazê-lo, por duas razões principais:

Primeira, a ideia que este discurso da Sra. Deputada Zuraida Soares, em tom próprio da época,...

**Deputada Zuraida Soares** (BE): Pode tudo, eu é que não!

O Oradora: ... pretende fazer passar é que, por uma qualquer estranha razão foi pedido um parecer jurídico a alguém, que também por uma qualquer estranha razão, terá manobrado juridicamente...

**Deputada Zuraida Soares** (BE): Manobrado?!

O Orador: ... o quadro existente em Portugal, e disse, por alguma estranha razão que não pode ser desta maneira.

**Deputada Zuraida Soares** (BE): Manobrado?!

O Orador: Eu gostava (para perceber, e até para poder eventualmente, a bancada parlamentar do PS, refletir de outra maneira sobre o parecer e sobre o enquadramento jurídico) que a Sra. Deputada me transmitisse qual é a parte do parecer, qual é a regra invocada pelo parecer, qual é o diploma mencionado no parecer, que permite que se resolva o assunto desta forma, juridicamente, e que, portanto, isto não passa de uma má vontade e de um acolhimento jurídico errado?

Portanto, nós conseguimos resolver isto muito facilmente, desde que a senhora nos explique exatamente qual é a regra que permite que isso se faça, porque vontade política, concordância nos princípios, já todos aqui demonstraram.

O facto de nós concordarmos com a existência de um sistema participativo, de elaboração orçamental, não significa que nós cedamos na forma jurídica correta de o fazer, até porque seria contraproducente embarcarmos numa solução que, sabemos de antemão, é juridicamente inviável. Seria contraproducente em

relação ao objetivo final, descredibilizaria o processo e faria com que houvesse já uma tentativa falhada de fazer algo que nós queremos todos que se faça bem feito.

Portanto, aqui a única questão é, nós, Partido Socialista, queremos que isto se resolva, e não fazemos questão nenhuma de ser os primeiros, os segundos, ou os terceiros a chegar a este assunto.

Nós temos convictamente este objetivo, ele foi assumido politicamente em congresso, está publicado. Portanto, sobre isso estamos descansados.

Não sei se foi publicado primeiro, se foi depois. Se o PP pensou nisso primeiro ou se o PPM terá pensado nisso ainda no tempo da monarquia.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não! Foi o PCP!

**O Orador:** Agora, o que eu sei é que esse objetivo existe, está assumido politicamente e nós vamos querer concretizá-lo.

Isso não significa é que, à primeira, sabendo nós de antemão que é inviável, que está juridicamente mal estruturado, que não vai ser acolhido, que vai ter problemas, embarquemos na mesma, só porque agora nesta fase é bonito dizer aos açorianos venham e digam o que pensam do orçamento, porque nós queremos é que os senhores façam esse trabalho e estamos disponíveis para que participem ativamente na democracia da Região.

**Deputada Zuraida Soares** (BE): Isso foi há um ano!

**O Orador:** Nós também estamos, mas isso não significa que se aceite fazê-lo de qualquer forma, sabendo de antemão que isso não vai resultar.

Portanto, era bom (e era isso que eu gostaria de deixar claro) que a nossa posição sobre esta matéria não tenha absolutamente nada a ver com o facto de, por um lado, não termos sido os primeiros, ou termos sido os primeiros, por outro lado, pelo facto de queremos ser nós a assumir o protagonismo deste processo.

Tem apenas a ver com o facto de não ser possível fazer da forma como o CDS-PP propôs e quer que se faça.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho que em boa hora o CDS trouxe esta iniciativa, e vou dizer-vos uma coisa, Sras. e Srs. Deputados, é que acho graça e interessante a posição do Partido Comunista Português e a posição do Partido Social Democrata.

É que isto esteve um ano, mais de um ano na Comissão.

Nunca ninguém teve dúvidas jurídicas, nunca ninguém teve nenhuma dúvida.

Em janeiro, e não por estranhas razões, Sr. Deputado André Bradford, mas por claras razões, o PS resolve pedir um parecer para aferir da legalidade da proposta, não por estranhas razões, mas por razões objetivas da preparação do seu congresso dois meses depois e para pôr no seu programa eleitoral exatamente esta proposta.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, há aqui uma coisa muito interessante, é que quando o Partido Socialista apresenta aqui propostas, que sabe à partida com elevado grau de inconstitucionalidade, afirma a Autonomia nesta Casa e pede que os outros o apoiem.

Já aconteceu relativamente ao mar; já aconteceu relativamente à saúde e levaram sempre os tribunais no Continente a darem razão à República, e nós aqui sempre a afirmar a Autonomia, e sempre a afirmar que os açorianos deviam ter a mesma igualdade de direitos.

Sempre aqui a afirmar isso, com o apoio de todos...

Deputado André Bradford (PS): Não tem comparação!

O Orador: ... porque era uma proposta do Partido Socialista.

Quando é uma proposta da oposição o Partido Socialista refugia-se num parecer jurídico para não a apoiar e não lutar contra o Tribunal Constitucional e contra o centralismo de Lisboa.

Portanto, qualquer dia, com esta postura do Partido Socialista, o que vamos assistir é que vai haver um jurista que venha fazer um parecer e diga "extingase a Assembleia Regional porque ela não tem competência para legislar sobre mais nada".

**Deputado José San-Bento** (PS): Isso não é para si!

**O Orador:** A verdade é essa. Os senhores só lutam pela Autonomia quando é pela vossa Autonomia. Não lutam pela Autonomia dos açorianos, não lutam pela Autonomia das pessoas e não querem o bem-estar das pessoas.

**Deputado Benilde Oliveira** (PS): Isso não é verdade!

**O Orador:** E digo-lhe mais, Sr. Deputado José San-Bento, quando a Comissão Europeia, e não só, como a OCDE...

**Deputado André Rodrigues** (PS): Isso não é para si!

**O Orador:** ... como o Instituto Nacional de Estatística, diz que a participação cívica (e eu vou ler):

"A Madeira e os Açores são as piores classificadas em Portugal em matéria de participação cívica e educação, estando ambas no fundo da tabela."

Os senhores estão aqui com *quid pro quo* constitucionais. Não deixa de ser curioso que o *quid pro quo* só é constitucional quando é uma proposta da oposição.

Quando é uma proposta do Partido Socialista e sobretudo quando o Governo da República é antagónico ao vosso, os senhores põe-se aqui a gritar "vamos defender a nossa Autonomia, vamos defender a nossa saúde, vamos defender o nosso mar", mas a participação cívica dos cidadãos os senhores não querem. Querem que seja propriedade sua e isso nós não aceitamos.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Apenas duas referências.

A primeira, em relação ao Orçamento Participativo de Palmela.

**Deputado José San-Bento** (PS): É por causa do Duque de Palmela!

O Orador: Eu acho sempre imensa piada a estes exemplos que o PCP vai buscar às autarquias.

Eu, por exemplo, não vi o PCP fazer nenhuma referência aos touros de morte na Câmara de Barrancos. Aí já não é património do PCP, já não é importante. Mas agora os Orçamentos Participativos de Palmela já são referenciados.

Esta escolha do "menu" é muito suspeita.

Mas há também uma outra coisa fundamental que é importante referir, em relação àquela experiência de 2002, já agora por uma questão de reposição da verdade histórica:

É que aquele Orçamento Participativo era apenas consultivo.

Essa é uma referência importante e, por exemplo, em 2013, a Câmara de Palmela já tinha abandonado o projeto. Portanto, vale a pena contar a história. É sempre importante, é mais informação para a cidadania.

A segunda questão tem a ver com a questão jurídica novamente.

Mesmo agora o Representante da República, alicerçado no seu parecer jurídico, anunciou que iria pedir a fiscalização sucessiva da legislação que aqui foi aprovada nesta Casa em relação ao Parque Marinho dos Açores.

Essa pergunta, Sr. Deputado André Bradford, essa questão, essa dúvida, ou neste caso essa certeza por parte do Representante da República, inviabiliza que a Região Autónoma dos Açores e este Parlamento defenda, de facto, que é este o caminho que queremos seguir e que esse parecer jurídico não deve ser o monopólio dado, ou não deve condicionar em absoluto a atividade política?

O senhor deixa-se condicionar com um parecer jurídico? Deixa-se condicionar do ponto de vista político?

Eu acho que este Parlamento não se deve deixar condicionar por pareceres jurídicos que neste caso, como também no Parque Marinho o que diz é que essas competências são da Assembleia da República. Essas competências são da Assembleia da República!

O argumento é o mesmo.

Eu também já vi muitas vezes este jurista, que é o autor deste estudo e deste parecer jurídico, dizer que o Tribunal Constitucional não tem razão. Já o vi muitas vezes também dizer que o tribunal não tem razão e que existe uma visão centralista deste tipo de questões. Agora, pelos vistos, numa conjuntura diferente, já faz esta interpretação.

Portanto, eu reitero aquilo que lhe disse há pouco, Sr. Deputado André Bradford. Sr. Deputado, faço-lhe a pergunta em relação aos parceiros jurídicos do Representante da República: qual é a sua opinião?

Condiciona a atividade política? Acha que o Parlamento dos Açores deve retirar a proposta e que deve dizer "perdão, intrometemo-nos dentro das competências centralistas da Assembleia da República"? Acha que deve ser essa a nossa posição?

Eu acho que não!

Se vamos por aí, se limitamos o debate político que aqui deve ser feito a pareceres jurídicos, pareceres jurídicos há muitos e com diferentes opiniões. Temos é que ter as nossas convicções e a convicção do PPM é que devemos avançar nesta matéria e que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores tem competências nesta matéria que a habilitam a aprovar esta legislação.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Francisco César.

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

(\*) **Deputado Francisco César** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não era para intervir, mas houve aqui um conjunto de questões que foram levantadas pelo Sr. Deputado Artur Lima em relação aos procedimentos na Comissão de Economia.

Sr. Deputado Artur Lima, o senhor deu a entender que o processo de discussão deste projeto de diploma esteve, digamos, a marinar na Comissão de Economia, como que se o Partido Socialista quisesse que isto fosse adiado, ou arranjado alguma forma disto não ser discutido. Até chegou ao ponto de insinuar para o Congresso do PS ou para o Congresso Nacional.

Sobre esta matéria o Partido Socialista está à vontade. Defende há muitos anos o Orçamento Participativo, inclusive foi a Juventude Socialista que chegou a apresentar aqui matérias relacionadas com o Orçamento Participativo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aqui? Aqui?

O Orador: Aqui, nesta Câmara.

Portando, sobre essas matérias estamos completamente à vontade.

Mas permita-me que lhe esclareça o seguinte:...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o Empreende Jovem!

**O Orador:** O Empreende Jovem, curiosamente.

O diploma entrou nesta Casa a meados do mês de setembro. Entretanto tivemos, como é habitual, plenário. No mês seguinte, a Comissão reuniu e foi referido que havia dúvidas jurídicas sobre o diploma.

Foi também perguntado a todas as Sras. e Srs. Deputados, que diligências deveriam ser feitas e foi escolhido um conjunto de diligências, entre as quais pedir parecer aos Conselhos de Ilha, às Centrais Sindicais, à Associação de Consumidores da Região Autónoma dos Açores, Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada. Todo um conjunto de entidades.

O processo decorreu.

## Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

Eu não sei se o Sr. Deputado sabe o que é que acontece a partir do plenário de outubro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não sei!

O Orador: Eu calculo que saiba, porque fazemos isto há muitos anos. O senhor está cá há mais tempo do que eu.

A partir do mês de outubro nós entramos em processo de discussão do Plano e do Orçamento: as audições do Plano e Orçamento, um plenário exclusivamente dedicado ao Plano e Orçamento. Portanto, não havia possibilidade de discutir esta matéria.

No mês seguinte, a Comissão reuniu e foi decidido a quem é que iria ser pedido um parecer jurídico, a um jurisconsulto com, digamos, alguma especialidade sobre esta matéria.

**Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Quem é que escolheu?

O Orador: Foi escolhido um jurisconsulto com experiência nesta matéria.

Posso dar-lhe dois motivos para ter escolhido este jurisconsulto.

Primeiro, e um que me parece claro: é um dos responsáveis ou uma das pessoas que teve na origem da Lei de Finanças Regionais das Regiões Autónoma. Portanto, alguém que tem uma especialidade ou tem, digamos, nome em matérias relacionadas com finanças regionais.

Segundo motivo pelo qual foi escolhido e que me parece perfeitamente relevante: quando a Comissão de Economia teve que dar parecer de resposta ao Tribunal Constitucional sobre a remuneração compensatória, um dos jurisconsultos que fez parte da argumentação e deu parecer ao Tribunal Constitucional sobre matérias sobre a nossa competência em termos autonómicos, foi exatamente o Dr. Paz Ferreira.

**Deputado Artur Lima** (CDS-PP): E outros!

O Orador: Se estamos a falar de alguém que tem currículo sobre esta matéria, esta pessoa com certeza tem currículo sobre esta matéria.

Terceira questão que deve ser esclarecida nesta câmara, porque as coisas são transparentes:

Não foi pedido ao Prof. Paz Ferreira para dizer se este diploma era legal ou se era ilegal. Foi dito da seguinte forma:

Verifique da possibilidade deste projeto de diploma entrar em vigor e caso não seja possível que indique os caminhos que podem viabilizar a entrada em vigor do objeto que nós queremos que entre em vigor, portanto, o Orçamento Participativo.

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): O senhor vai dizer o que é que pediu ao Prof. Paz Ferreira para dizer!

O Orador: Exatamente o que lhe disse.

O que pedi a esse reputado jurisconsulto foi exatamente acordado com todos os Deputados desta Comissão. Não foi um voto negativo, não foi dizer se era possível ou não, mas sim dando nota da legalidade da proposta apontar...

**Deputado Paulo Estêvão** (PPM): Os professores, os engenheiros e os doutores! Uma sociedade democrática!

O Orador: Sra. Presidente, está muito difícil conseguir fazer a minha intervenção, mas eu vou fazer um esforço, prometo, porque já percebi que não se vão calar.

Foi pedido para que verificasse os caminhos que eram possíveis seguir.

A resposta que nos foi dada, e vamos ver se nós nos entendemos, não é a resposta que nós queremos, é a resposta que a pessoa que analisou o diploma nos quis dar. E nós temos que viver com isso.

Para o Partido Socialista, nós estaríamos muito satisfeitos que a resposta fosse outra, que fosse "é possível" e assim estávamos todos felizes e podíamos aprovar o Orçamento Participativo.

Mas aquilo que é dito é que não é possível. Aliás, vai diretamente em matérias que não há dúvidas sobre as competências autonómicas da Região, que é:

Quem é que tem competência para propor no Orçamento? O Governo dos Açores.

Que lei é que regula ou que lei é que enquadra a prepositura de Orçamento na Região Autónoma dos Açores? A Lei de Enquadramento Orçamental. E a Lei de Enquadramento Orçamental só pode ser mudada pela Assembleia da República.

Portanto, não há dúvidas sobre essa matéria. Não é uma questão de dúvidas se a Região tem ou não tem competência. Ela não tem competência sobre esta matéria.

Portanto, é o parecer que nos é dado e é aquele que o Partido Socialista naturalmente segue.

Muito obrigado.

**Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Qual foi a pergunta que o senhor fez ao Prof. Paz Ferreira?

Deputado André Bradford (PS): Está no parecer!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(\*) **Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para que fique completamente esclarecida a posição do PSD, relativamente à meritória proposta, do ponto de vista da ideia, do princípio, do ponto de vista ideológico do CDS-PP, nós voltamos, e eu pedi a palavra para em nome do Grupo Parlamentar do PSD, a repetir e eventualmente acrescentar algum esclarecimento que provavelmente não foi, por minha culpa naturalmente, bem explicado e por essa via não tenha sido convenientemente entendido.

O PSD disse e leu a exposição de motivos do seu Projeto de Resolução, Projeto de Resolução esse que previa e recomendava ao Governo a implementação de orçamentos participativos.

Portanto, quanto a isso, julgo que não restam quaisquer dúvidas quanto à intenção, ao mérito daquilo que se designa por Orçamento Participativo.

Agora o PSD é um partido que zela pela legalidade daquilo que aqui aprovámos, daquilo que aqui debatemos.

As reservas que colocámos quanto à legalidade, chamámo-lo mesmo, à impossibilidade jurídica deste diploma, tem a ver, por um lado, com o facto da Lei de Enquadramento Orçamental da Região Autónoma dos Açores prever que a exclusividade (bem ou mal é a lei!) da prepositura do Orçamento é do Governo (é dos Governos!) podendo depois os Deputados fazer propostas de alteração *a posteriori*, mas a propositura é exclusividade do Governo.

Através de quê? Através da Lei de Enquadramento Orçamental.

Se está bem a lei ou se está mal a lei, todos agora já percebemos que a lei não está bem.

Então o PSD, em sede de Comissão de Economia, propôs ao promotor e a todos os outros partidos que lá estavam, faça-se uma proposta de lei que, submetida à Assembleia da República, possa alterar a lei que todos nós julgamos que está mal.

Qual foi a reação?

Não ouvi nenhuma!

Segunda questão:

Se a exclusividade é dos Governos, de prepositura dos Orçamentos das Regiões Autónomas, Açores, Madeira e a nível nacional também, do Estado, há duas outras alternativas para além dessa que eu referi que é altere-se a lei.

Nós podemos fazer essa proposta para alterar a lei, mas há duas outras alternativas: ser o Governo, por sua iniciativa, a propor o Orçamento Participativo ou serem os Deputados a alterar, depois da prepositura que é exclusiva dos governos, sendo eles de qualquer cor partidária, os governos que estiverem no momento.

Estão abertas todas as possibilidades.

Não é razoável, nós que levantámos essas questões em sede de Comissão de Economia, ouvirmos eventualmente questões do género "querem todos a participação dos cidadãos, mas...".

Não!... Queremos a participação dos cidadãos. A Câmara de Ponta Delgada, a Câmara da Ribeira Grande e outras câmaras, a Câmara do Nordeste, nos Açores têm feito isso com sucesso. Por que é que nós não havíamos de querer?

# **Deputado Bruno Belo** (PSD): Muito bem!

O Orador: Agora, temos que ter um princípio: quando queremos uma coisa e queremos muito uma coisa, temos que sustentá-la de modo a que não batamos depois todos com a cabeça contra a parede. Ou seja, mandamos o diploma para o Representante da República e o Representante da República diz: "os senhores não sabem que isso é exclusividade dos governos, pela Lei de Enquadramento Orçamental que os senhores não quiseram alterar. Os senhores não sabem isso?"

Depois, a Assembleia também não fica bem no "retrato". Nós todos! Não é só o PSD! É nós todos aqui. Também não ficamos bem no "retrato".

"Então os senhores propõem coisas que sabem à partida que a lei é taxativa e que refere que isso é uma competência exclusiva dos Governos?"

Eu julgo que todos os argumentos são possíveis, são válidos, no sentido de dizermos que queremos a participação dos cidadãos.

Todos nós já demos exemplos que queremos a participação dos cidadãos; muitas autarquias, de diversas cores, já deram provas e já concretizaram a participação dos cidadãos. Portanto, sob esse ponto de vista julgo que não há dúvidas que nós todos queremos.

Então altere-se a lei que inviabiliza, no nosso entender e no entender do parecer jurídico, ou que representa a tal impossibilidade jurídica que leva o PSD a concordar com todos os princípios, mas leva também o PSD a ser responsável e a não poder votar favoravelmente a tal impossibilidade jurídica.

Obrigado.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Deputado Francisco César:

Não questionei os métodos – longe de mim – da Comissão de Economia.

Bem-vindo, Sr. Deputado Aníbal Pires à discussão, sobre um assunto que não lhe é importante.

**Deputado André Bradford** (PS): Que começou em Palmela!

O Orador: Que começou em Palmela.

Eu gostaria de saber – pergunto à bancada do Partido Socialista – o seguinte:

Um dos argumentos é que "retira 2%". Eu acho graça à maneira como está escrito, devo dizer:

"Considerando que a iniciativa em apreço retira ao Governo Regional [como coisa que o dinheiro fosse do Governo Regional e não fosse dos açorianos] 2% da respetiva desagregação espacial do Plano".

A pergunta que eu faço é esta:

Estão os senhores disponíveis, retirando esta norma dos 2%, (grande parte do Parecer baseia-se nisso), para fazermos alteração a este Projeto de Decreto Legislativo Regional, baixando à Comissão, e pedir outro parecer jurídico?

Estão os senhores disponíveis para isso? É a pergunta que eu faço.

**Deputado Jorge Macedo** (PSD): Ou fazer uma proposta de lei!

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu quero chamar a atenção para o perigo tremendo do argumento que está a utilizar o Partido Socialista nesta matéria.

Quem está a observar fora desta Casa os trabalhos e a discussão deste diploma, não pode deixar de perguntar-se, até utilizando o exemplo que foi dado pelo Sr.

Deputado da CDU sobre Palmela: mas então um município tem o poder de criar um Orçamento Participativo e a nossa Autonomia, uma Autonomia com 40 anos de evolução, não tem essa capacidade?

**Deputado Francisco César** (PS): Sr. Deputado, quer que eu explique?

**O Orador:** Parece-me que estamos a dar razão a muitos daqueles que pensam que a nossa Autonomia é uma Autonomia muito fraca perante o Estado e perante os interesses centralistas, e perante os interesses de Lisboa.

**Deputado Aníbal Pires** (PCP): O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: Todos aqueles que pensam, e são cada vez mais, que as nossas competências são competências muito restritas, que é o caso do PPM, ficamos confrontados com esta situação.

Nós queremos aumentar a participação da cidadania no sistema político, no âmbito do Orçamento dos Açores.

Aqui, o partido governamental, o que é que nos diz?

Não!... Não!... Temos nesta matéria... Não é possível, porque Lisboa não deixa. Isso são competências da Assembleia da República.

Meus senhores, que Autonomia é esta que nem sequer permite às Regiões Autónomas, ao Parlamento, legislar sobre um Orçamento Participativo?

Que Autonomia é esta?!

Muitos daqueles que colocam estas questões lá fora, quando vem intrusões sucessivas do Estado também no mar dos Açores...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... com o apetite que se está a levantar sobre os recursos que o mar dos Açores tem, esta discussão aqui demonstra uma vez mais que esses que colocam em causa a Autonomia dos Açores, que colocam em causa a verdadeira Autonomia dos Açores, têm razão.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** Porque esta Autonomia, afinal, de acordo com o Partido Socialista, nem sequer pode fazer um Orçamento Participativo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa acabou de receber um requerimento por parte do Grupo Parlamentar do CDS, um requerimento ao abrigo do artigo 134.º do Regimento, que propõe que este diploma baixe novamente à Comissão.

Conforme dispõe o nosso Regimento, admitido que está o requerimento, terei que o colocar de imediato à votação, sem debate e sem posteriormente declarações de voto.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O requerimento de baixa à Comissão foi rejeitado com 27 votos contra do PS....

**Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): Têm a certeza que votaram bem?

Deputado Luís Garcia (PSD): Peçam para repetir a votação!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Secretária da Mesa precisa de anunciar a votação para podermos continuar com os trabalhos.

**Secretária:** O requerimento de baixa à Comissão foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Tendo sido rejeitado este requerimento, o Sr. Deputado André Bradford estava inscrito e por isso vou dar-lhe a palavra.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado André Bradford** (PS): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A maneira como exaltadamente até, nesta última intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, se cola a força e a capacidade da Autonomia a esta matéria é claramente desadequada e deve ser dito, até para o próprio descanso da

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

Autonomia, que a Autonomia não fica em causa por um parecer desta natureza, nem pela consideração que é feita em relação ao regime jurídico dos orçamentos.

Vamos por partes.

Primeira questão: pode ou não a Região Autónoma dos Açores ter um Orçamento Participativo?

**Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Pode!

O Orador: Pode! Seria claramente anti-autonómico se não pudesse, mas pode.

Pode ou não a Região Autónoma dos Açores ter um Orçamento Participativo, por via de um Decreto Legislativo Regional com as características deste?

Não pode!

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Porquê?

O Orador: É só isso.

Pode, pode. Por esta via, não pode.

Então como é que pode?

Por outras vias.

Então por que é que não adotamos as outras vias?

Por que é que insistimos numa via que já sabemos que não pode?

Qual é a razão para este tipo de teimosia política e até para se chegar ao ponto de dizer: está em causa a Autonomia dos Açores, não podemos fazer um Orçamento Participativo.

**Deputado Luís Garcia** (*PSD*): A boca está a fugir-lhe para a verdade!

O Orador: Mais. Podemos nós, na Região, ter um Orçamento Participativo por iniciativa do CDS-PP?

Podemos!

No próximo exercício orçamental, que por acaso, por haver eleições, será só em março de 2017, chega o CDS-PP aqui e apresenta uma proposta de alteração ao Orçamento, constituindo um aprovisionamento específico para um Orçamento Participativo.

### IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

Pode!... Pode!...

Depende de quem? Da vontade política do CDS-PP.

O regime impede? O sistema impede?

Não impede!

Mais. Há outras vias de termos um Orçamento Participativo na Região?

Há!

O Governo Regional, da próxima legislatura, chega a esta Casa e traz na proposta de Orçamento o conjunto de regras para que uma parte do Orçamento seja participativo.

Deputado António Marinho (PSD): Exatamente!

O Orador: Pode?

Pode!

Isso configura a possibilidade de termos um Orçamento Participativo na Região e assim revigorarmos a Autonomia Regional?

Sim, configura.

Portanto, está absolutamente assegurada essa possibilidade...

**Deputado Luís Garcia** (PSD): Pois está!

O Orador: ... e nós não temos dúvidas sobre isso. Partilhamos o mesmo princípio.

**Deputado Duarte Freitas** (PSD): Muito bem!

O Orador: A questão é a forma, a maneira como isto foi proposto. Não é possível.

Deputado Luís Maurício (PSD): Há sempre um momento para um não!

O Orador: Eu fico muito satisfeito que a minha intervenção divirta os Srs. Deputados do PSD.

Deputado António Marinho (PSD): Eu vou bater palmas!

O Orador: Mas pedia que na próxima intervenção que fizerem esclareçam porquê, para eu também me poder rir, porque eu não estou a perceber exatamente, no que eu disse, o que é que provoca tanta felicidade.

Mas os senhores bem precisados estão de um bocadinho de felicidade e eu fico muito satisfeito de contribuir para esse facto.

Há aqui mais uma questão que eu gostava de esclarecer. Disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão, que Autonomia era esta em que os municípios podiam ter um Orçamento Participativo e a Região não podia ter um Orçamento Participativo?

**Deputado Paulo Estêvão** (PPM): E como é que as pessoas percebem!

O Orador: Eu acho que já demonstrei como é que a Região pode ter um Orçamento Participativa, mas os municípios têm porque os executivos camarários, os governos locais, na proposta de Orçamento que apresentam à Assembleia Municipal têm precisamente uma parcela desse orçamento consignada à participação dos cidadãos e à escolha de projetos concorrentes para as várias freguesias do município. Portanto, é só por isso. É porque o executivo camarário apresenta um orçamento que já contém na proposta a possibilidade de haver um Orçamento Participativo.

Portanto, isto é tudo muito claro, parece-nos a nós.

# Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Nada do que foi dito aqui faz mudar a nossa opinião em relação aos princípios, mas também nada daquilo que foi dito aqui resolve o problema jurídico de fundo.

O problema jurídico de fundo resolve-se eventualmente retirando esta iniciativa e apresentando uma iniciativa que tenha conformação jurídica necessária.

O problema é que nesta legislatura já não produz efeitos. Já não é possível que uma anteproposta de lei tenha efeitos nesta legislatura.

# **Deputado Francisco César** (PS): Caem!

O Orador: Portanto, fazer baixar esta iniciativa à Comissão e transformá-la numa coisa que já não é possível ser apreciada nesta legislatura é a mesma coisa que nada.

Portanto, o Partido Socialista achou que não valia a pena avançarmos para este caminho e por isso votou contra o requerimento de baixa.

Agora, outra coisa será, sabendo que ela, como iniciativa conforma a lei, pode produzir efeitos, então aí contem com o Partido Socialista e estaremos disponíveis, com certeza.

Não da forma errada, não na altura errada, não quando sabemos que não vai produzir efeito nenhum.

Muito obrigado.

**Deputadas Catarina Moniz Furtado e Benilde Oliveira** (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(\*) **Deputado Jorge Macedo** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Claramente que não gosto de usar a expressão que vou usar a seguir, porque "água benta, cada um mergulha na piscina que quer".

**Deputada Graça Silva** (PS): Não é bem assim!

**Presidente do Governo Regional** (Vasco Cordeiro): Não é assim! "Presunção e água benta cada um toma a que quer!"

**O Orador:** Eu sei! Eu só usei "água benta" para associar à piscina, porque eu sei de quem é a presunção também.

**Deputado Luís Rendeiro** (*PSD*): De presunção, os senhores percebem bastante!

**Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): A água benta está dentro da piscina?

(Apartes inaudíveis de vários Deputados da bancada do PS e do PSD)

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: E não é agradável, pelo menos para mim, dizer que ou eu tive razão antes do tempo, expressão que nunca uso, ou que o PSD teve razão antes do tempo, mas o PSD, face à votação do Partido Socialista teve razão duas vezes.

### IV Sessão Legislativa

A primeira foi quando apresentou nesta Casa um Projeto de Resolução a recomendar ao Governo para introduzir um Orçamento Participativo.

Infelizmente, retirou a proposta, mas a primeira vez teve razão.

A segunda vez teve razão quando em sede de Comissão de Economia, por diversas vezes desafiou todos os partidos presentes na Comissão de Economia que tínhamos que encontrar uma solução jurídica para resolver o problema e o silêncio, pelo menos nos partidos lá presentes, era sempre de ouro.

**Deputado Berto Messias** (PS): Ó senhor, mas o senhor é que trouxe a proposta, não fomos nós!

O Orador: Agora, que já se chegou à conclusão que é bom fazer uma Anteproposta de Lei, ou uma proposta de Proposta de Lei para enviar para a Assembleia da República, o argumento do Partido Socialista é "eh, pá! Agora não há tempo!".

Mas quando foi na Comissão de Economia e quando o PSD desafiou todos os partidos a fazer uma anteproposta de lei já havia tempo. Antes havia tempo. Quando o PSD disse e quando desafiou havia tempo.

O que se verifica, e face à votação do Partido Socialista de não querer aprovar a baixa do diploma à Comissão, permite duas coisas: para já, dizer o que eu estou a dizer; segundo, revela que da vossa parte não há vontade política absolutamente nenhuma para aprovar a proposta do CDS-PP.

**Deputado Francisco César** (PS): Temos isso na nossa moção! Está a brincar connosco?

O Orador: Bem sei que, e como já tinha sido denunciado pelo Sr. Deputado Artur Lima (julgava eu que não era essa a intenção, ingenuidade minha), daqui a dias, daqui a meses, virá, pela mão do Partido Socialista, um Orçamento Participativo para ser implementado na Região Autónoma dos Açores. Não havia necessidade!

Tínhamos tido perfeitamente tempo para resolver, do ponto de vista jurídico, tudo isso, como o PSD sugeriu, pediu, desafiou, utilize-se a palavra que se queira.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. e Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

**Deputado Luís Maurício** (*PSD*): Somos pioneiros na Região!

**Deputado Francisco César** (PS): Por acaso a Horta é que começou primeiro!

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Eu estou calado!

**Deputado Luís Garcia** (*PSD*): A Horta foi a primeira?

**Deputado Luís Rendeiro** (*PSD*): Grande exemplo! Já vi meninos de cor de rosa clara e meninos de cor de rosa escuro a garrear uns com os outros por causa disso, em Angra do Heroísmo!

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP)

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, o adiantado da hora de facto deixa-nos a todos mais cansados, mas os trabalhos ainda estão a decorrer.

Sr. Deputado Artur Lima, faça favor de fazer a sua intervenção.

O Orador: Sra. Presidente, muito obrigado.

Quando os "pais" da Autonomia acabarem de falar, aqui o "filho" da Autonomia há de dizer uma coisinha. Pode falar agora?

Sras. e Srs. Deputados:

### IV Sessão Legislativa

Já ouvimos aqui hoje, durante a tarde, pela parte do Governo, e volta a ser reiterado aqui pelo Sr. Deputado André Bradford, que o melhor era a Assembleia fechar para balanço até novembro.

Não há tempo para fazer nada. Não há tempo para aprovar a remuneração complementar, porque é extemporânea, não há tempo para isto baixar à Comissão e fazer uma Anteproposta de Lei porque é fora de tempo e o tempo é curto.

Portanto, não sei o que é que vamos fazer.

A Comissão de Economia não vai trabalhar mais até ao final do mês? Não temos um plenário em setembro? Não se vai fazer rigorosamente mais nada? Não continua? Não!...

Portanto, o Partido Socialista decretou (Sra. Presidente, vai ter paciência!), a bancada da maioria, que o Parlamento encerra para descanso.

Não há mais nada para fazer, a não ser aquilo que seja do interesso do Partido Socialista, porque o que Partido Socialista verdadeiramente quer é que se lhe faça uma proposta e para esse "peditório" o CDS não dá mais.

Quer que se faça uma proposta (e eu vou dar um exemplo) como foi o regime de apoio às filarmónicas, em que no Orçamento foi previsto uma coisa, foi previsto aqui, e depois na regulamentação o Governo fez o que quis e entendeu para dar subsídios a quem entende, prejudicando as filarmónicas, na sua regulamentação.

**Deputado José San-Bento** (PS): Sr. Deputado, isso é uma injustiça!

O Orador: Não é injustiça, é a verdade, Sr. Deputado José San-Bento.

Foi o que aconteceu!

Portanto, o que os senhores querem fazer com o Orçamento Participativo é exatamente a mesma coisa. Os senhores é querem distribuir.

Portanto, se fosse o PS a fazer a proposta podia fazer, mas como é o CDS que faz não pode fazer.

**Deputado André Bradford** (PS): Se fosse o PS a fazer fazia mais bem feito!

## Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

O Orador: Olhe, Sr. Deputado, já trouxe aqui propostas que foram rigorosamente para trás.

Ouer que lhe lembre? Talvez seja bom avivar-lhe a memória, e quando o senhor até estava daquele lado.

Isto é que é interessante. Quando é o PS, pode tudo e faz tudo.

Sobretudo, e relembro aqui mais uma vez, quando foi preciso lutar contra o centralismo de Lisboa, o CDS esteve sempre ao lado do PS. Sempre! Nunca falhou.

Os senhores agora capitulam perante um parecer quando até antes, com outros pareceres os senhores recorreram para o tribunal, Sr. Deputado Berto Messias. Até o seu Grupo Parlamentar recorreu para o Tribunal Constitucional de uma decisão e de um parecer até de um jurista que dava razão (até vários) que os açorianos não tinham que pagar no continente os serviços de saúde.

**Deputado André Bradford** (PS): Onde isto já vai!

O Orador: O senhor recorreu para o Tribunal Constitucional e bem, Sr. Deputado! E o Tribunal Constitucional negou e continuámos a insistir que tínhamos direito, Sr. Deputado, mas a proposta era sua.

**Deputado Berto Messias** (PS): Já está resolvido!

O Orador: Foi resolvido politicamente, Sr. Deputado,...

**Deputado André Bradford** (PS): Não tem nada a ver!

O Orador: ... como isto tem que ser resolvido politicamente e não juridicamente por um Deputado, porque os senhores condicionaram o parecer.

**Deputado Francisco César** (*PS*): Condicionaram o quê?

**Deputado André Bradford** (PS): "Condicionaram o parecer"!

O Orador: E mais, Sr. Deputado. Quando o PS não quer, não quer e aí estamos conversados.

A boa vontade de descer à Comissão para discutirmos esse assunto, o PS votou contra.

Portanto, a vontade do PS de implementar um Orçamento Participativo é nula; a vontade do PS de tirar os Açores da cauda da participação cívica dos cidadãos é nula. O que o PS quer é cidadãos dependentes e em casa. Não lhes interessa cidadãos esclarecidos e a votar.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O momento Zen protagonizado na última intervenção do Sr. Deputado André Bradford à "Gato Fedorento", não é bem assim, Sr. Deputado.

Eu vou tentar dizer-lhe, à minha maneira, obviamente...

Deputado André Bradford (PS): Diga, diga!

A Oradora: ... como é que seria esse momento de uma forma mais fidedigna.

Seria assim:

Pode fazer-se as Famílias com Futuro?

Não!

Mas faz-se! Faz-se!

E o que é que acontece?

Nada!

Pode fazer-se o Empreende Jovem?

Não!

Mas faz-se! Faz-se!

E o que é acontece?

Nada!

Pode fazer-se o Compamid?

Não!

Mas faz-se! Faz-se!

E o que é que acontece?

X Legislatura Número: 146

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

Nada!

Pode-se fazer-se o Vale Saúde?

Não!

Mas faz-se! Faz-se!

**Deputado André Bradford** (PS): Ninguém disse que não!

**A Oradora:** E o que é que acontece?

Nada!

Pode fazer-se o Orçamento Participativo da Região Autónoma dos Açores?

Não!

**Deputado André Bradford** (PS): Pode-se!

A Oradora: Mas vai-se fazer.

Vai!

E o que é que acontece?

**Deputada Graça Silveira** (CDS-PP): Nada!

A Oradora: Nada!

Assim é que era, Sr. Deputado, porque se não era assim, Sr. Deputado André Bradford, então tinha que ser de outra maneira que era assim:

Pode, esta iniciativa legislativa descer à Comissão novamente para então cumprir os requisitos? E aí a resposta era: pode!

**Deputado André Bradford** (PS): Pode!

A Oradora: Mas desceu?

Vozes dos Deputados das bancadas do CDS-PP e do PPM: Não!

A Oradora: Não!

E o que é que acontece?

**Deputada Graça Silveira** (CDS-PP): Nada!

A Oradora: Nada!

Porquê?

Maioria absoluta!

**Deputado Paulo Estêvão** (PPM): Muito bem!

(Aplausos do Deputado Paulo Estêvão e da Deputada Graça Silveira)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(\*) **Deputado Francisco César** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Vice-Presidente, restantes Membros do Governo:

Sra. Deputada, eu bem percebo aquilo que tentou fazer com os "Gato Fedorento" e com o atual Presidente da República, mas se em relação à pergunta se pode este diploma descer à Comissão e conseguir cumprir o objetivo dos membros deste Parlamento, não, não pode.

**Deputada Zuraida Soares** (BE): Por que é que não pode?

**Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Pode!

O Orador: Não, não pode.

Não pode porque o diploma caduca. É esse o objeto daquilo que sempre dissemos. O diploma caduca, por uma razão muito simples, porque...

**Deputada Zuraida Soares** (BE): Já não é os 2%!

O Orador: Sra. Deputada, nunca ninguém falou de 2%, para ver se nos entendemos.

**Deputada Zuraida Soares** (*BE*) **e Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Ah, mas o parecer fala!

O Orador: Primeira questão, para ver se nos esclarecemos e para a qual a Sra. Deputada está a tentar fazer um filme para tentar ficar ao lado do Orçamento Participativo.

Que fique claro: estamos todos ao lado da posição de termos um Orçamento Participativo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não estamos não!

O Orador: Agora, não vale tudo, muito menos fazer barulho para os Deputados não se ouvirem a falar.

#### IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

Segunda questão que se põe, é jurídica.

Se nós baixarmos à Comissão, seja para alterarmos esse diploma ao nível da sua forma de prepositura, que não estou a ver como, mas para nós transformarmos isso numa espécie de anteproposta de lei, que tem um regime jurídico diferente, era discutido, aprovado, no plenário de setembro.

**Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: Iria para a Assembleia da República e caducava na Assembleia da República...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não!

O Orador: ... fruto de uma nova sessão legislativa. É claro!

Segunda opção:

O Parlamento Regional opta por aguardar e propor, depois de setembro, para que possa entrar em vigor na sessão legislativa seguinte no continente. Errado, porque caduca na Assembleia Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não caduca!

Deputado André Bradford (PS): Caduca sempre!

O Orador: Portanto, as duas hipóteses não são possíveis de implementar. Façam um compromisso político, coloquem nos vossos programas eleitorais, vamos a eleições. São feitas eleições e nós aqui na câmara comprometemo-nos a aprovar uma forma de Orçamento Participativo.

Porquê a pressa, Sra. Deputada? Porquê a pressa?

Deputado Jorge Macedo (PSD): E há 3 meses?

O Orador: Sendo que o Orçamento, o próximo Orçamento, vai ser aprovado sempre para o final do ano. Sempre foi assim e provavelmente assim será.

O que não pode acontecer é os Srs. Deputados, para ficarem bem perante uma câmara da televisão, perante a opinião pública, tentarem cometer ilegalidades.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

**O Orador:** O que não pode acontecer é, perante a opinião pública, os senhores para ficarem bem virem aqui e tentar propor o que não é possível concretizar.

**Deputado Berto Messias** (PS): Muito bem!

**O Orador:** O Partido Socialista não alinha nisso, o Partido Socialista não irá atropelar a lei para apenas ficar bem perante uma câmara de televisão.

É esse o nosso compromisso e é isso que vamos continuar a fazer.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

**Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): E há 3 meses não dava tempo?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não, Sr. Deputado Francisco César!

Não vai, porque o PS não quer! Que fique bem claro! Porque isto entrou em setembro de 2015! Setembro de 2015, deu entrada nesta Casa esta proposta, Sr. Deputado Francisco César.

**Deputado Francisco César** (PS): Não senhor!

O Orador: Deu entrada nesta Casa... Não senhor?!

Esta proposta não entrou nesta Casa em setembro de 2015?

**Deputado Francisco César** (*PS*): Não é disso que eu estou a falar. Não é porque o PS não quer!

**O Orador:** Esta proposta não deu entrada em setembro 2015, nesta Casa? Deu ou não deu?

Deu! Então pode!

Em janeiro não foi pedido um parecer? A 26 de janeiro não foi pedido um parecer sobre isto?

Foi! Então pode!

Então pergunto-lhe: por que é que só agora veio?

**Deputado Francisco César** (PS): Só agora é que teve parecer!

O Orador: Ah! Por que é que o parecer demorou sete meses?

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

**Deputado Francisco César** (*PS*): O senhor acha que eu tenho ar de quem fez o parecer?

O Orador: Não, não! O senhor tem ar de quem o pediu! Agora, como tem ar de quem o pediu e de que falou com o senhor jurisconsulto, diga lá por que é que demorou sete meses a dar um parecer.

Era matéria tão complexa que demorasse sete meses a dar um parecer?

**Deputado Francisco César** (PS): Deve ser complexa, porque o senhor tem dúvidas!

**O Orador:** Não era! Não era! Não era, Sr. Deputado! Porque o parecer reside apenas... A dúvida do senhor jurisconsulto reside apenas no artigo 4.º e no artigo 22.º.

Faço-lhe uma pergunta, Sr. Deputado: se se fizer eliminar o artigo 22.º e se o artigo 4.º passar a ter que a verba é aprovada no Conselho de Governo e não proposta por esta Casa, o senhor e o Partido Socialista estão dispostos a aprovar, com estas alterações, este diploma?

**Deputado Francisco César** (PS): Não tem nada a ver com a verba!

O Orador: Tem a ver com a verba!

Ó senhor, o senhor não leu o parecer então.

Eu leio, está aqui na minha frente. Artigo 4.º: "O Orçamento para a Região Autónoma dos Açores é dotado de uma verba por ilha que corresponde a 2% do total da respetiva desagregação.

Ora, parece tratar-se de uma iniciativa normativa que tem por propósito a alteração do enquadramento normativo de futuros orçamentos. Com estes 2% vai condicionar a verba".

Se retirar isso, e for o Governo a aprovar, o senhor está disposto a aprovar a iniciativa?

**Deputado Francisco César** (PS): Isto é uma proposta de resolução!

O Orador: Mas isso não vale a pena. Está ou não está?

X Legislatura Número: 146

## IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

Elimina-se as dúvidas do jurisconsulto. Está ou não está o Partido Socialista disponível para aprovar?

Não está! Já percebemos.

Portanto, o que se passa aqui, Sr. Deputado, é que agora não há tempo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas não há tempo porque faltou o tempo que o PS não quis dar a esta iniciativa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: A questão é esta. Faltou o tempo que o PS não quis dar.

Foram sete meses para um parecer.

Vou dizer-lhe uma coisa: fiz parte da Comissão de Revisão do Estatuto.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente.

E não houve nenhum parecer que demorasse tanto tempo (sete meses!) para averiguar da legalidade ou da ilegalidade deste diploma. Sete meses, Sr. Deputado?!

É demais! Não é admissível!

Sr. Deputado, a culpa não é desta Casa, não é do CDS, não é da Comissão de Economia. É do Partido Socialista!

**Deputada Graça Silveira** (CDS-PP) **e Deputado Paulo Estêvão** (PPM): Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(\*) **Deputado Francisco César** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu bem percebo a necessidade que o senhor tem de tentar pôr as culpas no Partido Socialista, mas eu vou dar-lhe duas notas sobre este assunto.

Primeiro: o senhor tentou...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já não tenho tempo!

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

**O Orador:** O senhor não tem tempo?

**Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Acho que não!

O Orador: Então irei ter o cuidado para não interpelar o Sr. Deputado, de forma a que ele necessite de responder.

Deputado André Bradford (PS): Ele é que o gastou, não fomos nós!

O Orador: Sr. Deputado, o senhor acusou o Presidente desta Comissão de tentar condicionar a resposta do parecer jurídico.

Permita-me que lhe diga, com a maior das frontalidades:

Não o fiz! Aliás, as duas perguntas que são colocadas no parecer jurídico são:

Primeiro, da legalidade do documento;

Segundo, caso essa ilegalidade exista, qual é a melhor forma de ela ser sanada? Isso demonstra bem o espírito para que o Partido Socialista entrou na discussão deste diploma.

Aliás, o Partido Socialista não se furtou, porque nós pedimos pareceres e inclusive tive várias conversas com membros do seu partido no sentido de tentarmos ver qual seria o melhor caminho a prosseguir.

Segunda questão que o Sr. Deputado colocou tem a ver com o tempo do parecer.

O Sr. Deputado fala provavelmente do que não sabe. É naturalmente bastante tempo, mas permita-me que lhe diga o seguinte:...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Eu enquanto Presidente da Comissão, e eu sei que a Sra. Presidente da Assembleia, enquanto Presidente da Assembleia, ou pelo menos o seu gabinete, por diversas vezes interpelaram o gabinete a quem foi pedido o parecer no sentido de que esse parecer fosse apressado.

Eu sei que no caso da Presidente da Assembleia fez várias insistências para que esse parecer fosse dado. Ele foi dado quando nós tivemos conhecimento dele.

Daí dizer que o que está a acontecer sobre esta matéria foi aquilo que foi possível acontecer.

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

Muito obrigado.

**Deputada Benilde Oliveira** (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para uma interpelação. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Presidente, a Assembleia pediu este parecer.

Alguma vez a Sra. Presidente informou o Grupo Parlamentar do CDS que tinham sido feitas várias diligências junto do senhor jurisconsulto para saber o estado do parecer?

Tivemos alguma informação por parte da Mesa e de V. Exa. sobre essa matéria? **Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Não, a Mesa não informou o CDS. A articulação foi feita entre o gabinete, os serviços e o Sr. Presidente da Comissão para dar conta das diligências que estavam a ser feitas.

Sras. e Srs. Deputados, a Mesa não tem mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Encerrámos este ponto da nossa Agenda.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma declaração de voto tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Julgo que hoje é um momento triste para a Autonomia e para esta Casa, uma altura em que podia ter sido aprovado um Orçamento Participativo, que foi admitido nesta Casa. Foi admitido pela Mesa desta Casa em setembro de 2015 e não foi referida qualquer ilegalidade nessa questão.

Apenas por um parecer jurídico externo, o Partido Socialista sucumbiu e abandonou a força da Autonomia.

Podíamos ter as nossas ilhas a partir já do próximo Orçamento, a destinar quais eram os investimentos mais adequados à sua ilha e talvez assim aumentar a coesão territorial e aumentar a coesão social onde somos os últimos na Região Autónoma dos Açores.

Infelizmente, a maioria absoluta do Partido Socialista mais uma vez demonstrou a sua força.

**Deputado José San-Bento** (PS): Estabilidade e segurança!

O Orador: E os açorianos ficam a ver que as maiorias absolutas retiram aos cidadãos o poder de iniciativa, a cidadania e nesse aspeto onde estamos também em último lugar em Portugal.

Portanto, mais uma vez o Partido Socialista chumba aquela que era uma boa iniciativa da oposição, mas nem sequer era a iniciativa da oposição, era uma boa iniciativa para os açorianos, para destinarem do dinheiro dos seus impostos, o que era melhor para a sua terra, para as suas comunidades.

O Partido Socialista não quer, porque quer distribuir como entende e a quem quer.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra para uma declaração de voto.

(\*) **Deputado André Bradford** (PS): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para transmitir que o voto do Partido Socialista não foi contra um sistema participativo de elaboração do Orçamento da Região, não foi contra a possibilidade dos acorianos terem concretamente e com resultados práticos a possibilidade de influenciarem o Orçamento da Região, foi antes contra, pura e simplesmente, um Decreto Legislativo Regional enquanto instrumento jurídico e não em relação ao seu conteúdo.

Aliás, este debate teve uma virtude e uma vantagem, foi a de permitir verificar que há unanimidade nesta Casa em relação à implementação de um sistema participado de execução do Orçamento Regional.

Portanto, boas notícias para uma próxima legislatura.

**Deputado Berto Messias** (*PS*): Muito bem!

O Orador: Por último, o PS teve este sentido de voto e manteve-se neste debate com uma postura irrepreensível do ponto de vista de um dos princípios fundamentais da Autonomia, que é não invocar o nome da Autonomia em vão. Para isso não contem connosco.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão** (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para quem como eu tem defendido este conjunto de ideias do Orçamento Participativo, também da lista de cidadãos independentes, da oportunidade de cidadãos independentes poderem concorrer às eleições para esta Assembleia, a sensação com que fico, depois de ver chumbada esta proposta do CDS-PP, é que tudo está a desaparecer. Ou seja, nada é possível, não há tempo para nada.

Portanto, não se concretiza nenhuma das medidas que podem reformar o sistema, como o Orçamento Participativo, aumentando a participação do cidadão no âmbito da execução e no âmbito da planificação do nosso orçamento. É um instrumento absolutamente fundamental, é um instrumento democrático e assim é que se combate a abstenção.

Mas esta oportunidade o Partido Socialista diz que não há tempo. Do ponto de vista objetivo não é verdade. Poderíamos aprovar esta legislação em setembro, esta legislatura termina para aí em 8 de novembro, e nós temos a oportunidade de fixar, através de Projeto de Deliberação, a ordem do dia na Assembleia da República.

Podemos fixar a ordem do dia, ou também não querem utilizar esta prorrogativa que nos dá o Estatuto?

Portanto, há tempo, porque podemos fixar a ordem do dia.

O Partido Socialista não quis aprovar agora, nem quis chegar a um consenso sobre esta matéria no âmbito da Comissão.

Portanto, se esta legislação não foi hoje aprovada, se os Açores não contam com o Orçamento Participativo para o próximo Orçamento dos Açores, a culpa exclusiva, a responsabilidade exclusiva, é do Partido Socialista que impediu que esta reforma absolutamente fundamental para o aprofundamento da democratização do nosso sistema político tivesse sido implementada.

A responsabilidade é total da parte do Partido Socialista.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então encerrar este ponto e considerando o nosso horário eu também encerro os trabalhos por hoje. Regressamos amanhã às 10 com a Agenda.

X Legislatura Número: 146

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 14 de julho de 2016

Eram 19 horas e 43 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Nuno Miguel Aguiar de Meneses

Paula Alexandra Pires Silveiro Bettencourt

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco